



OAB 47

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro Advogado(a), tudo certo?!

Em 07/09/2026, foi aplicada a prova da primeira fase do **47º Exame da Ordem dos Advogados do Brasil**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial e analisou o gabarito oficial da FGV, os quais serão apresentados juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Por fim, vocês poderão acompanhar os eventos e cursos para a fase discursiva, bem como outras novidades envolvendo o Exame de Ordem no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia OAB - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA -

47º EXAME DE ORDEM

QUESTÃO 01. Johannes, finlandês e advogado em seu país de origem, sofreu um acidente de trânsito durante uma viagem ao Brasil. O causador do incidente, Gustavo, estava dirigindo alcoolizado, o que resultou em danos ao veículo de Johannes e despesas hospitalares.

Desejando ajuizar ação para ressarcimento, Johannes entende que, por ser advogado na Finlândia, não precisa estar inscrito na OAB para atuar no caso. A ação não será ajuizada nos Juizados Especiais, tampouco estará sujeita ao rito sumaríssimo.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

a) Johannes poderá atuar como advogado no caso, desde que tenha a inscrição suplementar na Seccional da OAB competente para o local onde a ação será proposta.

b) Johannes não pode exercer a advocacia no Brasil sem estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, independentemente de sua qualificação como advogado na Finlândia.

c) Johannes pode atuar livremente como advogado no processo judicial, por já possuir inscrição válida na Finlândia, desde que comprove a sua habilitação perante o Juízo brasileiro.

d) Johannes poderá ajuizar a ação como parte autora sem necessidade de advogado, visto que os danos materiais e hospitalares são direitos disponíveis que dispensam a assistência jurídica em juízo comum.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A questão trata sobre capacidade postulatória e a exigência de inscrição na OAB para o exercício da advocacia no Brasil.

A alternativa A está incorreta. A inscrição suplementar exige necessária inscrição principal prévia na OAB, sendo inaplicável a estrangeiro não inscrito no Brasil.

“Além da principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão.” (Lei nº 8.906/1994, art. 10, § 1º).

A alternativa B está correta. A advocacia no território nacional e a postulação judicial são atividades privativas dos inscritos na OAB, independentemente de qualificação obtida na Finlândia:

“A postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais;” (Lei nº 8.906/1994, art. 1º, I).

A alternativa C está incorreta. A inscrição na Finlândia não confere capacidade postulatória no Brasil, sendo nulos os atos privativos de advocacia praticados por pessoa não inscrita na OAB:

“São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.” (Lei nº 8.906/1994, art. 4º, caput).

A alternativa D está incorreta. A disponibilidade do direito material indenizatório não dispensa a representação processual técnica por advogado no juízo comum. Conforme o art. 1º, I, já mencionado na alternativa B, a postulação em juízo é atividade privativa de advogado.

QUESTÃO 02. O advogado Rogério possui domicílio profissional em João Pessoa, PB, onde mantém a sede principal de sua atividade advocatícia. Buscando ampliar sua renda, embora não pretenda estabelecer escritório em outras localidades, Rogério passou a atuar eventualmente nas capitais nordestinas próximas. Nesse contexto, assumiu o patrocínio de duas causas em Recife, PE, e quatro causas em Natal, RN, ao longo do mesmo ano. À luz do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) Rogério deverá promover a inscrição suplementar apenas no Conselho Seccional do Rio Grande do Norte, pois a intervenção judicial que exceder três causas por ano caracteriza habitualidade.

b) Rogério não precisa promover a inscrição suplementar nem em Pernambuco nem no Rio Grande do Norte, pois a atuação em até cinco causas por ano em cada unidade federativa não caracteriza exercício habitual da profissão.

c) Rogério deverá promover a inscrição suplementar apenas no Conselho Seccional de Pernambuco, pois a atuação em dois processos nessa unidade federativa já caracteriza exercício habitual da advocacia naquele território.

d) Rogério deverá promover a inscrição suplementar tanto no Conselho Seccional de Pernambuco quanto no do Rio Grande do Norte, pois qualquer atuação profissional fora do território da inscrição principal exige a inscrição suplementar.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A questão trata sobre o critério legal de habitualidade que torna obrigatória a inscrição suplementar.

A alternativa A está incorreta. A habitualidade não se caracteriza quando a atuação excede três causas, mas quando excede cinco causas por ano em determinada unidade federativa.

A disciplina legal da matéria prevê:

"Art. 10. A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional, na forma do Regulamento Geral. [...]"

"§ 2º Além da principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão, considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder de cinco causas por ano." (Lei nº 8.906/1994, art. 10, caput e § 2º).

Sobre essa exigência, vejamos o que diz o nosso material:

"Sim! O advogado poderá atuar em até 05 causas ao ano em outro estado-membro, a qual a sua jurisdição não alcance por tratar-se de outro estado-membro." (Ética Profissional. Para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 5.1. São Paulo: Estratégia OAB, 2026).

A alternativa B está correta. Rogério patrocinou duas causas em Pernambuco e quatro no Rio Grande do Norte. Nenhum dos quantitativos excedeu cinco causas no ano.

Nos termos da norma aplicável:

"Art. 10. A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional, na forma do Regulamento Geral. [...]"

"§ 2º Além da principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos Conselhos Seccionais em cujos territórios passar a exercer habitualmente a profissão, considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder de cinco causas por ano." (Lei nº 8.906/1994, art. 10, caput e § 2º).

A alternativa C está incorreta. Duas causas em Pernambuco não ultrapassam o limite legal.

De acordo com o art. 10, § 2º, da Lei nº 8.906/1994, já mencionado na alternativa A, duas causas não caracterizam habitualidade.

A alternativa D está incorreta. A atuação eventual fora da Seccional da inscrição principal é permitida; somente a intervenção judicial em mais de cinco causas anuais no mesmo território exige inscrição suplementar.

Nos termos do art. 10, § 2º, da Lei nº 8.906/1994, já transcrito na alternativa A, a atuação fora da Seccional principal não exige inscrição suplementar se não houver habitualidade.

QUESTÃO 03. Durante uma conversa no departamento jurídico de uma sociedade empresária de aviação civil, o advogado sênior Antônio debate com José, recém-ingresso nos quadros da OAB, sobre as sanções disciplinares aplicáveis aos advogados. No diálogo, José afirma que, em casos graves, poderia ser aplicada ao advogado a pena de aposentadoria compulsória da função de advogado, especialmente quando se tratar de advogado empregado. Por sua vez, Antônio afirma que o Estatuto da OAB prevê as seguintes sanções disciplinares: censura pública, suspensão, exclusão e multa. Sobre o caso apresentado, com base no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) José está correto, pois a aposentadoria compulsória é sanção disciplinar aplicável a advogados empregados; Antônio também está correto ao indicar a existência das sanções de censura pública, suspensão, exclusão e multa.

b) José está incorreto, pois a aposentadoria compulsória não constitui sanção disciplinar aplicável ao advogado; Antônio também está incorreto ao afirmar que a censura é pública, já que a sanção de censura não pode ser objeto de publicidade.

c) José está incorreto, pois a aposentadoria compulsória não é sanção disciplinar prevista no Estatuto da OAB, enquanto Antônio está totalmente correto ao afirmar que as sanções disciplinares são censura pública, suspensão, exclusão e multa.

d) José está correto ao afirmar que a aposentadoria compulsória pode ser aplicada como sanção disciplinar a advogados empregados, enquanto Antônio erra ao afirmar que a multa está entre as sanções disciplinares previstas no Estatuto da OAB.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A questão trata sobre o rol das sanções disciplinares do EAOAB e a vedação de publicidade da censura.

A alternativa A está incorreta. A aposentadoria compulsória não integra o rol estatutário e a censura não é pública.

Nos termos da norma aplicável:

"Art. 35. As sanções disciplinares consistem em:"

"I – censura;"

"II – suspensão;"

"III – exclusão;"

"IV – multa."

"Parágrafo único. As sanções devem constar dos assentamentos do inscrito, após o trânsito em julgado da decisão, não podendo ser objeto de publicidade a de censura." (Lei nº 8.906/1994, art. 35).

Na lição dos nossos professores do Estratégia OAB:

"Segundo o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), as sanções disciplinares consistem em: Censura; Suspensão; Exclusão; ou Multa." (Ética Profissional. Para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 17.2. São Paulo: Estratégia OAB, 2026).

A alternativa B está correta. O art. 35 prevê censura, suspensão, exclusão e multa, e seu parágrafo único proíbe a publicidade da censura.

A regra legal aplicável dispõe:

"Art. 35. As sanções disciplinares consistem em:"

"I – censura;"

"II – suspensão;"

"III – exclusão;"

"IV – multa."

"Parágrafo único. As sanções devem constar dos assentamentos do inscrito, após o trânsito em julgado da decisão, não podendo ser objeto de publicidade a de censura." (Lei nº 8.906/1994, art. 35).

A alternativa C está incorreta. Embora acerte ao afastar a aposentadoria compulsória, erra ao qualificar a censura como pública.

De acordo com o art. 35 e seu parágrafo único, da Lei nº 8.906/1994, já mencionados na alternativa A, a censura não é pública.

A alternativa D está incorreta. Erra nos dois pontos: aposentadoria compulsória não é sanção da OAB e multa é expressamente prevista.

Nos termos do art. 35, IV, da Lei nº 8.906/1994, já transcrito na alternativa A, a multa integra o rol das sanções disciplinares.

QUESTÃO 04. O advogado João responde a processo disciplinar no Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional da OAB, em razão de denúncia de que teria recebido valores da parte contrária relativos ao objeto do mandato sem a autorização expressa de seu cliente. O relator do processo, o advogado Paulo, entendeu que, em nome do princípio da publicidade e da transparência, o procedimento deveria tramitar de forma pública, permitindo que terceiros interessados tivessem acesso aos autos e acompanhassem os atos do processo. Sobre a decisão de Paulo, com base no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) Está correta, porque o princípio da publicidade deve prevalecer em processos que envolvam a ética profissional, por seu interesse coletivo.

b) É válida, desde que homologada pela presidência do Tribunal de Ética e Disciplinar da OAB, pois o relator não tem competência isolada para afastar o sigilo processual.

c) Pode ser mantida, se o advogado João concordar expressamente com a publicidade e a infração praticada não for infamante, tornando desnecessária a manutenção do sigilo legal.

d) Está incorreta, porque o processo disciplinar deve tramitar em sigilo até o seu término, e somente as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente têm acesso às suas informações.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**.

A questão trata sobre o sigilo legal do processo disciplinar da OAB.

A alternativa A está incorreta. A publicidade administrativa não supera a regra especial de sigilo prevista no EAOAB.

A regra legal aplicável dispõe:

"Art. 72. O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada."

"§ 1º O Código de Ética e Disciplina estabelece os critérios de admissibilidade da representação e os procedimentos disciplinares."

"§ 2º O processo disciplinar tramita em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente." (Lei nº 8.906/1994, art. 72).

Ressalta-se que:

"Por fim, destaca-se que o processo disciplinar tramita em sigilo, desde a instauração até o trânsito em julgado, de forma que terão acesso aos autos tão somente: a) partes; b) defensores constituídos; e c) autoridade judiciária competente." (Ética Profissional. Para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 18.1. São Paulo: Estratégia OAB, 2026).

A alternativa B está incorreta. A presidência do Tribunal de Ética e Disciplina não pode homologar o afastamento de um sigilo imposto diretamente por lei.

Conforme o art. 72, § 2º, da Lei nº 8.906/1994, já transcrito na alternativa A, o sigilo legal não pode ser afastado por homologação interna.

A alternativa C está incorreta. A concordância do representado e a natureza da infração não afastam a regra legal.

De acordo com o art. 72, § 2º, da Lei nº 8.906/1994, já mencionado na alternativa A, a concordância do representado não elimina o sigilo.

A alternativa D está correta. O processo disciplinar tramita em sigilo até o término, com acesso restrito às partes, aos defensores e à autoridade judiciária competente.

Nos termos da norma aplicável:

"Art. 72. O processo disciplinar instaura-se de ofício ou mediante representação de qualquer autoridade ou pessoa interessada."

"§ 1º O Código de Ética e Disciplina estabelece os critérios de admissibilidade da representação e os procedimentos disciplinares."

"§ 2º O processo disciplinar tramita em sigilo, até o seu término, só tendo acesso às suas informações as partes, seus defensores e a autoridade judiciária competente." (Lei nº 8.906/1994, art. 72).

QUESTÃO 05. Tiago, advogado regularmente inscrito na OAB, atuou na defesa de Otávio em um processo criminal que investigava a prática do crime de estelionato por este último. Além disso, Tiago também prestava serviços jurídicos para a empresa de Otávio, a qual teria sido utilizada como instrumento para a prática do delito. Durante a fase de especificação de provas, o Ministério Público requereu a oitiva de Tiago como testemunha, alegando que ele possuía informações relevantes sobre os fatos, o que foi deferido pelo Magistrado. Sobre a hipótese apresentada, com base no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) Tiago deve depor como testemunha, desde que seu cliente Otávio autorize formalmente a prestação das informações necessárias.

b) Tiago somente poderá recusar-se a depor caso o Tribunal de Ética e Disciplina da OAB autorize previamente tal negativa com base na avaliação de conflito ético.

c) Tiago pode recusar-se a depor sobre os fatos relacionados ao caso, independentemente de autorização de Otávio, pois tal depoimento estaria acobertado pelo sigilo profissional.

d) Tiago está obrigado a prestar depoimento como testemunha, pois a prestação de serviços para a empresa de Otávio não se confunde com o sigilo profissional mantido em relação à defesa pessoal do acusado.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**.

A questão trata sobre a prerrogativa de recusa ao depoimento e o dever de sigilo profissional.

A alternativa A está incorreta. A autorização do cliente não obriga o advogado a depor; o art. 7º, XIX, preserva a recusa mesmo quando o constituinte autoriza ou solicita o depoimento.

O texto normativo pertinente estabelece:

"XIX – recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional;" (Lei nº 8.906/1994, art. 7º, XIX).

A respeito do sigilo profissional, vale destacar que:

"O sigilo profissional é um direito-dever que está envolto na figura do advogado para com o cliente. A base da relação formada entre cliente e advogado é a confiança, logo, as informações que o advogado tiver conhecimento no exercício de sua profissão devem ser resguardadas, garantindo-se sempre o sigilo." (Ética Profissional. Para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 3.3. São Paulo: Estratégia OAB, 2026).

A alternativa B está incorreta. A prerrogativa decorre diretamente da lei e não depende de autorização prévia do Tribunal de Ética e Disciplina.

Conforme o art. 7º, XIX, da Lei nº 8.906/1994, já transcrito na alternativa A, a prerrogativa de recusa decorre diretamente da lei.

A alternativa C está correta. Tiago pode recusar-se a depor sobre os fatos protegidos, independentemente da autorização de Otávio.

Nos termos da norma aplicável:

"XIX – recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional;" (Lei nº 8.906/1994, art. 7º, XIX).

A previsão complementar aplicável ao caso estabelece:

"Art. 35. O advogado tem o dever de guardar sigilo dos fatos de que tome conhecimento no exercício da profissão. [...] Art. 36. O sigilo profissional é de ordem pública, independendo de solicitação de reserva que lhe seja feita pelo cliente. [...] Art. 38. O advogado não é obrigado a depor, em processo ou procedimento judicial, administrativo ou arbitral, sobre fatos a cujo respeito deva guardar sigilo profissional." (Código de Ética e Disciplina da OAB, Resolução nº 02/2015-CFOAB, arts. 35, 36 e 38).

A alternativa D está incorreta. O sigilo alcança fatos relacionados à pessoa de quem Tiago é ou foi advogado e informações obtidas na prestação profissional, inclusive à empresa do cliente.

Nos termos do art. 7º, XIX, da Lei nº 8.906/1994, já transcrito na alternativa A, o sigilo alcança fatos relacionados à pessoa de quem Tiago é ou foi advogado.

QUESTÃO 06. Benício, acometido de câncer em processo de metástase em estágio avançado, necessita urgentemente de medicamentos essenciais para o seu tratamento, reiteradamente negados pela Secretaria de Saúde. Diante dessa situação, solicitou a Pedro, seu vizinho e advogado, devidamente inscrito na OAB, que ajuíze uma ação com pedido de tutela de urgência para garantir o fornecimento imediato do tratamento médico prescrito. Contudo, devido ao seu estado precário de saúde, Benício não está, temporariamente, em condições de assinar a procuração que outorga poderes a Pedro para representá-lo. Com base no Estatuto da Advocacia e da OAB e diante da urgência da situação, assinale a afirmativa correta.

a) A ausência de procuração impede qualquer postulação em juízo ou atividade de consultoria e assessoria jurídica, que não dispensam a outorga de mandato.

b) Pedro poderá atuar sem a procuração por tempo indeterminado, independentemente da recuperação da saúde de Benício e da manutenção do estado de urgência.

c) Pedro não poderá atuar judicialmente sem a apresentação da procuração assinada por Benício, pois a outorga do mandato é imprescindível para a validade de qualquer petição inicial.

d) Pedro poderá atuar imediatamente sem a procuração, devendo apresentar o documento no prazo máximo de 15 dias, prorrogável por igual período, conforme previsto no Estatuto da OAB.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**.

A questão trata sobre a atuação judicial urgente sem apresentação imediata da procuração.

A alternativa A está incorreta. A urgência autoriza a postulação sem procuração; além disso, consultoria e assessoria independem de mandato.

A disciplina legal da matéria prevê:

"Art. 5º O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato."

"§ 1º O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período. [...]"

"§ 4º As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito, a critério do advogado e do cliente, e independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários." (Lei nº 8.906/1994, art. 5º, caput, §§ 1º e 4º).

Observe que:

"E, desde já, ressaltamos que, quando o advogado afirmar urgência, poderá atuar sem procuração, hipótese em que será obrigado a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período." (Ética Profissional. Para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 10.1. São Paulo: Estratégia OAB, 2026).

A alternativa B está incorreta. A dispensa é temporária, e o instrumento deve ser apresentado no prazo legal.

Conforme o art. 5º, § 1º, da Lei nº 8.906/1994, já transcrito na alternativa A, a atuação sem procuração é temporária e condicionada à apresentação posterior do instrumento.

A alternativa C está incorreta. O art. 5º, § 1º, prevê expressamente exceção para situação urgente.

De acordo com o art. 5º, § 1º, da Lei nº 8.906/1994, já mencionado na alternativa A, a urgência autoriza a atuação sem procuração.

A alternativa D está correta. Pedro pode atuar imediatamente, obrigando-se a juntar a procuração em quinze dias, prorrogáveis por igual período.

O texto normativo pertinente estabelece:

"Art. 5º O advogado postula, em juízo ou fora dele, fazendo prova do mandato."

"§ 1º O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período. [...]"

"§ 4º As atividades de consultoria e assessoria jurídicas podem ser exercidas de modo verbal ou por escrito, a critério do advogado e do cliente, e independem de outorga de mandato ou de formalização por contrato de honorários." (Lei nº 8.906/1994, art. 5º, caput, §§ 1º e 4º).

QUESTÃO 07. Arnaldo, deputado federal em pleno exercício do mandato parlamentar, que não integra a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, nem como titular nem como substituto, resolveu manter ativa a sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, deliberando por cumular as duas funções. A respeito dessa situação, considerando as disposições do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) Arnaldo deve ter a sua inscrição na OAB cancelada, por passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com o exercício da advocacia.

b) Arnaldo deveria requerer licença da Ordem, por passar a exercer, em caráter temporário, uma atividade incompatível com o exercício da advocacia.

c) Arnaldo não incorrerá em qualquer irregularidade no exercício da advocacia, desde que não postule contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público, vinculadas a qualquer das esferas de governo (municipal, estadual ou federal).

d) Arnaldo somente incorrerá em irregularidade no exercício da advocacia se postular contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público, vinculadas à União, não existindo vedação de atuação em face de entidades estaduais ou municipais.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**.

A questão trata sobre o impedimento parcial imposto ao parlamentar que não integra a Mesa do Poder Legislativo.

A alternativa A está incorreta. O deputado que não integra a Mesa não exerce atividade incompatível e não deve cancelar a inscrição.

Nos termos da norma aplicável:

"Art. 28. A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:"

"I – chefe do Poder Executivo e membros da Mesa do Poder Legislativo e seus substitutos legais;" (Lei nº 8.906/1994, art. 28, I).

Segundo destaque dos nossos professores especialistas, conforme LDI de Ética Profissional:

"Logo, o senador, deputado federal / estadual / distrital e o vereador poderão advogar, mas jamais contra ou a favor da Administração Pública, em seus mais diversos desmembramentos." (Ética Profissional. Para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 16.3. São Paulo: Estratégia OAB, 2026).

A alternativa B está incorreta. Também não há incompatibilidade temporária que imponha licenciamento; o caso é de impedimento parcial.

A regra legal aplicável dispõe:

"Art. 12. Licencia-se o profissional que: [...]"

"II – passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia;" (Lei nº 8.906/1994, art. 12, II).

A alternativa C está correta. Arnaldo pode advogar, mas não contra ou a favor das entidades enumeradas no art. 30, II, em qualquer esfera governamental.

O texto normativo pertinente estabelece:

"Art. 30. São impedidos de exercer a advocacia: [...]"

"II – os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público." (Lei nº 8.906/1994, art. 30, II).

A alternativa D está incorreta. A vedação não se limita a entidades vinculadas à União: alcança os diferentes níveis e esferas de governo.

Conforme o art. 30, II, da Lei nº 8.906/1994, já transcrito na alternativa C, o impedimento alcança os membros do Poder Legislativo em seus diferentes níveis.

QUESTÃO 08. O advogado Fabrício foi contratado pelo Banco Alfa, por meio de sua sociedade individual de advocacia, para representá-lo em todas as ações de responsabilidade civil, no Estado Beta. No exercício da representação, Fabrício, por estar viajando a lazer, perdeu o prazo de contestação em 25 ações ajuizadas contra o banco. Como consequência, foi decretada a revelia e, com a presunção de veracidade dos fatos alegados nas petições iniciais, o Banco Alfa foi condenado a pagar um alto montante em indenizações, sem que fosse analisada a sua culpa. Sobre a responsabilidade pessoal de Fabrício pelos danos causados ao banco, com base no disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta.

a) Fabrício responde de forma subsidiária e ilimitada pelos danos causados ao Banco Alfa, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar que pode ser apurada em virtude de sua omissão.

b) Fabrício responde de forma solidária com a sociedade individual de advocacia pelos danos causados ao Banco Alfa, uma vez que sua responsabilidade é compartilhada com a sociedade.

c) Fabrício não pode ser responsabilizado pelos danos causados ao Banco Alfa, pois a sua sociedade individual de advocacia limita a sua responsabilidade pessoal pelas ações no exercício da advocacia.

d) A responsabilidade de Fabrício pelos danos causados ao Banco Alfa é limitada, devendo ser assumida apenas pela sociedade individual de advocacia, uma vez que a sociedade detém a personalidade jurídica.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**.

A questão trata sobre a responsabilidade patrimonial do titular da sociedade individual de advocacia por danos decorrentes de ação ou omissão profissional.

A alternativa A está correta. Além da sociedade, Fabrício responde subsidiária e ilimitadamente pelos danos decorrentes de sua omissão, sem prejuízo da apuração disciplinar.

A regra legal aplicável dispõe:

"Art. 17. Além da sociedade, o sócio e o titular da sociedade individual de advocacia respondem subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possam incorrer." (Lei nº 8.906/1994, art. 17).

Ao tratar da responsabilidade profissional:

"Para fins de responsabilização, além da sociedade, os sócios e o titular da sociedade individual de advocacia respondem subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar em que possam incorrer (Artigo 17, EAOAB)." (Ética Profissional. Para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 12.5. São Paulo: Estratégia OAB, 2026).

A alternativa B está incorreta. O art. 17 estabelece responsabilidade subsidiária, e não solidária, do titular.

Conforme o art. 17 da Lei nº 8.906/1994, já transcrito na alternativa A, a responsabilidade do titular é subsidiária, e não solidária.

A alternativa C está incorreta. A personalidade da sociedade individual não elimina a responsabilidade pessoal do advogado.

De acordo com o art. 17 da Lei nº 8.906/1994, já mencionado na alternativa A, a sociedade individual não exclui a responsabilidade pessoal do titular.

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade do titular é ilimitada; não fica circunscrita ao patrimônio social.

Nos termos do art. 17 da Lei nº 8.906/1994, já transcrito na alternativa A, a responsabilidade do titular é ilimitada.

QUESTÃO 09. Leia o trecho a seguir.

“A vontade geral é mais que simplesmente a vontade de todos (somatória dos interesses particulares), pois aquela visa à realização do interesse comum e público, e esta visa aos interesses particulares. Mais que isso, deve-se esclarecer que a vontade geral não está lastreada na ideia de unanimidade; ela não é geral por ser unânime, por não haver discordância, mas porque nela estarão contadas todas as ideias, todas as contribuições.”

(ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato Social. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011)

Com base na Filosofia do Direito de Jean-Jacques Rousseau, assinale a afirmativa correta.

- a) A vontade geral, embora distinta da soma das vontades individuais, pode legitimar leis de conteúdo particularizado, desde que estas promovam utilidade social imediata.**
- b) A vontade geral, enquanto expressão do consenso majoritário, legitima a prevalência de interesses predominantes na sociedade, ainda que estes não correspondam ao bem comum.**
- c) A vontade geral, por visar ao interesse comum, impõe a generalidade e a abstração das leis, sendo incompatível com a produção normativa voltada aos destinatários determinados ou interesses setoriais.**
- d) A vontade geral coincide com a vontade da maioria, desde que formalmente expressa por meio do procedimento legislativo, sendo irrelevante a distinção entre interesse comum e interesses particulares.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão tratou sobre a distinção entre vontade geral e vontade de todos na filosofia política de Jean-Jacques Rousseau, especialmente quanto à relação entre a vontade geral, o interesse comum e a produção

das leis. Para Rousseau, a vontade geral não corresponde à simples soma dos interesses particulares nem se confunde necessariamente com a vontade da maioria. Ela se orienta pelo interesse comum, razão pela qual a lei, enquanto expressão da vontade geral, deve possuir caráter geral, não podendo ser concebida para favorecer interesses particulares ou destinatários determinados.

A alternativa A está incorreta, pois a vontade geral não pode legitimar leis de conteúdo particularizado pelo simples fato de estas promoverem uma utilidade social imediata. A lei, como expressão da vontade geral, deve visar ao interesse comum e apresentar caráter geral, não podendo ser utilizada para atender interesses particulares ou beneficiar determinados indivíduos ou grupos.

A alternativa B está incorreta, pois a vontade geral não se confunde com o consenso majoritário ou com a vontade da maioria. Rousseau expressamente esclarece que a vontade geral não está fundada na unanimidade, mas também não corresponde simplesmente à prevalência dos interesses da maioria. O elemento determinante é a orientação da vontade para o bem comum, e não a quantidade de pessoas que defendem determinado interesse.

A alternativa C está correta, pois a vontade geral visa ao interesse comum, o que exige que a lei dela decorrente possua caráter geral e abstrato. A lei não deve estabelecer privilégios, impor obrigações ou conceder vantagens especificamente a determinados indivíduos ou grupos em razão de seus interesses particulares. Assim, a produção normativa voltada a destinatários determinados ou destinada à satisfação de interesses setoriais é incompatível com a concepção rousseauiana de vontade geral.

A alternativa D está incorreta, pois a vontade geral não coincide necessariamente com a vontade da maioria. A maioria pode expressar uma vontade que corresponda à soma de interesses particulares, sem que isso represente o interesse comum. Para Rousseau, portanto, é fundamental distinguir a vontade geral, orientada pelo bem comum, da vontade de todos, que consiste na soma das vontades e interesses particulares.

QUESTÃO 10. Em um determinado país, o Poder Legislativo aprovou uma lei que restringiu severamente a liberdade de expressão nas redes sociais, proibindo críticas aos governantes sob pena de sanções administrativas e penais.

Um grupo de cidadãos ingressa com ação judicial alegando que, embora tenha sido regularmente aprovada conforme o devido processo legislativo, a lei em questão viola direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, que deveriam prevalecer independentemente da norma vigente.

Com base nas correntes do jusnaturalismo e do positivismo jurídico, assinale a afirmativa correta.

a) O jusnaturalismo afirma que toda lei regularmente aprovada deve ser obedecida, independentemente de seu conteúdo moral.

b) O positivismo jurídico e o jusnaturalismo concordam que a validade da norma depende exclusivamente do procedimento legislativo adotado.

c) O positivismo jurídico sustenta que a validade da lei depende de sua conformidade com os princípios morais universais, razão pela qual a norma deve ser invalidada.

d) O jusnaturalismo sustenta que existem direitos anteriores e superiores ao direito positivo, que podem fundamentar a contestação de leis injustas, enquanto o positivismo jurídico, em sua forma clássica, separa a validade da lei de seu conteúdo moral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão tratou sobre a distinção entre o jusnaturalismo e o positivismo jurídico, especialmente quanto à relação entre a validade do direito positivo e seu conteúdo moral. O jusnaturalismo reconhece a existência de princípios e direitos naturais anteriores e superiores ao direito positivo, que podem servir de parâmetro para a crítica e rejeição de leis injustas. O positivismo jurídico, por sua vez, em sua formulação clássica, sustenta a separação entre a validade jurídica da norma e sua avaliação moral.

A alternativa A está incorreta, pois o jusnaturalismo não sustenta que toda lei regularmente aprovada deva ser obedecida independentemente de seu conteúdo moral. Ao contrário, essa corrente admite a existência de princípios de justiça superiores ao direito positivo, de modo que uma lei positiva pode ser considerada injusta quando contraria esses princípios.

A alternativa B está incorreta, pois jusnaturalismo e positivismo jurídico não concordam que a validade da norma dependa exclusivamente do procedimento legislativo adotado. Para o jusnaturalismo, a validade ou legitimidade do direito também está relacionada à sua conformidade com princípios superiores de justiça e moralidade.

A alternativa C está incorreta, pois atribui ao positivismo jurídico uma posição própria do jusnaturalismo. O positivismo jurídico, em sua formulação clássica, justamente separa a questão da validade jurídica da norma de sua conformidade com princípios morais universais. Assim, uma norma pode ser juridicamente válida mesmo que seja considerada moralmente injusta.

A alternativa D está correta, pois o jusnaturalismo sustenta a existência de direitos e princípios anteriores e superiores ao direito positivo, que podem fundamentar a contestação de leis injustas. O positivismo jurídico, em sua formulação clássica, por sua vez, estabelece uma separação entre a validade jurídica da lei e seu conteúdo moral, de modo que a injustiça de uma norma não implica, por si só, sua inexistência ou invalidade jurídica.

QUESTÃO 11. A Controladoria-Geral do Estado Beta constatou que o Prefeito do Município Alfa se recusou reiteradamente a aplicar recursos do FUNDEB na manutenção e no desenvolvimento do ensino, desviando-os para outras finalidades, em desacordo com as exigências legais.

O Tribunal de Contas Estadual, por sua vez, emitiu parecer reforçando o descumprimento do percentual mínimo constitucionalmente exigido para gastos em educação. Após relatório detalhado, o Governador do Estado Beta decretou a intervenção no Município, determinando a adoção de providências em relação aos atos administrativos irregulares e nomeando um interventor provisório para o Setor educacional.

O Prefeito do Município Alfa consultou você, como Procurador(a)-Geral desse ente federativo, em relação à compatibilidade da intervenção decretada com a Constituição da República. Quanto à constitucionalidade da medida adotada, considerando o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A medida é válida, pois o texto constitucional autoriza a decretação espontânea da intervenção pelo Governador de Beta, sem necessidade de autorização judicial ou ação prévia.

b) A intervenção estadual somente seria possível se, após o ajuizamento de ação civil pública por órgão legitimado, o Poder Judiciário confirmasse o desvio de finalidade na aplicação dos recursos.

c) A intervenção é constitucional, desde que previamente autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado Beta, pois interfere na autonomia política do ente municipal (Município Alfa) e exige controle jurisdicional.

d) Trata-se de hipótese de inconstitucionalidade formal, uma vez que qualquer intervenção estadual deve ser previamente submetida ao crivo do Poder Legislativo estadual para assegurar o princípio da separação de Poderes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata sobre intervenção estadual em Município por não aplicação do mínimo constitucional em educação.

A alternativa A está correta. a não aplicação do mínimo constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino é hipótese expressa de intervenção estadual. Nessa situação, a decretação decorre de ato do Governador; não se exige autorização judicial nem ação civil pública prévia.

A Constituição prevê a regra e a exceção:

Art. 35. O Estado não intervirá em seus Municípios, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, exceto quando: (CF/88, art. 35, caput.)

Entre as hipóteses de exceção está:

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; (CF/88, art. 35, III.)

A alternativa B está incorreta. o art. 35, III, já transcrito, não condiciona a intervenção à ação civil pública nem a prévia confirmação judicial do desvio de finalidade.

A alternativa C está incorreta. a exigência de provimento do Tribunal de Justiça está ligada à hipótese do art. 35, IV, e não à do inciso III, aplicável ao enunciado.

A alternativa D está incorreta. não há necessidade de controle legislativo prévio. O decreto de intervenção é posteriormente submetido à apreciação da Assembleia Legislativa, no prazo constitucional, o que não impede a decretação pelo Governador.

Quanto à fase posterior à decretação:

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas. (CF/88, art. 36, § 1º.)

No LDI, a forma do ato é explicada nos seguintes termos:

A sua decretação e a execução decorrem de um ato político: o decreto de intervenção, que é editado pelo Governador do Estado. (CERQUEIRA, Diego. Direito Constitucional. Para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 10.3 Intervenção Estadual. São Paulo: Estratégia OAB, 2026.)

QUESTÃO 12. O Estado Alfa apresentou um aumento significativo no número de processos judiciais em determinada comarca, o que gerou uma sobrecarga de serviço na única Vara Judiciária existente, com reflexos negativos para os advogados que ali atuavam.

Diante dessa situação, o Governador do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa um projeto de lei propondo a criação de três novas Varas Judiciárias na referida comarca, sob o argumento de que a ampliação da estrutura do Poder Judiciário é essencial para garantir o acesso à Justiça. O projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governador, tornando-se lei estadual.

Um legitimado à deflagração do controle concentrado de constitucionalidade consultou você, como advogado(a), a respeito da conformidade constitucional desse diploma normativo. Em relação à referida lei estadual, assinale a opção que expressa a resposta correta a ser dada.

a) Atende aos pressupostos constitucionais, pois o aumento da demanda processual justifica a criação de novas Varas Judiciárias, medida que pode ser proposta pelo chefe do Poder Executivo Estadual.

b) É válida, desde que o Tribunal de Justiça do Estado Alfa tenha manifestado concordância prévia com o projeto de lei, conditio sine qua non para o seguimento do processo legislativo no âmbito da Assembleia Legislativa de Alfa.

c) Não observa a disciplina constitucional aplicável ao tema, pois a iniciativa para a criação das novas Varas Judiciárias, nas circunstâncias apresentadas, compete privativamente ao Tribunal de Justiça do Estado Alfa, não ao Governador.

d) É dissonante do sistema constitucional brasileiro, pois a criação de novas Varas Judiciárias deve ser promovida por iniciativa de parlamentares ou do próprio Poder Judiciário, cabendo ao Poder Legislativo a análise da respectiva proposição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre a iniciativa legislativa para criação de novas varas judiciárias.

A alternativa A está incorreta. a necessidade prática de ampliar a estrutura judiciária não altera a iniciativa constitucionalmente reservada aos tribunais. O Governador não pode apresentar esse projeto.

A alternativa B está incorreta. a concordância prévia do Tribunal de Justiça não substitui sua iniciativa privativa. A Constituição exige que a proposição seja do próprio tribunal.

A alternativa C está correta. a criação de novas varas judiciárias deve ser proposta pelo tribunal competente. Como a iniciativa partiu do Governador, a lei estadual padece de vício formal de iniciativa.

A Constituição atribui privativamente aos tribunais:

d) propor a criação de novas varas judiciárias; (CF/88, art. 96, I, d.)

A alternativa D está incorreta. a alternativa admite iniciativa parlamentar, que também não é constitucionalmente prevista para a criação das novas varas. A reserva é do Tribunal de Justiça, conforme o art. 96, I, d, já transcrito.

QUESTÃO 13. O Presidente da República editou medida provisória estabelecendo novas hipóteses de inelegibilidade aplicáveis a candidatos que tenham exercido funções públicas estratégicas nos dois anos anteriores a cada eleição. Parlamentares questionam a validade do ato, alegando vício formal na escolha do instrumento normativo.

Na qualidade de advogado(a) consultado sobre o tema, segundo o sistema constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A validade da providência dependerá exclusivamente do momento da edição do diploma normativo, considerando o calendário eleitoral, sendo irrelevante a natureza do instrumento utilizado.

b) O ato normativo editado é compatível com a Constituição da República, desde que observados os pressupostos de relevância e urgência, assegurada a sua apreciação pelo Congresso Nacional.

c) O instrumento adotado revela-se formalmente inadequado, pois a Constituição impede a utilização dessa espécie normativa para disciplinar certas matérias, entre as quais aquela indicada na narrativa.

d) O diploma mencionado não poderá subsistir no ordenamento jurídico, ainda que seja posteriormente aprovado pelo Poder Legislativo, pois as hipóteses de inelegibilidade estão previstas de maneira exauriente na ordem constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre os limites materiais à edição de medida provisória em matéria eleitoral.

A alternativa A está incorreta. o problema indicado é a inadequação constitucional da medida provisória para disciplinar direito eleitoral; o calendário eleitoral não torna o instrumento admissível.

A alternativa B está incorreta. relevância e urgência são pressupostos gerais das medidas provisórias, mas não afastam as vedações materiais do art. 62, § 1º, da Constituição.

A alternativa C está correta. a medida provisória não pode versar sobre direito eleitoral. Como a criação de hipóteses de inelegibilidade disciplina matéria eleitoral, o instrumento é formalmente inadequado.

A vedação constitucional é expressa:

§ 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: (CF/88, art. 62, § 1º.)

Entre as matérias vedadas está:

I - relativa a: a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; (CF/88, art. 62, § 1º, I, a.)

A alternativa D está incorreta. a Constituição não prevê rol exauriente de inelegibilidades no próprio texto. Ela autoriza a lei complementar a estabelecer outros casos, considerados a vida pregressa e a proteção da probidade e moralidade para o exercício do mandato.

Sobre a possibilidade de outros casos de inelegibilidade:

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (CF/88, art. 14, § 9º.)

O professor Diego Cerqueira relembra o pressuposto geral das medidas provisórias:

A Carta Magna traz, em seu art. 62, a permissão para que, em caso de relevância e urgência, o Presidente edite medidas provisórias com força de lei. (CERQUEIRA, Diego. Direito Constitucional. Para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 14.3.3 Medidas Provisórias. São Paulo: Estratégia OAB, 2026.)

QUESTÃO 14. Antônio Silva, anos após adquirir a nacionalidade brasileira por naturalização, teve sua extradição requerida por Estado estrangeiro, em razão da suposta prática de crime comum cometido antes da conclusão do processo de naturalização.

Ao ser cientificado do pedido, procurou você, como advogado(a), sustentando que, por ostentar a condição de brasileiro, não poderia ser entregue ao Estado requerente. Assinale a opção que expressa, corretamente, a orientação jurídica dada.

a) O pedido poderá ser admitido, pois a Constituição da República autoriza a extradição do brasileiro naturalizado na situação concreta apresentada.

b) O pedido não poderá ser acolhido, pois a aquisição da nacionalidade brasileira impede a extradição por fatos praticados em momento anterior à naturalização.

c) A extradição somente poderá ser admitida se ficar demonstrado que o fato imputado corresponde ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins.

d) A extradição dependerá da demonstração da gravidade da infração penal atribuída ao naturalizado, sendo irrelevante o momento em que ocorreu a sua naturalização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata sobre a extradição do brasileiro naturalizado.

A alternativa A está correta. a Constituição admite a extradição do brasileiro naturalizado por crime comum praticado antes da naturalização. É exatamente a hipótese narrada.

A regra constitucional dispõe:

LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei; (CF/88, 5º, LI.)

A alternativa B está incorreta. a aquisição da nacionalidade não impede a extradição nas duas exceções constitucionais: crime comum anterior à naturalização ou comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

A alternativa C está incorreta. o tráfico ilícito é uma hipótese autônoma, mas não é a única. O crime comum praticado antes da naturalização, presente no enunciado, também autoriza a extradição, conforme o art. 5º, LI, já transcrito.

A alternativa D está incorreta. a gravidade do delito não é o critério constitucional. Para o crime comum, importa que ele tenha sido praticado antes da naturalização.

O LDI sintetiza a regra:

Art. 5º, LI da CF: entre os brasileiros apenas os naturalizados poderão sofrer extradição e apenas em caso de crime comum cometido antes da naturalização ou de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. (CERQUEIRA, Diego. Direito Constitucional. Para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 5.4 Condição jurídica do nacionalizado. São Paulo: Estratégia OAB, 2026.)

QUESTÃO 15. Uma sociedade empresária, que atua em setor regulado, procurou seu escritório para esclarecer se normas constantes de determinada lei federal editada em 1985 (Lei nº X/1985), ainda aplicadas por órgãos administrativos, permanecem válidas após a promulgação da Constituição da República de 1988.

A sociedade questiona quais critérios devem ser observados para se afirmar que a referida lei foi recepcionada pela nova ordem constitucional. Sobre a recepção das normas da referida lei pré-constitucional, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro vigente, assinale a afirmativa correta.

a) Decorre exclusivamente da compatibilidade formal (inclusive procedimental) das mencionadas normas com a Constituição da República de 1988.

b) Depende de sua compatibilidade simultânea, tanto formal (inclusive procedimental) quanto material, com as normas da Constituição da República de 1988.

c) É necessária e automática, já que a compatibilidade formal (inclusive procedimental) e a material somente devem ser aferidas em relação à Constituição anterior.

d) Deve ser analisada na perspectiva da compatibilidade material, mas não da compatibilidade formal (inclusive procedimental), com a Constituição da República de 1988.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata sobre a recepção de normas infraconstitucionais anteriores pela Constituição de 1988.

A alternativa A está incorreta. a recepção não depende de compatibilidade formal com a nova Constituição; seu critério é material.

A alternativa B está incorreta. não se exige compatibilidade formal simultânea com a Constituição superveniente. A forma de elaboração da lei é examinada à luz da Constituição vigente quando ela foi produzida; para a recepção, importa o conteúdo.

A alternativa C está incorreta. a recepção não é automática nem decorre apenas da compatibilidade com a Constituição anterior. A lei anterior precisa ser materialmente compatível com a nova ordem constitucional.

A alternativa D está correta. a lei de 1985 somente continua válida sob a Constituição de 1988 se o seu conteúdo for materialmente compatível com ela. A Constituição nova não exige que a lei anterior tenha observado suas próprias regras formais ou procedimentais.

O professor Diego Cerqueira apresenta o critério de recepção:

Entende-se que, com a promulgação de um novo texto constitucional, as normas infraconstitucionais anteriores que sejam compatíveis materialmente com o novo texto serão consideradas recepcionadas pela nova ordem jurídica. (CERQUEIRA, Diego. Direito Constitucional. Para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 2.4 Aplicação das Normas no Tempo. São Paulo: Estratégia OAB, 2026.)

QUESTÃO 16. O Município Alfa editou a Lei nº X, instituindo o Programa Municipal de Proteção dos Direitos Humanos e Promoção da Segurança Urbana. Entre as medidas previstas, foi estabelecido que poderiam ser declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis urbanos nos quais fossem praticados atos ilícitos com violência contra a pessoa, acrescentando que a indenização ao proprietário somente seria paga após o trânsito em julgado da respectiva ação judicial.

Após ter o seu imóvel declarado de utilidade pública com base na Lei nº X, um proprietário procurou você, como advogado(a), para avaliar a sua validade em face da Constituição da República. Assinale a opção que expressa, corretamente, a orientação jurídica dada.

a) A disciplina legal não poderá subsistir, pois a desapropriação exige indenização prévia, embora a matéria possa ser disciplinada pelo Município em razão do interesse predominantemente local na promoção da segurança urbana.

b) A validade da disciplina legal dependerá da demonstração, no caso concreto, de que o imóvel era utilizado de forma reiterada para a prática dos ilícitos mencionados na lei municipal, justificando a adoção da medida expropriatória.

c) A Lei nº X não se harmoniza com a Constituição da República, pois a matéria tratada insere-se na competência legislativa privativa da União, e o regime indenizatório previsto é incompatível com as garantias constitucionais da desapropriação.

d) A Lei nº X está em harmonia com a Constituição da República, pois a proteção dos direitos humanos e o enfrentamento da violência urbana autorizam um tratamento jurídico diferenciado para os imóveis utilizados na prática dos ilícitos descritos no enunciado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata sobre competência legislativa em desapropriação e a exigência de indenização justa e prévia.

A alternativa A está incorreta, embora reconheça corretamente a necessidade de indenização prévia, erra ao afirmar que o Município pode disciplinar a desapropriação por interesse local. A matéria é de competência legislativa privativa da União.

A alternativa B está incorreta, a prática reiterada dos ilícitos não cura os dois vícios constitucionais: o Município não pode legislar sobre desapropriação e a indenização posterior ao trânsito em julgado contraria a garantia de prévia indenização.

A alternativa C está correta, a lei municipal invade competência legislativa privativa da União sobre desapropriação e ainda prevê indenização posterior, quando a Constituição exige indenização justa e prévia em dinheiro, ressalvadas as exceções constitucionais.

A Constituição reserva a matéria à União:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: (CF/88, art. 22, caput.)

No rol de matérias reservadas está:

II - desapropriação; (CF/88, art. 22, II.)

A garantia indenizatória está prevista assim:

XXIV - a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição; (CF/88, art. 5º, XXIV.)

A alternativa D está incorreta, a finalidade de proteção dos direitos humanos e de enfrentamento da violência não autoriza o Município a afastar a competência legislativa da União nem a flexibilizar a indenização prévia exigida pelo art. 5º, XXIV, já transcrito.

O professor Diego Cerqueira no LDI, ressalta a consequência prática da garantia constitucional:

No caso da desapropriação prevista no XXIV do art. 5º, a indenização deverá ocorrer de maneira prévia, justa e em dinheiro. (CERQUEIRA, Diego. Direito Constitucional. Para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 3.1 Direitos Individuais e Coletivos. São Paulo: Estratégia OAB, 2026.)

QUESTÃO 17. Ao abordar a criação e a entrada em vigor do Estatuto de Roma de 1998, a doutrina observa que:

“Em decorrência das inúmeras violações de direitos humanos ocorridas a partir das primeiras décadas do século XX – principalmente com as duas grandes guerras mundiais –, a ideia de um jus puniendi em plano global começou a integrar a ordem do dia da agenda internacional dos Estados rumo à instituição de uma moderna e dinâmica Justiça Penal Internacional.”

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. 10.ª ed. Rio de Janeiro: Método, 2024, p. 132.

Buscando endereçar essa preocupação, a partir da edição do referido tratado, foi instituído o Tribunal Penal Internacional.

Acerca desse Tribunal, assinale a afirmativa correta.

a) O Tribunal Penal Internacional somente possui competência relativamente aos crimes cometidos após a entrada em vigor do Estatuto de Roma.

b) Nos termos do seu Estatuto, o Tribunal Penal Internacional não possui competência para determinar a prisão preventiva de eventual pessoa natural por ele investigada.

c) O procurador do Tribunal, a quem cabe as atribuições de promotoria, não pode agir de ofício, por sua própria iniciativa, instaurando inquérito com base em informações a que tenha tido acesso de forma espontânea, sobre a prática de crimes da competência do Tribunal.

d) O Tribunal Penal Internacional é competente para julgar individualmente autoridades públicas que ocupem ou tenham ocupado cargo de elevado grau de comando, com vistas a promover a sua

responsabilização penal nos casos em que os próprios Estados não logrem êxito em promovê-la. O Tribunal, porém, não é competente para julgar indivíduos que não ocupem ou não tenham ocupado cargos públicos, sem qualquer tipo de participação na estrutura burocrática oficial do Estado-nação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão tratou sobre a competência temporal do Tribunal Penal Internacional (TPI) e sobre algumas regras fundamentais previstas no Estatuto de Roma, especialmente aquelas relativas à competência *ratione temporis*, aos poderes do Procurador, à possibilidade de determinação de prisão e à responsabilidade criminal individual. O Estatuto de Roma foi adotado em 17 de julho de 1998 e entrou em vigor internacionalmente em 1º de julho de 2002. No Brasil, foi promulgado pelo Decreto nº 4.388/2002.

A alternativa A está correta, pois o art. 11, §1º, do Estatuto de Roma estabelece expressamente a competência temporal do Tribunal, determinando que ele somente poderá exercer sua jurisdição em relação a crimes cometidos após a entrada em vigor do Estatuto. Dispõe o artigo:

“O Tribunal só terá competência relativamente aos crimes cometidos após a entrada em vigor do presente Estatuto.”

A regra é reforçada pelo art. 24, §1º, que consagra a não retroatividade *ratione personae*:

“Nenhuma pessoa será considerada criminalmente responsável, de acordo com o presente Estatuto, por uma conduta anterior à entrada em vigor do presente Estatuto.”

Assim, a assertiva está correta ao afirmar que o TPI somente possui competência relativamente aos crimes cometidos após a entrada em vigor do Estatuto de Roma. Ressalva-se, contudo, a situação prevista no §2º do próprio art. 11, referente aos Estados que se tornem partes do Estatuto posteriormente, bem como a possibilidade de declaração prevista no art. 12, §3º.

A alternativa B está incorreta, pois o Estatuto de Roma atribui ao Tribunal competência para determinar a prisão de pessoas investigadas, inclusive mediante a expedição de mandado de detenção. O art. 58, §1º, prevê expressamente:

“A todo o momento após a abertura do inquérito, o Juízo de Instrução poderá, a pedido do Procurador, emitir um mandado de detenção contra uma pessoa se, após examinar o pedido e as provas ou outras informações submetidas pelo Procurador, considerar que (...)”

O dispositivo ainda estabelece que a detenção poderá ser determinada, entre outras razões, para garantir o comparecimento da pessoa em tribunal, impedir que ela obstrua ou coloque em perigo o inquérito ou a ação do Tribunal ou, quando cabível, impedir a continuidade da prática criminoso.

Além disso, o §5º do mesmo artigo dispõe:

“Com base no mandado de detenção, o Tribunal poderá solicitar a prisão preventiva ou a detenção e entrega da pessoa em conformidade com o disposto na Parte IX do presente Estatuto.”

Portanto, é incorreta a afirmação de que o TPI não possui competência para determinar a prisão preventiva de pessoa por ele investigada.

A alternativa C está incorreta, pois o Estatuto de Roma permite expressamente que o Procurador atue por iniciativa própria (*proprio motu*), desde que presentes os requisitos estabelecidos no Estatuto. O art. 15, §1º, estabelece:

“O Procurador poderá, por sua própria iniciativa, abrir um inquérito com base em informações sobre a prática de crimes da competência do Tribunal.”

Portanto, a alternativa apresenta justamente o contrário do que estabelece o Estatuto. O Procurador pode iniciar uma investigação *proprio motu*, embora esteja sujeito ao procedimento previsto no próprio art. 15, inclusive à autorização do Juízo de Instrução quando exigida.

A alternativa D está incorreta, pois o TPI não possui competência exclusivamente para julgar autoridades públicas ou pessoas que ocupem cargos de elevado grau de comando. Sua jurisdição alcança pessoas físicas, independentemente de sua posição ou qualidade oficial. O art. 25, §1º, estabelece:

“De acordo com o presente Estatuto, o Tribunal será competente para julgar as pessoas físicas.”

Além disso, o art. 27, §1º, consagra expressamente a irrelevância da qualidade oficial:

“O presente Estatuto será aplicável de forma igual a todas as pessoas sem distinção alguma baseada na qualidade oficial. Em particular, a qualidade oficial de Chefe de Estado ou de Governo, de membro de Governo ou do Parlamento, de representante eleito ou de funcionário público, em caso algum eximirá a pessoa em causa de responsabilidade criminal nos termos do presente Estatuto, nem constituirá de per se motivo de redução da pena.”

Dessa forma, não é necessário que o indivíduo ocupe cargo público ou participe da estrutura burocrática estatal para estar sujeito à jurisdição do TPI. A responsabilidade perante o Tribunal é individual e pode alcançar qualquer pessoa física que pratique uma conduta enquadrada nos crimes de sua competência, observados os demais requisitos do Estatuto.

QUESTÃO 18. Com a edição da Emenda Constitucional nº 45/2004, foi inserido o § 3º ao Art. 5º da CRFB/88. O referido dispositivo possibilita que, no processo de incorporação dos Tratados e Convenções internacionais sobre Direitos Humanos, seja observada a exigência de apreciação em dois turnos, por cada Casa do Congresso Nacional, com aprovação por três quintos dos votos dos respectivos membros, o que lhes confere equivalência às emendas constitucionais.

Assinale a opção que indica, corretamente, o Tratado ou a Convenção Internacional sobre Direitos Humanos que tenha seguido o referido procedimento e, por isso, seja equivalente às emendas constitucionais, nos termos do Art. 5º, § 3º, da CRFB/88.

a) A Declaração Universal dos Direitos Humanos.

b) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).

c) A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará).

d) O Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão tratou sobre o status constitucional dos tratados internacionais de direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente sobre o procedimento previsto no art. 5º, §3º, da Constituição Federal. O dispositivo estabelece que somente os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

A alternativa A está incorreta, pois a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) não é um tratado ou convenção internacional. Ela foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 217 A (III), de 10 de dezembro de 1948.

Assim, embora a DUDH seja um dos mais importantes documentos internacionais de proteção dos direitos humanos, não se submeteu ao procedimento de aprovação previsto no art. 5º, §3º, da Constituição Federal, justamente porque não se trata de tratado ou convenção. A norma constitucional é expressa:

“§3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”

Portanto, a alternativa A contém um erro inequívoco, pois atribui à Declaração Universal dos Direitos Humanos uma natureza jurídica que ela não possui e um procedimento de incorporação que não foi por ela realizado.

A alternativa B está incorreta, pois a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro antes da Emenda Constitucional nº 45/2004, que introduziu o §3º do art. 5º da Constituição. A Convenção foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992.

Desse modo, embora seja um tratado internacional sobre direitos humanos, não foi aprovado pelo procedimento qualificado do art. 5º, §3º, da Constituição Federal, razão pela qual não possui a equivalência formal às emendas constitucionais decorrente desse dispositivo.

A alternativa C está incorreta, pois a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará) também foi incorporada ao ordenamento brasileiro

anteriormente à EC nº 45/2004 e pelo procedimento ordinário. A Convenção foi promulgada pelo Decreto nº 1.973, de 1º de agosto de 1996, após ter sido aprovada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 107, de 31 de agosto de 1995.

Assim, embora a Convenção de Belém do Pará seja um tratado internacional de direitos humanos, não foi aprovada segundo o rito qualificado do art. 5º, §3º, da Constituição Federal, motivo pelo qual não se enquadra na hipótese descrita no enunciado.

A alternativa D está correta, pois o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso foi expressamente aprovado pelo Congresso Nacional nos termos do §3º do art. 5º da Constituição Federal.

Com efeito, o Decreto Legislativo nº 261, de 25 de novembro de 2015, dispõe literalmente:

“Art. 1º Fica aprovado, nos termos do §3º do art. 5º da Constituição Federal, o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013.”

Posteriormente, o Tratado foi promulgado pelo Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018, cujo preâmbulo também deixa expressa a utilização do procedimento constitucional qualificado:

“Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Tratado por meio do Decreto Legislativo nº 261, de 25 de novembro de 2015, conforme o procedimento de que trata o §3º do art. 5º da Constituição;”

O próprio Portal da Legislação do Planalto relaciona o Decreto Legislativo nº 261/2015 e o Decreto nº 9.522/2018 entre os atos decorrentes do disposto no §3º do art. 5º da Constituição.

Desse modo, o Tratado de Marraqueche é precisamente o documento indicado pela questão que preenche os requisitos do art. 5º, §3º, da Constituição Federal, possuindo, portanto, equivalência às emendas constitucionais.

QUESTÃO 19. O partido político *Delta* requereu o registro de candidatura de João para concorrer ao cargo eletivo de Governador do Estado *Beta*. Maria, por sua vez, filiada ao partido político *Sigma*, que concorreria ao mesmo cargo eletivo, recebeu provas de que João incorria em uma causa de inelegibilidade de natureza infraconstitucional.

Ao levar esse fato ao conhecimento do diretório de *Sigma*, Maria foi informada, ainda no prazo de impugnação do registro, de que o partido político não adotaria qualquer medida em relação à candidatura de João. Por essa razão, Maria contratou você, como advogado(a), para analisar o que ela poderia fazer nessa situação.

Com relação à hipótese apresentada, assinale a opção que apresenta a orientação jurídica correta.

a) No registro de candidatura, são avaliadas as condições de elegibilidade, não as causas de inelegibilidade, como a que recai sobre João, o que deve ser feito após o deferimento do registro.

b) Os legitimados para impugnar o registro de João são a federação, a coligação, o partido político e o Ministério Público, sendo vedado suscitar uma causa de inelegibilidade posteriormente.

c) A inelegibilidade na qual João incorre, de natureza infraconstitucional, pode ser invocada no prazo de impugnação do registro, tendo Maria, apenas por ser candidata, legitimidade para fazê-lo.

d) Maria, como qualquer do povo, tem legitimidade para impugnar o registro de candidatura de João, único momento em que podem ser suscitadas as inelegibilidades, constitucionais ou infraconstitucionais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da legitimidade para impugnar registro de candidatura por causa de inelegibilidade infraconstitucional.

A alternativa A está incorreta, pois, no processo de registro, são analisadas tanto as condições de elegibilidade quanto as causas de inelegibilidade.

LC 64/90: “Art. 26-D. As condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento de formalização do registro de candidatura, sem prejuízo do reconhecimento pela Justiça Eleitoral, de ofício ou mediante provocação, das alterações fáticas ou jurídicas supervenientes que afastem ou extingam a inelegibilidade, incluído o encerramento do seu prazo, desde que constituídas até a data da diplomação”.

A alternativa B está incorreta, porque também possuem legitimidade qualquer candidato e o Ministério Público.

LC 64/90: “Art. 3º Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro do candidato, impugná-lo em petição fundamentada”.

Além disso, a inelegibilidade constitucional ou superveniente pode ser suscitada posteriormente, nas hipóteses legais.

Súmula nº 47 do TSE: “A inelegibilidade superveniente que autoriza a interposição de recurso contra expedição de diploma, fundado no art. 262 do Código Eleitoral, é aquela de índole constitucional ou, se infraconstitucional, superveniente ao registro de candidatura, e que surge até a data do pleito”.

Código Eleitoral: “Art. 262. O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade”.

A alternativa C está correta, pois Maria, na condição de candidata, possui legitimidade para ajuizar ação de impugnação do registro de João, dentro do prazo de cinco dias da publicação do pedido de registro, nos termos do art. 3 da LC 64/90, acima transcrito. A Súmula nº 47 do TSE ressalva que o recurso contra expedição de diploma pode tratar de inelegibilidade constitucional ou de inelegibilidade infraconstitucional

superveniente ao registro e surgida até a data da eleição. Portanto, a causa já conhecida no prazo de impugnação deve ser alegada na ação própria, sob pena de preclusão.

A alternativa D está incorreta, porque qualquer pessoa pode apresentar notícia de inelegibilidade, mas a ação de impugnação de registro somente pode ser ajuizada pelos legitimados previstos no art. 3º da LC nº 64/1990. Além disso, é incorreto afirmar que as inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais somente podem ser suscitadas no momento do registro. As inelegibilidades infraconstitucionais preexistentes devem ser alegadas na impugnação ao registro; contudo, as inelegibilidades constitucionais e as infraconstitucionais supervenientes ao registro, surgidas até a data do pleito, podem ser discutidas posteriormente mediante recurso contra expedição de diploma, conforme a Súmula nº 47 do TSE.

QUESTÃO 20. Uma emissora de televisão divulgou ampla reportagem a respeito da conduta de João na eleição do ano Y, candidato com registro deferido para concorrer ao cargo de Deputado Estadual pelo partido político *Sigma*, que fora filmado enquanto conversava com Pedro, eleitor com domicílio eleitoral no mesmo Estado de João.

Nessa conversa, João afirmou que, caso Pedro lhe confiasse o voto na eleição a ser realizada em outubro do referido ano, teria os recursos necessários para pintar a casa dele.

Ao tomar conhecimento do teor da reportagem, o presidente do diretório estadual do partido político *Beta* o consultou como advogado(a) em relação à caracterização, ou não, da captação ilícita de sufrágio vedada pela Lei nº 9.504/1997, de modo a ensejar a cassação do registro de João.

Quanto à orientação jurídica a ser dada, assinale a afirmativa correta.

a) Não houve pedido explícito de voto, logo o dolo de João não está caracterizado.

b) É cabível o ajuizamento de representação por captação ilícita de sufrágio, desde que isso seja feito até a data da diplomação.

c) Desde que seja demonstrado que Pedro aceitou a oferta de João, está caracterizada a captação ilícita de sufrágio, que observará a mesma sistemática afeta à investigação judicial eleitoral.

d) Como a solicitação de João foi direcionada a um único eleitor, a conduta não apresenta potencialidade para comprometer a normalidade da eleição, logo não está configurada a captação ilícita de sufrágio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da captação ilícita de sufrágio, também conhecida como compra de votos.

A alternativa A está incorreta, pois o pedido explícito de voto é dispensável. Basta a demonstração do dolo específico de obter o voto do eleitor: No caso, João ofereceu a pintura da casa de Pedro condicionada ao recebimento de seu voto, o que evidencia o dolo específico.

Lei 9.504/97: “Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o

voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir.

A alternativa B está correta, pois a representação por captação ilícita de sufrágio pode ser ajuizada até a data da diplomação.

Lei 9.504/97: “Art. 41-A. (...) § 3º A representação contra as condutas vedadas no caput poderá ser ajuizada até a data da diplomação”.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 41-A, caput, da Lei nº 9.504/1997 não exige que Pedro aceite a oferta ou efetivamente vote em João. A captação ilícita de sufrágio pode ocorrer mediante o simples ato de doar, oferecer, prometer ou entregar vantagem pessoal ao eleitor, com a finalidade de obter-lhe o voto.

A alternativa D está incorreta, pois o art. 41-A, caput, da Lei nº 9.504/1997 não exige que a vantagem seja oferecida a determinado número mínimo de eleitores nem que a conduta tenha potencialidade para comprometer a normalidade ou o resultado da eleição. A norma considera ilícita a oferta ou promessa de vantagem pessoal dirigida a um eleitor, desde que realizada com o fim de obter-lhe o voto e dentro do período compreendido entre o registro da candidatura e o dia da eleição, inclusive.

QUESTÃO 21. O processo de internalização de um tratado internacional varia de acordo com o ordenamento constitucional de cada país. No Brasil trata-se de processo multifásico, com a participação tanto do Poder Executivo, quanto do Poder Legislativo.

Assinale a afirmativa correta sobre o processo de internalização de tratados internacionais no Brasil.

a) No plano doméstico, o processo de internalização se encerra com a publicação de um decreto presidencial que promulgue o tratado internacional em questão.

b) O Senado Federal, como Casa responsável por aprovar as indicações de embaixadores, é também onde se inicia a análise de tratados internacionais assinados pelo Presidente da República.

c) Os tratados internacionais que tratam de matéria tributária precisam ser aprovados no Congresso Nacional com quórum de lei complementar.

d) No caso de tratados de Direitos Humanos submetidos ao processo de ratificação previsto no Art. 5º, §3º, da Constituição Federal, dotados de status de emenda constitucional, cabe ao Presidente do Congresso Nacional promulgar e publicar o decreto correspondente.

Comentários

A alternativa correta é a letra A.

A questão tratou sobre o processo de internalização dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro, que possui natureza multifásica, envolvendo a atuação do Poder Executivo e do Poder Legislativo. Em linhas gerais, após a celebração do tratado pelo Presidente da República, o instrumento é submetido ao Congresso Nacional; uma vez aprovado, ocorre a ratificação e, posteriormente, a promulgação e publicação por decreto presidencial, momento a partir do qual o tratado passa a produzir efeitos no plano interno. O Supremo Tribunal Federal reconhece expressamente essa estrutura no sistema constitucional brasileiro.

A alternativa A está correta, pois o procedimento de incorporação dos tratados internacionais ao direito interno se conclui com a edição do decreto presidencial de promulgação, que também promove a publicação oficial do texto e confere executoriedade ao tratado no plano doméstico. O art. 84, VIII, da Constituição Federal atribui ao Presidente da República a competência para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional:

“Compete privativamente ao Presidente da República: (...) VIII - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;”

Por sua vez, o art. 49, I, da Constituição estabelece a competência exclusiva do Congresso Nacional para resolver definitivamente sobre determinados tratados, acordos ou atos internacionais:

“É da competência exclusiva do Congresso Nacional: I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;”

A jurisprudência do STF é expressa quanto à conclusão do procedimento mediante decreto presidencial. No julgamento da ADC 39, o Tribunal consignou:

“O exame da vigente CF permite constatar que a execução dos tratados internacionais e a sua incorporação à ordem jurídica interna decorrem, no sistema adotado pelo Brasil, de um ato subjetivamente complexo, resultante da conjugação de duas vontades homogêneas: a do Congresso Nacional, que resolve, definitivamente, mediante decreto legislativo, sobre tratados, acordos ou atos internacionais (CF, art. 49, I) e a do presidente da República, que, além de poder celebrar esses atos de direito internacional (CF, art. 84, VIII), também dispõe – enquanto chefe de Estado que é – da competência para promulgá-los mediante decreto.”

O STF prossegue esclarecendo que:

“O iter procedimental de incorporação dos tratados internacionais – superadas as fases prévias da celebração da convenção internacional, de sua aprovação congressional e da ratificação pelo chefe de Estado – conclui-se com a expedição, pelo presidente da República, de decreto, de cuja edição derivam três efeitos básicos que lhe são inerentes: (a) a promulgação do tratado internacional; (b) a publicação oficial de seu texto; e (c) a executoriedade do ato internacional, que passa, então, e somente então, a vincular e a obrigar no plano do direito positivo interno.”

Portanto, a alternativa está correta ao afirmar que, no plano doméstico, o processo de internalização se encerra com a publicação do decreto presidencial que promulga o tratado internacional.

A alternativa B está incorreta, pois não é no Senado Federal que se inicia a análise dos tratados internacionais assinados pelo Presidente da República. O Presidente da República celebra tratados, convenções e atos

internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional, nos termos do art. 84, VIII, da Constituição. Após a celebração, o tratado é encaminhado ao Congresso Nacional para apreciação, sendo a tramitação legislativa iniciada na Câmara dos Deputados, e não no Senado Federal.

O Senado Federal possui, de fato, competência constitucional para aprovar determinadas indicações feitas pelo Presidente da República, inclusive de chefes de missão diplomática de caráter permanente, mas essa atribuição não significa que seja a Casa onde se inicia a apreciação dos tratados internacionais.

A alternativa confunde, portanto, a competência do Senado para determinadas aprovações relacionadas à política externa com o procedimento constitucional de incorporação dos tratados internacionais. A jurisprudência do STF confirma que a aprovação congressional constitui uma das etapas do procedimento, seguida pela ratificação e, posteriormente, pela promulgação presidencial.

A alternativa C está incorreta, pois não existe exigência constitucional de que tratados internacionais que versem sobre matéria tributária sejam aprovados pelo Congresso Nacional mediante quórum de lei complementar. O procedimento de aprovação de tratados internacionais não se confunde com o processo legislativo de elaboração de leis ordinárias ou complementares.

A Constituição estabelece, no art. 69, que:

“As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.”

Assim, o quórum de maioria absoluta é próprio da aprovação das leis complementares, não constituindo requisito geral para a aprovação de tratados internacionais que versem sobre matéria tributária.

Além disso, o art. 98 do Código Tributário Nacional dispõe expressamente:

“Os tratados e as convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna, e serão observados pela que lhes sobrevenha.”

Portanto, a matéria tributária não transforma o procedimento de internalização do tratado em processo de aprovação por lei complementar. A natureza da matéria não altera, por si só, o procedimento constitucional de incorporação dos tratados.

A alternativa D está incorreta, pois, mesmo no caso de tratados internacionais de direitos humanos aprovados pelo procedimento qualificado do art. 5º, §3º, da Constituição Federal, a promulgação e a publicação do tratado no plano interno são realizadas por decreto do Presidente da República, e não pelo Presidente do Congresso Nacional.

O art. 5º, §3º, da Constituição estabelece:

“Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”

O dispositivo estabelece um quórum qualificado de aprovação pelo Congresso Nacional e atribui ao tratado equivalência às emendas constitucionais. Isso, contudo, não transfere ao Presidente do Congresso Nacional a competência para promulgá-lo.

A própria prática constitucional confirma que a promulgação continua sendo realizada pelo Presidente da República. É o que ocorreu, por exemplo, com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovada pelo procedimento do art. 5º, §3º, e posteriormente promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009, ato do Presidente da República.

Desse modo, a alternativa D erra ao atribuir ao Presidente do Congresso Nacional uma competência que permanece sendo exercida pelo Presidente da República. O STF, inclusive, afirma expressamente que o procedimento de incorporação se encerra com a expedição, pelo Presidente da República, do decreto de promulgação, inclusive quanto aos efeitos de publicação e executoriedade.

QUESTÃO 22. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro é fundamental para o entendimento e aplicação do Direito Internacional Privado no Brasil. Entre as suas normas estão aquelas que regulam os conflitos de lei no espaço.

Sendo assim, com base no direito positivo brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) A prova de fatos ocorridos no estrangeiro, em processo que tramita no Brasil, se rege sempre pela lei brasileira, não importa onde ocorram.**
- b) No inventário judicial, o Juiz brasileiro deve obedecer à lei de nacionalidade do defunto, sendo desimportante o local de sua residência.**
- c) O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que os nubentes tiverem domicílio, e, se este for diverso, à do primeiro domicílio conjugal.**
- d) A autoridade judiciária brasileira é competente para conhecer as ações relativas a imóveis situados no Brasil, salvo se um dos proprietários for estrangeiro.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão tratou sobre as regras de Direito Internacional Privado previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), especialmente os critérios de conexão utilizados para determinar a lei aplicável às relações jurídicas com elementos estrangeiros. Entre esses critérios estão o domicílio da pessoa, a situação dos bens, o local de constituição das obrigações, o domicílio do autor da herança e, especificamente quanto ao regime de bens, o domicílio dos nubentes e, sendo este diverso, o primeiro domicílio conjugal.

A alternativa A está incorreta, pois a LINDB estabelece regra específica para a prova dos fatos ocorridos no estrangeiro. O art. 13 dispõe:

“A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.”

Assim, não é correto afirmar que a prova será sempre regida pela lei brasileira. Quanto ao ônus e aos meios de produção da prova de fatos ocorridos no estrangeiro, aplica-se, em regra, a lei do país em que o fato ocorreu. A alternativa, portanto, contraria expressamente o art. 13 da LINDB.

A alternativa B está incorreta, pois a sucessão por morte ou por ausência, segundo a regra geral da LINDB, não é determinada pela lei da nacionalidade do falecido, mas pela lei do país em que ele estava domiciliado. O art. 10, caput, da LINDB estabelece:

“A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.”

Portanto, o critério de conexão adotado pela legislação brasileira é o domicílio do de cujus, e não sua nacionalidade. A alternativa também está equivocada ao afirmar que seria desimportante o local da residência do falecido, pois justamente o seu domicílio constitui o elemento de conexão previsto no dispositivo.

A alternativa C está correta, pois reproduz literalmente a regra prevista no art. 7º, §4º, da LINDB para a determinação da lei aplicável ao regime de bens. O dispositivo estabelece:

“O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.”

Desse modo, havendo domicílio comum dos nubentes, aplica-se a lei do país desse domicílio. Se os nubentes tiverem domicílios diversos, aplica-se a lei do primeiro domicílio conjugal. A alternativa, portanto, está de acordo com a regra de conexão estabelecida pela LINDB.

A alternativa D está incorreta, pois a competência da autoridade judiciária brasileira para conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil não sofre a ressalva apresentada na alternativa. A LINDB estabelece, em seu art. 12, §1º:

“Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.”

Além disso, o Código de Processo Civil reproduz essa regra de competência exclusiva em seu art. 23, I:

“Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;”

Portanto, a nacionalidade estrangeira de um dos proprietários não afasta a competência da autoridade judiciária brasileira. O elemento determinante para a regra de competência exclusiva é a localização do imóvel no território brasileiro, e não a nacionalidade de seu proprietário.

QUESTÃO 23. Determinado Tribunal Regional do Trabalho (TRT), ao fim de um determinado exercício financeiro, constatou que, em 31 de dezembro, havia saldo financeiro orçamentário em sua caixa único, que não chegou a ser utilizado.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Caso o TRT retenha tal saldo financeiro, tais valores não poderão ser deduzidos das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte.

b) Por estar vinculado ao Supremo Tribunal Federal (STF) como órgão de cúpula do Poder Judiciário, esse saldo ao caixa único do STF.

c) O TRT deverá restituir esse saldo ao caixa único do Tesouro da União ou esse valor de saldo será deduzido das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte.

d) A existência de saldo financeiro desse TRT ao final do ano configura má gestão do erário, devendo aquele que lhe deu causa ser punido criminal e administrativamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão tratou sobre o regime constitucional dos repasses duodecimais destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, especialmente quanto à destinação do saldo financeiro não utilizado ao final do exercício.

A alternativa A está incorreta, pois o saldo financeiro decorrente dos repasses duodecimais pode, sim, ser deduzido das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte. A Constituição Federal estabelece expressamente essa possibilidade.

A alternativa B está incorreta, pois o saldo financeiro não deve ser restituído ao caixa único do Supremo Tribunal Federal. O TRT integra a Justiça do Trabalho e, no âmbito federal, o saldo deve ser restituído ao caixa único do Tesouro da União, conforme determina o art. 168, §2º, da Constituição Federal.

A alternativa C está correta, pois reproduz exatamente a sistemática estabelecida pela Constituição Federal para o saldo financeiro decorrente dos recursos entregues em duodécimos. O art. 168, §2º, da Constituição Federal dispõe literalmente:

“O saldo financeiro decorrente dos recursos entregues na forma do caput deste artigo deve ser restituído ao caixa único do Tesouro do ente federativo, ou terá seu valor deduzido das primeiras parcelas duodecimais do exercício seguinte.”

Assim, tratando-se de um TRT, órgão do Poder Judiciário da União, eventual saldo financeiro decorrente dos duodécimos deverá ser restituído ao caixa único do Tesouro da União ou, alternativamente, deduzido das primeiras parcelas dos duodécimos do exercício seguinte. O Supremo Tribunal Federal também já reconheceu expressamente essa sistemática ao tratar da aplicação do art. 168, §§1º e 2º, da Constituição.

A alternativa D está incorreta, pois a simples existência de saldo financeiro ao final do exercício não configura, por si só, má gestão do erário nem autoriza a conclusão de que houve prática de ilícito criminal ou administrativo. A própria Constituição prevê expressamente a hipótese de existência de saldo e estabelece qual deve ser sua destinação: restituição ao caixa único do Tesouro ou dedução dos primeiros duodécimos do exercício seguinte.

Observação importante sobre o fundamento indicado: há uma pequena correção técnica em relação ao dispositivo mencionado. O art. 168, §1º, da CF estabelece:

“É vedada a transferência a fundos de recursos financeiros oriundos de repasses duodecimais.”

Esse dispositivo é relacionado ao regime dos duodécimos, mas não é ele que fundamenta diretamente a alternativa C. A regra específica sobre o saldo financeiro não utilizado e sua restituição ao Tesouro ou dedução dos primeiros duodécimos do exercício seguinte está no art. 168, §2º, da Constituição Federal, incluído pela EC nº 109/2021. Portanto, para justificar juridicamente o gabarito C, o dispositivo correto é o §2º, e não o §1º.

QUESTÃO 24. O Banco XYZ S.A., sociedade de economia mista federal (estatal não dependente) e que não faz uso de recursos públicos para pagamento de pessoal, recebeu uma equipe de fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU), que desejava saber, entre outras questões, o valor das remunerações pagas aos diretores do banco, para fins de cálculo do limite de despesas totais com pessoal previstas na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Constatando que os diretores recebiam acima do teto remuneratório constitucional (a saber, o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal - STF), o TCU determinou que as remunerações dos diretores fossem limitadas ao teto constitucional, deixando de computar o excesso remuneratório acima do teto para a apuração da despesa total com pessoal prevista na LRF.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O Banco XYZ S.A., por se tratar de uma empresa estatal não dependente, não se submete aos limites de despesa total com pessoal previstos na LRF.**
- b) Os dirigentes do referido banco, nos termos da LRF, podem ser pessoalmente responsabilizados pelo excesso remuneratório acima do teto efetivamente recebido.**
- c) O TCU deveria ter computado o excesso remuneratório acima do teto efetivamente pago aos dirigentes do Banco XYZ S.A. para a apuração da despesa total com pessoal prevista na LRF.**
- d) A LRF veda, expressamente, o pagamento de remuneração a dirigentes de instituições financeiras estatais não dependentes que suplantem o teto remuneratório constitucional.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão tratou sobre a aplicabilidade da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) às empresas estatais não dependentes, especialmente quanto aos limites de despesa total com pessoal. A LRF, em seu art. 1º, §3º, I, “b”, delimita quais entidades estão compreendidas nas referências feitas pela lei à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

A alternativa A está correta, pois o Banco XYZ S.A. é expressamente apresentado como sociedade de economia mista federal não dependente, isto é, não recebe recursos do ente controlador para pagamento

de despesas com pessoal ou de custeio em geral. Dessa forma, não está abrangido, para fins da LRF, pelo conceito de entidades integrantes da União previsto no art. 1º, §3º, I, “b”.

O dispositivo estabelece literalmente:

“Nas referências: I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos: (...) b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;”

Portanto, a própria LRF restringe a extensão de suas referências às empresas estatais dependentes, não alcançando as empresas estatais não dependentes.

Além disso, o conceito de empresa estatal dependente está previsto no art. 2º, III, da LRF:

“Empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária;”

Como o enunciado afirma expressamente que o Banco XYZ S.A. é não dependente e não faz uso de recursos públicos para pagamento de pessoal, ele não se submete aos limites de despesa total com pessoal estabelecidos pela LRF.

A alternativa B está incorreta, pois os dirigentes do banco não podem ser responsabilizados, com fundamento na LRF, pelo simples fato de receberem remuneração acima do teto para fins de apuração da despesa total com pessoal. Isso porque, sendo o banco uma estatal não dependente, ele não está abrangido pela disciplina da LRF relativa aos limites de despesa com pessoal.

A alternativa C está incorreta, pois o excesso remuneratório pago aos dirigentes do Banco XYZ S.A. não deve ser computado para a apuração da despesa total com pessoal prevista na LRF. A razão é justamente a ausência de submissão da empresa estatal não dependente aos limites de pessoal da LRF, nos termos do art. 1º, § 3º, I, “b”.

A alternativa D está incorreta, pois a LRF não contém vedação expressa ao pagamento de remuneração aos dirigentes de instituições financeiras estatais não dependentes que ultrapasse o teto constitucional. Além disso, o próprio regime constitucional do teto remuneratório possui regra específica para empresas públicas e sociedades de economia mista.

Com efeito, o art. 37, §9º, da Constituição Federal estabelece:

“O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.”

Assim, tanto a disciplina da LRF quanto a regra constitucional do teto remuneratório fazem distinção entre empresas estatais dependentes e não dependentes. No caso apresentado, por se tratar de sociedade de economia mista não dependente, o Banco XYZ S.A. não está sujeito aos limites de despesa total com pessoal previstos na LRF, razão pela qual o gabarito é a letra A.

QUESTÃO 25. Em razão de grave calamidade pública causada por fortes enchentes no território do Município Alfa no final de 2024, a União transferiu a tal Município, devidamente autorizada por lei específica, vultosos recursos para combater os efeitos da calamidade natural.

De modo a também aliviar a pressão tributária sobre os cidadãos dessa municipalidade, lei ordinária federal, publicada em 29/12/2024, previu também a isenção de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) nesse Município, durante todo o ano de 2025.

Sabendo-se que o fato gerador do IPTU, nesse Município, ocorre em 1º de janeiro de cada ano, assinale a afirmativa correta.

a) Tal isenção, ainda que concedida por razões humanitárias, viola a autonomia tributária municipal, por ter sido concedida pela União.

b) Por configurar lei de isenção mais benéfica ao contribuinte, seu efeito de impedir a cobrança do IPTU poderá ser produzido imediatamente.

c) Tal lei, embora constitucional, não poderá produzir seus efeitos em 1º de janeiro de 2025, sob pena de violação à anterioridade tributária nonagesimal.

d) Tratando-se de estado de calamidade pública, existe autorização constitucional para que o Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, conceda esse tipo de isenção.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**.

A questão trata sobre vedação constitucional à isenção heterônoma de IPTU.

A alternativa A está correta. O IPTU é imposto de competência municipal. A União não pode instituir isenção de imposto municipal, ainda que a finalidade seja humanitária ou exista calamidade pública.

Nos termos da norma aplicável:

" É vedado à União: [...] III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios." (CF/88, art. 151, III).

A alternativa B está incorreta. O vício é de competência: a lei federal não pode conceder a isenção de IPTU. Por isso, a maior benignidade alegada não torna a norma federal apta a impedir a cobrança municipal.

A alternativa C está incorreta. A premissa de constitucionalidade está errada. Além disso, a anterioridade nonagesimal limita a exigência de tributos, não a concessão de isenção pelo ente competente.

A alternativa D está incorreta. A calamidade pública não cria exceção ao art. 151, III, da Constituição (Já citado na alternativa A). O Município pode disciplinar isenção de seu IPTU em lei própria, mas a União não pode fazê-lo por lei federal.

Segundo o professor Rodrigo Martins:

"Este princípio está positivado no artigo 151, III, da CF/88. [...] III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. (RODRIGO MARTINS. Direito Tributário para a 1ª Fase do Exame de Ordem" (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 7.13. São Paulo: Estratégia OAB, 2026).

QUESTÃO 26. O Estado Beta promulgou uma lei estadual ordinária que autoriza os seus Municípios a firmarem um convênio para que o próprio Estado Beta exerça as funções de arrecadar e fiscalizar o IPTU em todo o território municipal. A lei estadual também prevê que, nos termos do convênio, seja possível delegar ao Estado Beta a função de cobrança extrajudicial e judicial do IPTU.

O Município Alfa aderiu à previsão legislativa por meio de convênio com o Estado Beta, e este passou a notificar os contribuintes e lavrar autos de infração para a cobrança do IPTU no território do Município Alfa. Quando ocorria inadimplemento, o Estado Beta, por meio de sua Procuradoria, promovia a competente Ação de Execução Fiscal.

Alguns contribuintes autuados questionam a legalidade da fiscalização e da cobrança feita pelo Estado Beta, alegando que a competência tributária municipal é indelegável. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) Poderia ser delegada ao Estado Beta a atribuição de fiscalização desse tributo municipal, mas não a de sua cobrança judicial por meio da Procuradoria do Estado Beta.**
- b) A lei ordinária estadual poderia deferir ao Estado Beta, via convênio, a atribuição de fiscalização do IPTU municipal, bem como a de cobrança extrajudicial ou judicial do tributo.**
- c) A fiscalização e cobrança de tal tributo não é legal por ausência de previsão em lei complementar de caráter nacional, que autorize a delegação, não sendo suficiente a mera lei ordinária estadual.**
- d) A fiscalização realizada pelo Estado Beta é ilegal, pois a competência tributária para instituir e fiscalizar tal tributo é exclusiva do Município Alfa, não podendo ser delegada a qualquer outro ente federativo.**

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata sobre indelegabilidade da competência tributária e limites da delegação administrativa.

A alternativa A está correta. O CTN admite que uma pessoa jurídica de direito público atribua a outra as funções de arrecadar ou fiscalizar tributos. A cobrança judicial, porém, não está entre as funções delegáveis pelo art. 7º.

Nos termos da norma aplicável:

"A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra." (CTN, art. 7º, caput).

A alternativa B está incorreta. A alternativa acerta quanto à possibilidade de fiscalização, mas erra ao incluir a cobrança judicial pela Procuradoria estadual no campo da atribuição administrativa delegável.

A alternativa C está incorreta. A autorização nacional já existe no art. 7º do CTN (já mencionado na alternativa A). A ilegalidade não decorre da falta de lei complementar nacional, mas do excesso de incluir a cobrança judicial na delegação.

A alternativa D está incorreta. A competência legislativa para instituir o IPTU não se transfere, mas isso não impede a atribuição de funções de arrecadação e fiscalização a outra pessoa jurídica de direito público.

Segundo o professor Rodrigo Martins:

"E mais importante: segundo o referido art. 7º, caput, do CTN, diferentemente da competência tributária, a capacidade tributária ativa pode ser delegada. (RODRIGO MARTINS. Direito Tributário para a 1ª Fase do Exame de Ordem" (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 6.2. São Paulo: Estratégia OAB, 2026).

QUESTÃO 27. A sociedade empresária Equipamentos Ltda. precisa participar de uma licitação pública e, para isso, deve apresentar certidão de regularidade fiscal municipal.

Ao solicitar o documento na Prefeitura, o contador da sociedade empresária foi comunicado que existe um débito de IPTU do exercício de 2026 ainda não vencido (vencimento em 30 dias) e outro débito de taxa municipal, que está com a exigibilidade suspensa por força de liminar em mandado de segurança. O servidor público da Prefeitura informou que, por existirem débitos tributários em aberto, só pode emitir uma certidão positiva, o que impedirá a sociedade empresária de participar da licitação.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) A certidão negativa a ser emitida deverá conter apenas os débitos não vencidos, excluindo-se os débitos com exigibilidade suspensa, que devem constar como positivos.

b) A Prefeitura está correta ao emitir uma certidão positiva, pois se exige a efetiva quitação de todos os tributos para a expedição de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.

c) A sociedade empresária poderá obter certidão negativa apenas em relação ao débito com exigibilidade suspensa, mas o débito de IPTU não vencido impede a emissão de certidão negativa.

d) A sociedade empresária não faz jus a uma certidão negativa, pois existem débitos tributários relacionados a ela, mas poderá obter uma certidão positiva com efeitos de negativa.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata sobre certidão positiva com efeitos de negativa.

A alternativa A está incorreta. A situação não autoriza certidão negativa simples. Tanto o crédito não vencido quanto o crédito com exigibilidade suspensa devem constar em certidão positiva com efeitos de negativa.

A alternativa B está incorreta. A quitação integral não é exigida quando o crédito não venceu ou quando sua exigibilidade está suspensa. Essas hipóteses têm, por lei, os mesmos efeitos da certidão negativa.

A alternativa C está incorreta. O débito de IPTU não vencido não impede a emissão do documento de regularidade com efeitos de negativa. Ele é expressamente abrangido pelo art. 206 do CTN.

A alternativa D está correta. Há créditos tributários, de modo que não cabe certidão negativa pura; entretanto, ambos se enquadram no art. 206 do CTN e justificam certidão positiva com efeitos de negativa:

"Tem os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa." (CTN, art. 206).

Segundo o professor Rodrigo Martins:

"Atenção: a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos (CPEND) tem os mesmos efeitos jurídicos da Certidão Negativa de Débitos (CND). Assim, com uma CPEND o contribuinte poderá praticar qualquer ato para o qual é exigida uma CND. (RODRIGO MARTINS. Direito Tributário para a 1ª Fase do Exame de Ordem" (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 18.4. São Paulo: Estratégia OAB, 2026).

QUESTÃO 28.

José, residente e domiciliado em Belo Horizonte, MG, pretende doar para Mário, seu único filho maior, residente e domiciliado em Vitória, ES, um imóvel de sua propriedade, situado no Município de Salvador, capital do Estado da Bahia.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a opção que indica o ente federado ao qual é devido o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) incidente nessa transmissão por doação.

- a) O Estado do Espírito Santo, em que o donatário Mário é residente e domiciliado.**
- b) O Estado da Bahia, por competir ao Estado da situação do bem imóvel a ser doado.**
- c) O Estado de Minas Gerais, por competir ao Estado em que José, o doador, é residente e domiciliado.**
- d) O Município de Salvador, por ser um tributo de competência do Município onde se localiza o imóvel.**

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre competência estadual para ITCMD sobre bem imóvel.

A alternativa A está incorreta. Para bem imóvel, a Constituição não usa o domicílio do donatário como critério. O elemento decisivo é a situação do imóvel.

A alternativa B está correta. O ITCMD incidente na doação de bem imóvel é devido ao Estado da situação do bem. Como o imóvel está em Salvador, o sujeito ativo é o Estado da Bahia.

O CTN, no art. 155, dispõe que:

" Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos. [...]

§ 1º O imposto previsto no inciso I:

I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal." (CF/88, art. 155, I e § 1º, I).

A alternativa C está incorreta. O domicílio do doador não define a competência do ITCMD quando a doação recai sobre bem imóvel situado em outro Estado.

A alternativa D está incorreta. O ITCMD é imposto estadual e distrital, não municipal. A localização em Salvador apenas conduz à competência do Estado da Bahia.

Segundo o professor Rodrigo Martins:

"Tratando-se de transmissão causa mortis ou por doação de BENS IMÓVEIS e respectivos direitos [...], é competente o Estado, ou o Distrito Federal, da situação do bem. (RODRIGO MARTINS. Direito Tributário para a 1ª Fase do Exame de Ordem" (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 20.2. São Paulo: Estratégia OAB, 2026).

QUESTÃO 29.

Marcelo foi convidado a integrar os quadros sociais da sociedade empresária XYZ S.A., uma sociedade anônima brasileira de capital fechado, que atua no ramo de comércio de roupas e tem como atuais sócios, Eduardo e Marcos. O capital social foi aumentado, gerando novas ações que serão subscritas por Marcelo, para que assuma a condição de sócio.

A título de pagamento para a subscrição de tais ações, Marcelo transferiu um imóvel de sua propriedade em integralização de capital, em troca recebendo uma determinada quantidade de ações da sociedade empresária. Ciente de que o valor de mercado do imóvel corresponde exatamente ao valor das ações subscritas, sobre a tributação dessa operação, assinale a afirmativa correta.

a) Incidirá sobre a aquisição das ações o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários (IOF).

b) A transferência de propriedade do imóvel de Marcelo para a sociedade empresária, para fins de integralização de capital social, não é uma operação tributável.

c) A integralização de capital social por meio de um bem imóvel equipara-se a uma doação e deverá incidir o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Bens e Direitos (ITCMD).

d) O Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), incidente na transferência de propriedade do imóvel entre Marcelo e a sociedade empresária XYZ S.A., em troca das novas ações, é devido ao município do domicílio de Marcelo.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata sobre imunidade de ITBI na integralização de capital social.

A alternativa A está incorreta. A subscrição de ações mediante integralização de capital não configura, no caso, operação tributável por IOF.

A alternativa B está correta. A transferência do imóvel para a realização de capital da pessoa jurídica é hipótese constitucional de não incidência de ITBI, ausente no enunciado qualquer elemento que afaste essa imunidade:

"Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

[...] II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis

[...]. § 2º O imposto previsto no inciso II:

I - não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil." (CF/88, art. 156, II e § 2º, I).

A alternativa C está incorreta. Não há liberalidade própria de doação. O imóvel é entregue como contrapartida da subscrição de ações, e a hipótese relevante é a não incidência de ITBI prevista na Constituição.

A alternativa D está incorreta. A transmissão em realização de capital não sofre ITBI nas circunstâncias narradas. Mesmo se houvesse incidência, não seria o domicílio do transmitente o critério constitucional para o ITBI.

Segundo o professor Rodrigo Martins:

"De acordo com o dispositivo constitucional em questão, há imunidade específica de ITBI na transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital. (RODRIGO MARTINS. Direito Tributário para a 1ª Fase do Exame de Ordem" (OAB). Livro Digital Interativo - LDI. 21.3. São Paulo: Estratégia OAB, 2026).

QUESTÃO 30. O Governador do Estado Alfa, após a observância das formalidades legais, declarou a utilidade pública, por meio de decreto, do imóvel localizado à rua XYZ, de titularidade de João da Silva,

visando à desapropriação. Irresignado com a situação posta e sem acreditar que, de fato, o poder público daria continuidade à desapropriação, o proprietário realizou, sem a concordância do expropriante, benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias no local. Contudo, ao perceber que, de fato, a área seria desapropriada, João da Silva procurou você para, na qualidade de advogado(a), prestar-lhe a devida orientação jurídica. Nesse cenário, considerando as disposições do Decreto-Lei nº 3.365/1941, que versa sobre as desapropriações, por utilidade pública, assinale a afirmativa correta.

a) As benfeitorias necessárias e úteis serão objeto de indenização pelo poder público, mas não as benfeitorias voluptuárias.

b) O Estado Alfa deverá indenizar todas as benfeitorias realizadas por João da Silva, sob pena de enriquecimento sem causa.

c) João da Silva tem direito à indenização pelas benfeitorias necessárias que foram realizadas no imóvel, mas não pelas benfeitorias úteis e voluptuárias.

d) Como as benfeitorias foram realizadas por João da Silva, após a declaração formal de utilidade pública do imóvel, o Estado Alfa não será obrigado a indenizá-las.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Intervenção do Estado na Propriedade, mais precisamente sobre a Desapropriação.

A alternativa A está incorreta. As benfeitorias úteis somente serão indenizadas se tiverem sido feitas com a autorização do ente expropriante, o que não foi o caso; logo, não cabe indenização quanto a elas. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. As benfeitorias necessárias, de fato, sempre devem ser indenizadas. Porém, as benfeitorias úteis somente serão indenizadas se tiverem sido feitas com a autorização do ente expropriante; e as voluptuárias não são indenizadas. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. As benfeitorias necessárias sempre devem ser indenizadas; já as benfeitorias úteis somente serão indenizadas se tiverem sido feitas com a autorização do ente expropriante; as benfeitorias voluptuárias não serão indenizadas. Como, no caso narrado, João da Silva realizou as benfeitorias sem a concordância do expropriante, apenas as necessárias serão indenizadas. De acordo com o art. 26, caput e § 1º, do DL 3.365/41:

“Art. 26. No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, não se incluirão os direitos de terceiros contra o expropriado. § 1º Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação; as úteis, quando feitas com autorização do expropriante.”

A alternativa D está incorreta. As benfeitorias necessárias sempre devem ser indenizadas; já as benfeitorias úteis somente serão indenizadas se tiverem sido feitas com a autorização do ente expropriante. Vide comentário da alternativa C.

QUESTÃO 31. A autoridade competente do pequeno Município Alfa entrou em contato com o empresário exclusivo da cantora Lúcia, consagrada tanto pela crítica especializada quanto pela opinião pública, com a intenção de contratá-la para realizar uma apresentação no show de celebração do aniversário do referido ente federativo, festa que é bastante famosa na localidade, atraindo muitos turistas. Em razão disso, o empresário de Lúcia buscou sua assessoria jurídica, para obter esclarecimentos acerca da viabilidade da contratação almejada sem a realização de licitação, salientando que o cachê da cantora é de R\$ 200.000,00. Sobre o caso narrado, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021,

a) A licitação é dispensável para a contratação de Lúcia, considerando o valor do cachê que será por ela cobrado na situação descrita.

b) A validade da contratação de Lúcia pelo Município Alfa depende da realização de licitação na modalidade diálogo competitivo.

c) A contratação de Lúcia caracteriza hipótese de inexigibilidade de licitação, em decorrência da inviabilidade de competição em tais circunstâncias.

d) O Município Alfa apenas poderia realizar a contratação direta de Lúcia, mediante dispensa de licitação, após a apresentação de três orçamentos de artistas de mesma envergadura.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Licitações, mais especificamente sobre a Contratação Direta.

A alternativa A está incorreta. A licitação não é dispensável, mas sim inexigível. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta. A licitação, no caso narrado, é inexigível; logo, não há de se falar em “modalidade diálogo competitivo”. Vide comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. De fato, a contratação da artista se pauta em uma inviabilidade de competição, o que ocasiona a inexigibilidade da licitação. Conforme o art. 74, II, da Lei 14.133/2021:

“Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: (...) II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;”

A alternativa D está incorreta. A lei 14.133/2021 não traz esse requisito de “apresentação de 3 orçamentos”, bastando seguir as exigências dos artigos 72 a 74.

QUESTÃO 32. Após o regular processo licitatório, o Estado Alfa e a sociedade empresária Beta celebraram contrato administrativo visando à prestação de determinado serviço público à coletividade em geral. No curso da avença, contudo, o poder público aventou a possibilidade de, mediante decreto do Chefe do Poder Executivo e por motivo de interesse público, retomar o serviço, por meio do instituto da encampação. Irresignado, o diretor executivo da entidade privada procurou você para, na qualidade de advogado(a), prestar-lhe a devida consultoria jurídica. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei

nº 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, assinale a opção que apresenta, corretamente, a orientação jurídica prestada.

a) A retomada do serviço público por parte do Estado Alfa, com base no instituto da encampação, dispensa prévio pagamento de indenização à sociedade empresária Beta.

b) O interesse público na retomada do serviço por parte do Estado Alfa legitima a caducidade do contrato administrativo, não sendo caso de aplicabilidade do instituto da encampação.

c) Inexistindo inadimplemento contratual imputado à sociedade empresária Beta, é vedado ao poder público retomar o serviço durante o prazo da concessão, ainda que se alegue a existência de motivo de interesse público.

d) Para que o Estado Alfa possa, legitimamente, invocar o instituto da encampação, é necessário que esteja presente motivo de interesse público, sem o prejuízo da edição de lei autorizativa específica e de prévio pagamento de indenização à sociedade empresária Beta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Concessão de Serviços Públicos.

A alternativa A está incorreta. É necessário o prévio pagamento de indenização, vide comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Não se trata de caducidade, mas sim de encampação. A caducidade ocorre quando se tem a inexecução total ou parcial do contrato. De acordo com o artigo 38 da Lei 8.987/95:

“Art. 38. A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de caducidade da concessão ou a aplicação das sanções contratuais, respeitadas as disposições deste artigo, do art. 27, e as normas convencionadas entre as partes.”

A alternativa C está incorreta. No caso de inadimplemento contratual, ocorreria a caducidade. No caso da encampação, o poder público pode retomar o serviço, ainda que o contrato esteja sendo cumprido corretamente, pois a justificativa é a existência de interesse público na referida retomada. Vide comentários das alternativas B e D.

A alternativa D está correta. De fato, a encampação de um serviço público, a qual consiste na retomada do serviço pelo ente concedente, possui alguns requisitos para ser aplicada. São eles: motivo de interesse público + lei autorizativa específica + prévio pagamento de indenização. É o que determina a Lei 8.987/95, em seu artigo 37, vejamos:

“Art. 37. Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do artigo anterior.”

QUESTÃO 33. A sociedade empresária Esperança formulou dois pedidos perante a Administração Pública. Um deles corresponde ao deferimento de um ato administrativo simples vinculado, para o qual preenche

os respectivos requisitos previstos em lei. O outro diz respeito a um ato administrativo simples discricionário, em relação ao qual houve a apresentação da documentação pertinente, para fins de apreciação. Ocorre que a Administração Pública está inerte em relação aos aludidos pleitos há mais de dois anos, razão pela qual você, como advogado(a), foi contratado(a) para adotar as medidas pertinentes em juízo, com o objetivo de defender os interesses da mencionada pessoa jurídica. Assinale a opção que indica a conduta que você, corretamente, deve adotar.

a) As ações ajuizadas devem, em ambos os casos, pleitear apenas o reconhecimento da omissão administrativa, com a determinação para que haja o pronunciamento da autoridade competente, considerando que em nenhuma das hipóteses o Judiciário poderá reconhecer o direito subjetivo ao ato pretendido sem violar o princípio da separação de Poderes.

b) Somente deve ser ajuizada ação com o objetivo de obter reconhecimento da omissão administrativa, com a determinação para que haja o pronunciamento da autoridade competente em relação ao ato vinculado, na medida em que os atos discricionários não podem ser submetidos ao controle jurisdicional, em razão do princípio da separação de Poderes.

c) Deve ser ajuizada ação para obter o reconhecimento da omissão administrativa, com a determinação para que haja o pronunciamento da autoridade competente, no que concerne ao ato discricionário, e para o reconhecimento do direito subjetivo à obtenção do ato vinculado, providência, nesse último caso, que não viola o princípio da separação de Poderes.

d) Nas duas situações, deve ser ajuizada ação para obter o deferimento do ato, pois o preenchimento dos requisitos previstos em lei para o ato vinculado e a apresentação da documentação pertinente para o ato discricionário ensejam o direito subjetivo à obtenção de ambas as providências pelo Judiciário, sem que haja a violação ao princípio da separação de Poderes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Atos Administrativos.

A alternativa C está correta. A questão cobrou o entendimento do candidato acerca dos atos administrativos discricionários e vinculados. De acordo com a doutrina:

“Um ato discricionário é aquele no qual o Administrador público tem dois ou mais soluções para um mesmo caso, podendo escolher por oportunidade ou conveniência qual será a solução mais adequada, lembrando que tal escolha sempre deverá estar amparada pela lei. O ato vinculado, por outro lado, significa que a lei apenas deu uma solução possível no caso concreto e é essa solução que a administração deverá aplicar.” (Direito Administrativo para a 1ª Fase do Exame de Ordem (OAB) - Estratégia OAB, 2026; Cap. 5 Atos Administrativos - Livro Digital Interativo).

Dessa forma, no caso narrado pelo enunciado, temos duas situações:

Quanto ao ato administrativo vinculado: quando o administrado preenche todos os requisitos legais para a obtenção de um ato vinculado, ele possui direito subjetivo à sua concessão. Diante da omissão ilícita da Administração, o Poder Judiciário pode reconhecer esse direito e determinar diretamente a concessão/emissão do ato, sem que isso viole a separação de Poderes.

Quanto ao ato administrativo discricionário: o mérito administrativo (conveniência + oportunidade) cabe exclusivamente à Administração Pública. Diante da mora injustificada, o Judiciário não pode se substituir ao administrador para deferir o ato discricionário, mas pode intervir para afastar a ilegalidade da omissão, determinando que a autoridade competente profira a decisão/pronunciamento.

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 34. Após obter a manifestação desfavorável em um processo administrativo em âmbito federal, Matheus interpôs, tempestivamente, o recurso cabível em face da decisão. Durante a tramitação do processo em grau recursal, o administrado percebeu que João da Silva, autoridade administrativa competente, delegou a decisão do recurso por ele interposto a Guilherme, agente público sem qualquer relação de hierarquia, com o argumento de que o último teria mais expertise na matéria discutida nos autos. Preocupado com eventuais reflexos da delegação realizada, Matheus procurou você para, na qualidade de advogado(a), prestar-lhe a adequada consultoria jurídica. Considerando a Lei nº 9.784/1999, que versa sobre o processo administrativo em âmbito federal, assinale a afirmativa que apresenta corretamente a sua orientação.

a) Caso haja a anuência expressa de Guilherme, a delegação efetivada por João da Silva se compatibilizará com a ordem jurídica.

b) A decisão de recurso administrativo não pode ser objeto de delegação, de forma que João da Silva agiu em contrariedade à legislação.

c) Como Guilherme tem mais expertise na matéria discutida nos autos, seria cabível a avocação de competência, e não o ato de delegação.

d) João da Silva poderia ter delegado a decisão do recurso administrativo a Guilherme, que dispõe de mais expertise na matéria discutida, de forma a prestigiar o princípio da eficiência na Administração Pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Processo Administrativo Federal (Lei 9.784/99).

A alternativa A está incorreta. A delegação, no caso narrado, é incompatível com a ordem jurídica, vide comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta. De fato, a decisão de recurso administrativo não pode ser objeto de delegação, por vedação expressa da Lei 9.784/99, vejamos:

“Art. 13. Não podem ser objeto de delegação: II - a decisão de recursos administrativos;”

A alternativa C está incorreta. A avocação é realizada em relação a órgãos hierarquicamente inferiores, mas conforme o enunciado, Guilherme é agente público sem qualquer relação de hierarquia com João da Silva. De acordo com o art. 15 da Lei 9.784/99:

“Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.”

A alternativa D está incorreta. A delegação, no caso narrado, é incompatível com a ordem jurídica, vide comentário da alternativa B.

QUESTÃO 35. O Estado *Ômega* editou uma lei para dispensar a realização de estudo prévio de impacto ambiental para determinada atividade empresarial, sendo certo que a Resolução Conama nº 237/1997 considera tal atividade como potencialmente lesiva ao meio ambiente, de modo que seria necessária a realização do mencionado estudo no âmbito dessa última norma.

A sociedade empresária *Cautelosa*, que se dedica ao exercício dessa atividade, consultou você, como advogado(a), acerca da constitucionalidade da dispensa instituída pela lei estadual.

Diante dessa situação hipotética, sobre a lei editada pelo Estado *Ômega*, assinale a afirmativa correta.

- a) É constitucional, pois compete privativamente aos estados legislar sobre estudo prévio de impacto ambiental.**
- b) É inconstitucional, na medida em que as normas editadas pelo Conama são hierarquicamente superiores às leis estaduais.**
- c) É inconstitucional, pois os estados não têm competência para dispensar a realização de estudo de impacto ambiental na situação descrita.**
- d) É constitucional, considerando que a lei estadual deve prevalecer sobre os atos normativos editados por órgãos administrativos, tais como o Conama.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da inconstitucionalidade de lei estadual que dispensa EIA/RIMA exigido pelas normas ambientais gerais.

A alternativa A está incorreta, pois os Estados possuem competência legislativa concorrente em matéria ambiental, mas não podem afastar normas gerais federais nem dispensar estudo exigido para atividade potencialmente causadora de significativa degradação.

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário”.

A competência suplementar estadual não autoriza a redução do nível de proteção ambiental. O STF decidiu que a criação estadual de hipóteses de dispensa para atividades potencialmente poluidoras ultrapassa os limites da competência concorrente:

“2. No quadro da competência legislativa concorrente, incumbe à União a edição de normas gerais sobre direito ambiental. Já os Estados elaboram normas complementares a fim de atender às peculiaridades locais. A criação de hipóteses de dispensa de licenciamento para atividades potencialmente poluidoras transborda o limite dessa competência”. (STF - ADI: 4529 MT, Relator: ROSA WEBER, Data de Julgamento: 22/11/2022, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-243 DIVULG 30-11-2022 PUBLIC 01-12-2022).

A alternativa B está incorreta, não porque as normas do Conama sejam hierarquicamente superiores às leis estaduais, mas porque a lei estadual invade a competência da União e viola a proteção constitucional do meio ambiente. Além disso, a Constituição impõe ao Poder Público o dever de exigir o estudo prévio quando presentes os requisitos ambientais (Art. 225, § 1º, inciso IV – vide transcrição na alternativa seguinte).

A alternativa C está correta, pois o Estado não pode dispensar o estudo de impacto ambiental quando a atividade é considerada potencialmente lesiva e a exigência decorre das normas gerais ambientais. A Constituição determina:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;”.

A alternativa D está incorreta. O fato de o Conama ser órgão administrativo não significa que seus atos sejam automaticamente inferiores ou irrelevantes diante da lei estadual. A questão deve ser resolvida pela Constituição, que define a competência concorrente e impõe um padrão mínimo de proteção ambiental. A lei estadual pode regulamentar aspectos regionais e estabelecer proteção mais rigorosa, mas não pode flexibilizar ou afastar exigência ambiental aplicável à atividade potencialmente degradadora.

QUESTÃO 36. Após a divulgação na imprensa de evento caracterizador de grave dano ao meio ambiente, ocasionado durante o desenvolvimento de atividade econômica pela sociedade empresária XYZ, a autoridade policial, com atribuição para a apuração do caso, emitiu uma nota pública, afirmando que existiriam elementos informativos robustos que apontariam para a prática de crime ambiental.

Dessa forma, João, representante legal da entidade privada e membro do seu órgão colegiado, preocupado com potenciais consequências criminais que poderiam decorrer do acontecimento, entrou em contato com você, para, na qualidade de advogado(a), orientá-lo sobre a responsabilidade penal

ambiental. Registre-se que o delito foi praticado por decisão de João, representante legal da entidade privada, em benefício desta.

Sobre a responsabilidade penal ambiental na hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

a) A sociedade empresária XYZ e João, na qualidade de representante legal da entidade, podem responder objetivamente, na esfera penal, pela conduta praticada.

b) A responsabilização penal da sociedade empresária XYZ tem natureza subsidiária, caso não seja possível identificar a pessoa natural que, efetivamente, deu causa à conduta penalmente proibida.

c) A sociedade empresária XYZ não poderá ser responsabilizada na esfera penal, por ausência de previsão constitucional e legal, mas nada impede que João, na qualidade de representante legal da entidade, responda, criminalmente, pela conduta perpetrada.

d) A responsabilização penal da sociedade empresária XYZ é, juridicamente, cabível, pois a infração penal foi cometida por decisão de João, seu representante legal, em benefício desta, o que não exclui a responsabilidade da pessoa natural, autora ou partícipe do mesmo fato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da responsabilidade penal ambiental da pessoa jurídica e da responsabilidade da pessoa física que atua em seu nome ou benefício.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 3º, caput, da Lei nº 9.605/1998 condiciona a responsabilização da pessoa jurídica à prática da infração por decisão de seu representante legal ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da entidade. Portanto, a responsabilidade não é objetiva. Também é necessário demonstrar a conduta e o vínculo de João com o crime.

A alternativa B está incorreta, porque a responsabilidade da pessoa jurídica não é subsidiária. A lei não estabelece que a empresa somente possa ser responsabilizada depois da pessoa física, nem condiciona sua responsabilização à identificação ou à persecução penal concomitante do indivíduo responsável. A Constituição Federal admite expressamente a aplicação de sanções penais às pessoas físicas e jurídicas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente:

CF/88: “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

O Supremo Tribunal Federal, no RE 548.181, decidiu que a Constituição não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica à dupla imputação obrigatória:

“EMENTA RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO PENAL. CRIME AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE PENAL DA PESSOA JURÍDICA. CONDICIONAMENTO DA AÇÃO PENAL À IDENTIFICAÇÃO E À PERSECUÇÃO CONCOMITANTE DA PESSOA FÍSICA QUE NÃO ENCONTRA AMPARO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 1. O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação”. (STF - RE: 548181 PR, Relator: Min. ROSA WEBER, Data de Julgamento: 06/08/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJE-213 DIVULG 29-10-2014 PUBLIC 30-10-2014).

A alternativa C está incorreta, pois existe previsão constitucional e legal para a responsabilidade penal da pessoa jurídica. O art. 225, § 3º, da Constituição Federal prevê expressamente a aplicação de sanções penais às pessoas jurídicas por condutas lesivas ao meio ambiente. Além disso, o art. 3º da Lei nº 9.605/1998 regulamenta essa possibilidade e estabelece os requisitos para a responsabilização do ente coletivo: a prática da infração por decisão de representante legal ou contratual, ou de órgão colegiado, no interesse ou benefício da entidade. No caso narrado, esses requisitos estão presentes, pois a infração foi praticada por decisão de João, que era representante legal e membro do órgão colegiado da sociedade empresária, em benefício da própria pessoa jurídica.

A alternativa D está correta, porque o crime foi praticado por decisão de João, representante legal da sociedade empresária, em benefício desta. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a da pessoa física:

Lei 9.605/1998: “Art. 3º As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato”.

Portanto, XYZ e João podem responder criminalmente pelo mesmo fato, sem que isso configure responsabilidade objetiva ou exija dupla imputação obrigatória.

QUESTÃO 37. Carla, atriz iniciante, participou de uma campanha publicitária para determinada marca de roupas, autorizando expressamente o uso de sua imagem em redes sociais da contratante por seis meses. Encerrado o prazo contratual, a imagem de Carla continuou sendo utilizada em novas campanhas publicitárias, inclusive vinculando sua fotografia a produtos que não existiam à época da autorização inicial.

Ao tomar conhecimento, Carla procurou assessoria jurídica especializada para orientá-la sobre a possibilidade de exigir a cessação da utilização de sua imagem, bem como a reparação pelos danos suportados.

Assinale a opção que apresenta, à luz do Código Civil e da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a orientação jurídica correta.

a) A utilização da imagem de Carla após o prazo inicialmente autorizado é lícita, pois a autorização para uso de imagem possui natureza irretratável.

b) A utilização da imagem após o prazo contratual apenas gera responsabilidade civil se Carla comprovar prejuízo econômico direto decorrente da divulgação.

c) A utilização da imagem após o prazo autorizado não configura ilícito, pois a empresa possui direito de exploração econômica da campanha publicitária produzida.

d) A utilização da imagem de Carla após o término da autorização constitui violação a direito da personalidade, sendo cabível a cessação da divulgação e eventual indenização por danos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da proteção do direito de imagem e dos efeitos da utilização comercial após o término da autorização.

A alternativa A está incorreta, pois a autorização para uso de imagem não permite utilização ilimitada ou posterior ao prazo expressamente contratado. No caso, a autorização foi restrita a seis meses.

A alternativa B está incorreta, porque a indenização pela publicação não autorizada de imagem com finalidade econômica ou comercial independe da prova de prejuízo, nos termos da Súmula 403 do STJ:

“Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais”.

A alternativa C está incorreta, pois o interesse econômico da empresa na exploração da campanha não autoriza a utilização da imagem após o encerramento do consentimento.

A alternativa D está correta, porque o art. 20 do Código Civil permite ao titular requerer a proibição da utilização da imagem e também a indenização cabível:

“Art. 20. Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais”.

QUESTÃO 38. Uma *startup* de tecnologia desenvolveu um aplicativo de monitoramento dos hábitos de consumo digital. Para o funcionamento do serviço, o aplicativo coleta dados pessoais dos usuários, incluindo histórico de navegação, preferências de consumo e localização aproximada. No momento do cadastro, o aplicativo solicitou a autorização para o tratamento desses dados.

Após algum tempo, a *startup* passou a utilizar parte dessas informações para a análise estatística interna e para a melhoria da segurança do sistema, sem solicitar novo consentimento dos usuários. Além disso, em determinada situação, a empresa compartilhou dados com autoridades públicas para o cumprimento de ordem judicial relacionada à investigação criminal.

Considerando as bases legais para o tratamento de dados pessoais previstas na legislação brasileira, assinale a afirmativa correta.

a) O tratamento de dados pessoais pode ocorrer com base em diferentes fundamentos jurídicos previstos na legislação, incluindo consentimento, cumprimento de obrigação legal e interesse legítimo do controlador.

b) O tratamento de dados pessoais somente pode ocorrer mediante consentimento expresso do titular, não sendo admitidas outras bases legais.

c) A empresa somente poderia tratar os dados para finalidades estatísticas ou de segurança se obtivesse um novo consentimento específico dos titulares, não havendo outra base legal aplicável.

d) O compartilhamento de dados pessoais com autoridades públicas depende sempre de consentimento prévio do titular.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata das bases legais para o tratamento de dados pessoais previstas na LGPD.

Para resolver esta questão, precisamos da inteligência do art. 7 da LGPD:

“Art. 7º. O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

IX - quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou

§ 5º O controlador que obteve o consentimento referido no inciso I do caput deste artigo que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas nesta Lei”.

A alternativa A está correta, pois o tratamento de dados pessoais pode ser fundamentado em diferentes bases legais, incluindo o consentimento, o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e o legítimo interesse do controlador (Art. 7 da LGPD).

A alternativa B está incorreta, porque o consentimento não é a única base legal admitida pela LGPD. A lei também prevê, entre outras hipóteses, o cumprimento de obrigação legal e o legítimo interesse (Art. 7 da LGPD).

A alternativa C está incorreta, pois o tratamento para análise estatística interna e melhoria da segurança pode encontrar fundamento em outras bases legais, desde que respeitados os princípios e os direitos dos titulares. Não é indispensável novo consentimento em toda situação (Art. 7, § 5º da LGPD).

A alternativa D está incorreta, porque o compartilhamento para atendimento de ordem judicial não depende sempre de consentimento prévio. O cumprimento de obrigação legal ou de determinação judicial pode

justificar o tratamento. A jurisprudência admite, em situações específicas, o compartilhamento de dados com órgãos de persecução penal sem necessidade de autorização prévia do titular (Art. 7, inciso II da LGPD).

QUESTÃO 39. Carolina nasceu durante o casamento de Márcia, sua mãe, com Paulo, que a registrou como filha e exerceu, por mais de 20 anos, todas as funções inerentes à paternidade, mantendo com ela sólida relação socioafetiva.

Anos depois, Carolina descobriu sua origem biológica e ajuizou ação de investigação de paternidade em face de Roberto, que reconheceu espontaneamente ser seu pai biológico. No curso do processo, ficou demonstrado que Carolina sempre preservou fortes vínculos afetivos com Paulo e manifestou expressamente o desejo de manter o vínculo jurídico já existente, ao mesmo tempo que pretendia ver reconhecida sua ascendência biológica.

Após o reconhecimento judicial da paternidade biológica, Roberto sustentou que o vínculo de filiação anteriormente existente com Paulo deveria ser automaticamente desconstituído, afirmando ser juridicamente impossível a coexistência de duas paternidades. Paulo, por sua vez, requereu a manutenção do vínculo socioafetivo já consolidado.

Sobre o caso hipotético narrado, à luz da Constituição Federal, do Código Civil e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) O reconhecimento da paternidade biológica não impede a manutenção da paternidade socioafetiva anteriormente constituída, sendo possível a coexistência de ambos os vínculos jurídicos de filiação, com a produção dos respectivos efeitos pessoais e patrimoniais.**
- b) O reconhecimento da paternidade biológica impede a desconstituição do vínculo socioafetivo apenas para fins de alimentos e convivência familiar, permanecendo vedada a produção de efeitos sucessórios em relação ao pai socioafetivo.**
- c) O reconhecimento da paternidade biológica somente poderá coexistir com a paternidade socioafetiva se houver concordância expressa dos dois pais, por se tratar de situação excepcional que depende da manifestação de vontade de todos os envolvidos.**
- d) O reconhecimento da paternidade biológica torna incompatível a manutenção da paternidade socioafetiva anteriormente estabelecida, devendo prevalecer o vínculo biológico, por constituir a verdadeira origem da filiação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da multiparentalidade e da coexistência entre paternidade biológica e socioafetiva.

A alternativa A está correta, pois o reconhecimento da paternidade biológica não impede a manutenção da paternidade socioafetiva. O STF admite a coexistência dos vínculos, com seus efeitos jurídicos próprios, inclusive pessoais e patrimoniais, conforme o Tema 622:

“Recurso Extraordinário. Repercussão Geral reconhecida. Direito Civil e Constitucional. Conflito entre paternidades socioafetiva e biológica. Paradigma do casamento. Superação pela Constituição de 1988. Eixo central do Direito de Família: deslocamento para o plano constitucional. Sobre princípio da dignidade humana (art. 1º, III, da CRFB). Superação de óbices legais ao pleno desenvolvimento das famílias. Direito à busca da felicidade. Princípio constitucional implícito. Indivíduo como centro do ordenamento jurídico-político. Impossibilidade de redução das realidades familiares a modelos pré-concebidos. Atipicidade constitucional do conceito de entidades familiares. União estável (art. 226, § 3º, CRFB) e família monoparental (art. 226, § 4º, CRFB). Vedação à discriminação e hierarquização entre espécies de filiação (art. 227, § 6º, CRFB). Parentalidade presuntiva, biológica ou afetiva. Necessidade de tutela jurídica ampla. Multiplicidade de vínculos parentais. Reconhecimento concomitante. Possibilidade. Pluriparentalidade. Princípio da paternidade responsável (art. 226, § 7º, CRFB). Recurso a que se nega provimento. Fixação de tese para aplicação a casos semelhantes. (...) 13. A paternidade responsável, enunciada expressamente no art. 226, § 7º, da Constituição, na perspectiva da dignidade humana e da busca pela felicidade, impõe o acolhimento, no espectro legal, tanto dos vínculos de filiação construídos pela relação afetiva entre os envolvidos, quanto daqueles originados da ascendência biológica, sem que seja necessário decidir entre um ou outro vínculo quando o melhor interesse do descendente for o reconhecimento jurídico de ambos. 14. A pluriparentalidade, no Direito Comparado, pode ser exemplificada pelo conceito de “dupla paternidade” (dual paternity), construído pela Suprema Corte do Estado da Louisiana, EUA, desde a década de 1980 para atender, ao mesmo tempo, ao melhor interesse da criança e ao direito do genitor à declaração da paternidade. Doutrina. 15. Os arranjos familiares alheios à regulação estatal, por omissão, não podem restar ao desabrigo da proteção a situações de pluriparentalidade, por isso que merecem tutela jurídica concomitante, para todos os fins de direito, os vínculos parentais de origem afetiva e biológica, a fim de prover a mais completa e adequada tutela aos sujeitos envolvidos, ante os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) e da paternidade responsável (art. 226, § 7º). 16. Recurso Extraordinário a que se nega provimento, fixando-se a seguinte tese jurídica para aplicação a casos semelhantes: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”. (STF - RE: 898060 SC, Relator: LUIZ FUX, Data de Julgamento: 21/09/2016, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 24/08/2017).

A solução também é compatível com o Código Civil:

“Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consangüinidade ou outra origem”.

A alternativa B está incorreta, porque a multiparentalidade não limita seus efeitos a alimentos e convivência. O reconhecimento concomitante produz os efeitos jurídicos próprios da filiação, sem exclusão automática dos efeitos patrimoniais.

A alternativa C está incorreta, pois a coexistência dos vínculos não depende da concordância expressa dos dois pais. O elemento central é a existência dos vínculos parentais e o melhor interesse do filho.

A alternativa D está incorreta, porque o vínculo biológico não prevalece automaticamente sobre o socioafetivo. A Constituição veda a discriminação entre as espécies de filiação:

“Art. 227. § 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

QUESTÃO 40. A sociedade empresária XYZ Comércio S.A. ajuizou ação reivindicatória em face de uma comunidade formada por cerca de 80 famílias que, há aproximadamente 8 anos, ocupa uma área urbana de grande extensão de sua propriedade, regularmente registrada no cartório de imóveis.

No curso do processo, restou comprovado que a ocupação se deu de forma contínua, pacífica e de boa-fé, tendo os possuidores realizado diversas benfeitorias, inclusive a construção de moradias, a instalação de rede informal de abastecimento de água e a organização de atividades econômicas locais. O laudo pericial indicou que a área passou a desempenhar relevante função social, atendendo a interesses econômicos e sociais expressivos.

Considerando o disposto no Código Civil brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) O pedido reivindicatório da sociedade empresária XYZ deve ser julgado procedente, assegurado o direito de retenção pelas benfeitorias necessárias e úteis.
- b) Comprovada a titularidade da sociedade empresária XYZ, o pedido reivindicatório deve ser julgado procedente, sendo irrelevante a consolidação fática da posse.
- c) A perda da propriedade com fundamento na função social depende de prévia desapropriação pelo Poder Executivo, não podendo ser declarada em ação reivindicatória.
- d) O Juiz poderá privar a sociedade empresária XYZ da propriedade do bem, mediante justa indenização, valendo a sentença, após o pagamento, como título para registro em nome dos possuidores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da perda da propriedade por ocupação coletiva de extensa área, em razão da função social do imóvel.

Para resolver esta questão, vamos precisar da inteligência do Código Civil:

“Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

§ 2º São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.

§ 3º O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.

§ 4º O proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela

houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante”.

A alternativa A está incorreta, pois, embora o proprietário possa reivindicar o bem, o Código Civil prevê hipótese específica de privação da propriedade quando preenchidos os requisitos da ocupação coletiva qualificada. Não se trata apenas de assegurar retenção por benfeitoria.

A alternativa B está incorreta, porque a titularidade registral não torna irrelevante a consolidação fática da posse. A propriedade deve ser exercida em conformidade com suas finalidades econômicas e sociais.

A alternativa C está incorreta, pois a hipótese pode ser reconhecida pelo juiz no próprio processo reivindicatório, não dependendo de prévia desapropriação pelo Poder Executivo.

A alternativa D está correta, pois o Código Civil autoriza a privação da propriedade quando houver extensa área, posse ininterrupta e de boa-fé por mais de cinco anos, ocupação por número considerável de pessoas e realização de obras ou serviços de relevante interesse social e econômico. No caso, estão presentes os requisitos legais: extensa área urbana, aproximadamente 80 famílias, posse contínua e de boa-fé por oito anos, moradias, abastecimento de água e atividades econômicas locais.

QUESTÃO 41. Joana, criança, foi abandonada pelo pai, que nunca prestou qualquer assistência financeira. Sua mãe, apesar de trabalhar, não consegue prover sozinha as necessidades básicas da filha.

Diante dessa situação, a mãe de Joana ingressou com uma ação contra os avós paternos, requerendo o pagamento de pensão alimentícia, uma vez que o pai está em local incerto e não sabido. Citados na ação, os avós paternos consultaram você, como advogado(a), alegando que eles não têm qualquer obrigação de prestar alimentos e que cabe à mãe localizar o genitor para que ele arque com as despesas.

Diante da situação e da legislação vigente, assinale a opção que indica, corretamente, a orientação jurídica que você prestou.

a) Os avós paternos só poderão ser responsabilizados pelo pagamento de alimentos a Joana se houver a suspensão do poder familiar do genitor.

b) A mãe de Joana deve apresentar sentença declaratória de ausência do genitor, como requisito indispensável para a determinação da obrigação dos avós.

c) Os avós paternos têm a obrigação de prestar alimentos à Joana, sendo a responsabilidade subsidiária à do pai, que está em local desconhecido e sem possibilidade de ser localizado.

d) Como a obrigação dos avós é subsidiária e excepcional, eventual dever de prestar alimentos à neta só será devido após sentença judicial transitada em julgado determinando essa obrigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos alimentos avoengos.

A alternativa A está incorreta, pois a obrigação dos avós não depende da suspensão do poder familiar do genitor, não há previsão legal nesse sentido. Basta a impossibilidade total ou parcial de cumprimento da obrigação pelos pais.

A alternativa B está incorreta, porque a lei não exige a sentença declaratória de ausência. A localização incerta do genitor, associada à impossibilidade de ele prestar os alimentos, pode justificar o chamamento dos avós.

A alternativa C está correta, pois os alimentos são devidos pelos ascendentes mais próximos quando os pais não conseguem cumprir integralmente a obrigação:

“Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaiando a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide”.

A responsabilidade avoenga é subsidiária e complementar, conforme a Súmula 596 do STJ:

“A obrigação alimentar dos avós tem natureza complementar e subsidiária, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais.”

A alternativa D está incorreta, porque a lei não exige aguardar o trânsito em julgado de sentença anterior contra o genitor. A obrigação pode ser discutida diretamente na ação de alimentos avoengos, desde que demonstrada a impossibilidade total ou parcial dos pais.

QUESTÃO 42. Em um domingo à tarde, o porteiro do Condomínio Residencial Tempo de Verão, localizado no município de João Pessoa, PB, ausentou-se da portaria durante o seu horário de trabalho por aproximadamente 60 minutos, sem qualquer autorização ou justificativa.

Durante esse período, um indivíduo teve acesso ao edifício e furtou diversos bens do apartamento da moradora Mary Cassatt.

A investigação revelou que o porteiro deixou o posto para tratar de assuntos pessoais nas imediações, em claro descumprimento de suas obrigações contratuais e das normas internas do condomínio.

Mary ajuizou ação de indenização por danos materiais contra o condomínio, alegando falha na prestação do serviço de vigilância.

Em sua defesa, o condomínio sustentou que não poderia ser responsabilizado, pois o empregado teria agido dolosa e unilateralmente, em desobediência às instruções da administração.

Sobre a hipótese narrada, com base no Código Civil brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) O condomínio responde objetivamente pelos atos ilícitos praticados por seus empregados no exercício da função, ainda que tenha havido descumprimento de normas internas.

b) O condomínio responde subjetivamente pelos atos de seus colaboradores, sendo necessário que Mary comprove a culpa da administração para obter êxito.

c) A responsabilidade do condomínio é excluída diante da culpa exclusiva do porteiro, visto que sua conduta não guarda nexos funcional com a atividade desempenhada.

d) A responsabilidade recai exclusivamente sobre o porteiro, pois agiu dolosamente, contrariando normas internas expressas e ordens do síndico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da responsabilidade objetiva do empregador ou comitente pelos atos de seus empregados e prepostos.

A alternativa A está correta, pois o condomínio responde objetivamente pelos atos praticados pelo empregado no exercício do trabalho ou em razão dele, ainda que o porteiro tenha descumprido normas internas:

“Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;

Art. 933. As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos”.

A alternativa B está incorreta, porque a responsabilidade prevista nos arts. 932, III, e 933 do Código Civil é objetiva, não sendo necessária a comprovação de culpa da administração.

A alternativa C está incorreta, pois a conduta do porteiro guarda nexos funcional com sua atividade: ele se ausentou da portaria durante o horário de trabalho, facilitando o acesso do invasor ao edifício.

A alternativa D está incorreta, porque o dolo ou a culpa do empregado não exclui a responsabilidade objetiva do condomínio, sem prejuízo de eventual direito de regresso contra o causador direto do dano.

QUESTÃO 43. Ricardo, de 14 anos, foi apreendido em flagrante, logo após subtrair três peças de picanha e duas de alcatra bovina de um supermercado.

Instaurado o procedimento de apuração de ato infracional, que transcorreu regularmente, as testemunhas confirmaram os fatos e Ricardo confessou a subtração.

Em sentença, o Juízo da Infância decidiu que os fatos estavam comprovados e aplicou a medida socioeducativa de obrigação de reparar o dano. Foi estipulada, de acordo com o valor de mercado e o peso dos alimentos, a quantia de R\$ 500,00 para o ressarcimento do dano causado.

Todavia, como Ricardo não conseguiu honrar com o valor fixado judicialmente, tanto ele quanto seus responsáveis procuraram você, como advogado(a), para ter sua assistência jurídica.

Sobre a situação narrada, assinale a afirmativa correta.

a) A impossibilidade de pagamento faz com que a medida se converta em internação.

b) Diante da manifesta impossibilidade de pagamento, a medida de obrigação de reparar o dano pode ser substituída por outra adequada.

c) A impossibilidade de pagamento, devidamente comprovada, leva à extinção do processo, já que a medida é educativa e não punitiva.

d) A impossibilidade de pagamento acarreta a suspensão do processo até os 21 anos de Ricardo, mas, caso haja melhora na condição financeira, o valor deve ser honrado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da substituição da medida socioeducativa de reparação do dano diante da manifesta impossibilidade de cumprimento.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão de conversão automática em internação. A internação é medida excepcional, restrita às hipóteses taxativas do Art. 122 do ECA, e o descumprimento que autoriza a internação-sanção pressupõe reiteração injustificável, o que não se confunde com a comprovada impossibilidade econômica de pagar.

A alternativa B está correta, porque o art. 116, parágrafo único, do ECA determina que, havendo manifesta impossibilidade de cumprimento da reparação do dano, a medida poderá ser substituída por outra adequada:

“Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada”.

A solução legal para a impossibilidade de cumprimento da obrigação de reparar o dano é a substituição por outra medida socioeducativa compatível, e não a agravação ou a extinção.

A alternativa C está incorreta. A impossibilidade de pagamento não extingue o processo socioeducativo. O Art. 116, parágrafo único, do ECA determina a substituição da medida por outra adequada, preservando-se a responsabilização do adolescente em termos compatíveis com sua realidade.

A alternativa D está incorreta. Não existe previsão legal de suspensão do processo socioeducativo até os 21 anos por impossibilidade de pagamento. A liberação compulsória aos 21 anos é regra própria da internação (Art. 121, § 5º, do ECA) e não guarda relação com a medida do Art. 116.

QUESTÃO 44. Herminda, 30 anos, foi presa em flagrante pela prática do crime de homicídio descrito no Art. 121 do Código Penal. De acordo com o inquérito, Herminda planejou e executou a morte de sua vizinha, antiga desafeta, por meros problemas de convivência.

No momento da prisão, policiais militares perceberam que o filho de Herminda, Gabriel, de 9 anos, estava em casa sozinho. Foi verificado que Gabriel não tinha com quem ficar, já que o pai é desconhecido e sua única referência é a mãe, agora presa.

Os policiais acionaram o Conselho Tutelar que, regularmente, aplicou a medida protetiva de acolhimento institucional à criança, com posterior comunicado ao Juízo da Infância responsável.

Em audiência de custódia, a prisão de Herminda foi convertida em preventiva e ela foi levada ao presídio feminino mais próximo de sua residência.

Passados dois meses, Gabriel, ainda acolhido, manifestou reiteradamente a vontade de ter contato com sua mãe, mas a entidade responsável pelo acolhimento não sabe como proceder no caso concreto.

Assim, Fábio, dirigente da entidade, procurou você, como advogado(a), para que lhe preste assessoria jurídica, especificamente, para esse caso.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) Considerando a gravidade do crime cometido, bem como a prisão preventiva decretada, Gabriel não poderá ter contato com sua genitora.
- b) É preciso ingressar com pedido de alvará judicial ao Juízo Criminal competente para o julgamento de Herminda, para que este autorize a visita de Gabriel à sua mãe.
- c) É preciso ingressar com pedido de alvará judicial ao Juízo da Infância para que a entidade responsável pelo acolhimento institucional promova a visita de Gabriel à sua mãe, que está privada de liberdade.
- d) É garantida a convivência da criança com a mãe privada de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pela entidade responsável pelo acolhimento institucional, independentemente de autorização judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata “do direito de convivência da criança com a mãe privada de liberdade durante o acolhimento institucional”.

A alternativa A está incorreta. A gravidade do delito imputado à genitora não afasta o direito da criança à convivência familiar. O Art. 19, § 4º, do ECA garante a convivência com a mãe privada de liberdade sem estabelecer qualquer ressalva fundada na natureza do crime ou na modalidade da prisão.

A alternativa B está incorreta. Não há necessidade de alvará judicial, tampouco pronunciamento do Juízo Criminal. O Art. 19, § 4º, do ECA é expresso ao dispensar autorização judicial para a realização das visitas periódicas.

A alternativa C está incorreta. O erro está na exigência de alvará judicial perante o Juízo da Infância. Ainda que a criança esteja em acolhimento institucional, o Art. 19, § 4º, do ECA atribui à própria entidade responsável a promoção das visitas, independentemente de autorização judicial.

A alternativa D está correta. a entidade responsável pelo acolhimento deve promover visitas periódicas de Gabriel à mãe, observando o melhor interesse da criança e as regras de segurança da unidade prisional, nos termos do ECA:

“Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

§ 4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial”.

QUESTÃO 45. A Associação dos Hotéis do Litoral ofereceu um serviço por meio do qual, pagando 24 parcelas mensais de R\$ 250,00, após dois anos, o consumidor ganharia sete diárias para aproveitar em quaisquer dos hotéis associados. Marina aderiu ao serviço. Porém, por esquecimento, deixou de pagar a 24ª parcela, apesar de ter realizado, pontualmente, o pagamento de todas as demais.

Ao entrar em contato com a associação para oferecer o pagamento da parcela em aberto e solicitar as reservas, foi informada de que havia perdido o direito às diárias, e que o contrato estava considerado resolvido, ante o não pagamento da última parcela.

Sobre o caso narrado, segundo os princípios aplicáveis ao Direito do Consumidor, assinale a afirmativa correta.

a) Com base no princípio da boa-fé objetiva e na teoria do adimplemento substancial, Marina pode insistir na manutenção do direito às diárias.

b) Com base no princípio da vulnerabilidade do consumidor e na vedação do enriquecimento sem causa, resta a Marina apenas pedir o reembolso das parcelas pagas.

c) Com base no princípio da informação e na vedação do enriquecimento sem causa, resta a Marina apenas pedir que a regra passe a ser divulgada com mais clareza.

d) Com base no princípio da informação e na vedação do enriquecimento sem causa, resta a Marina pedir que a regra passe a ser divulgada com mais clareza, bem como pedir o reembolso das parcelas pagas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da boa-fé objetiva e da teoria do adimplemento substancial nos contratos de consumo.

A alternativa A está correta. Marina pagou 23 das 24 parcelas, deixando de quitar apenas a última por esquecimento. O inadimplemento é mínimo diante do cumprimento quase integral da obrigação. Assim, a resolução do contrato e a perda das sete diárias podem ser afastadas, sem prejuízo da cobrança da parcela pendente. A boa-fé objetiva impede que o fornecedor resolva o contrato e retenha todas as vantagens econômicas após o pagamento de praticamente todo o preço. A teoria do adimplemento substancial preserva o contrato quando o cumprimento foi expressivo e o inadimplemento é reduzido:

“(...) 2. É possível a aplicação da Teoria do Adimplemento Substancial nas relações de direito privado, notadamente se “constatado o cumprimento expressivo do contrato, em função da boa-fé objetiva e da função social, mostra-se coerente a preservação do pacto celebrado”. (STJ - AgInt no AREsp: 2279914 RN 2023/0011038-0, Relator: Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Data de Julgamento: 14/08/2023, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/08/2023).

O Código Civil determina:

“Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”.

A alternativa B está incorreta, porque Marina não está limitada ao reembolso das parcelas pagas. O princípio da vulnerabilidade reconhece a posição de inferioridade do consumidor no mercado, mas não transforma todo inadimplemento contratual em causa automática de resolução nem determina, por si só, que a única solução seja a restituição dos valores.

CDC: *“Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:*

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;

III - harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica (art. 170, da Constituição Federal), sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;”

No caso, a vulnerabilidade de Marina reforça a necessidade de interpretação equilibrada do contrato, mas a consequência jurídica adequada é a preservação do vínculo e a possibilidade de pagamento da parcela em aberto, e não a limitação de seus direitos ao reembolso.

Além disso, a vedação ao enriquecimento sem causa não implica que Marina somente possa pedir a restituição. O art. 884 do Código Civil impede que alguém obtenha vantagem patrimonial sem justa causa à custa de outra pessoa:

“Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários”.

Esse princípio pode ser utilizado para impedir que a associação retenha as 23 parcelas e, simultaneamente, negue a prestação contratada sem justificativa proporcional. Portanto, ele não conduz necessariamente à resolução do contrato e ao reembolso; pode fundamentar justamente a preservação das diárias, mediante o pagamento da parcela restante.

A alternativa C está incorreta, pois o princípio da informação não se limita à divulgação posterior ou mais clara de uma regra contratual. Ele exige que o consumidor receba, antes e durante a contratação, informações adequadas e claras sobre o serviço, suas condições e eventuais consequências do inadimplemento. Todavia, ainda que houvesse deficiência informacional, isso não significa que a única providência cabível seria exigir que a associação passasse a divulgar a regra com maior clareza. Marina poderia discutir a validade, a interpretação e a aplicação da cláusula que prevê a perda das diárias, especialmente diante do pagamento de 23 das 24 parcelas. A alternativa também ignora que o problema central é a desproporção entre o inadimplemento de uma única parcela e a consequência de perder integralmente as sete diárias. Portanto, a informação não afasta a incidência da boa-fé objetiva e da teoria do adimplemento substancial.

A alternativa D está incorreta, pois, embora mencione corretamente a necessidade de informação clara e a vedação ao enriquecimento sem causa, afirma que Marina teria apenas o direito de pedir esclarecimento da regra e reembolso. A pretensão de Marina não se limita a exigir que a regra seja divulgada com maior clareza nem ao reembolso das parcelas pagas. Sua pretensão principal é impedir a resolução contratual desproporcional, oferecer o pagamento da 24ª parcela e preservar o direito às sete diárias. Além disso, a restituição dos valores pagos somente seria consequência possível se a resolução contratual fosse admitida. Porém, diante do adimplemento substancial, a solução mais adequada é conservar o contrato, permitindo que a consumidora cumpra a obrigação remanescente e usufrua da prestação contratada. A alternativa D também não considera que a retenção das 23 parcelas pela associação, acompanhada da perda integral das diárias por causa do não pagamento de uma única parcela, pode gerar vantagem desproporcional ao fornecedor e contrariar a boa-fé e o equilíbrio contratual.

QUESTÃO 46. Ana encomendou 2 litros de sorvete de cupuaçu para o seu almoço de aniversário diretamente da fábrica de sorvete *Gelado Ltda*.

Ao receber a encomenda, percebeu que o pote estava leve e, ao questionar o entregador, esse lhe disse que o sabor estava sendo muito pedido e, àquela hora, só restava pouco mais de 1 (um) litro no estoque, razão pela qual estava autorizado a abater o preço. Ana informou que o problema não era o preço, mas sim a quantidade de sobremesa para os convidados.

Assistindo ao diálogo, Rita, advogada, ofereceu auxílio jurídico para Ana, que insistia nos 2 litros de sorvete.

Diante disso, quanto à orientação a ser prestada por Rita, assinale a afirmativa correta.

a) Ana deve permitir que o fabricante apresente outra forma de solução para o problema.

b) Ana deve aceitar o abatimento do preço, ante a opção exercida pelo preposto do fabricante.

c) Ana deve ficar com o pote entregue e nada pagar, ante a alegação de que não há mais o produto.

d) Ana deve optar entre abater o preço, pedir a complementação ou a substituição do produto ou, ainda, o desfazimento da compra.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do vício de quantidade do produto e do direito de escolha do consumidor.

A alternativa D está correta, porque apresenta todas as opções conferidas a Ana pelo art. 19 do CDC. A entrega de pouco mais de um litro, quando foram contratados dois litros, caracteriza vício de quantidade. A lei permite que Ana escolha entre o abatimento proporcional do preço, a complementação do peso ou medida, a substituição do produto ou a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos:

“Art. 19. Os fornecedores respondem solidariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I - o abatimento proporcional do preço;

II - complementação do peso ou medida;

III - a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios;

IV - a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos”.

Pelo fundamento da letra D, as demais alternativas estão automaticamente incorretas.

QUESTÃO 47

Inês Cabedelo e mais cinco amigos, todos analistas de investimento, pretendem constituir uma sociedade simples para a prestação de serviços de consultoria financeira, sem que o exercício da profissão intelectual de cada sócio constitua elemento de empresa.

Ficou acordado por todos, que o tipo societário a ser adotado para a exploração da atividade econômica é a sociedade anônima, sendo que a administração da sociedade será privativa do sócio Lucena Lastro.

Com base na narrativa apresentada, sobre o tipo societário a ser adotado, assinale a afirmativa correta.

A) A sociedade será empresária, caso os sócios optem por arquivar o ato constitutivo na Junta Comercial; optando os sócios pelo arquivamento do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, a sociedade será simples.

B) A sociedade será simples, em virtude de o objeto social não ser atividade própria de empresário, já o ato constitutivo deve ser arquivado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas para que ela venha a adquirir personalidade jurídica.

C) A sociedade será empresária, ainda que a atividade econômica a ser exercida não seja própria de empresário, devendo o ato constitutivo ser arquivado na Junta Comercial para que a sociedade venha a adquirir personalidade jurídica.

D) A sociedade será simples, em virtude de o objeto social não ser atividade própria de empresário, já o arquivamento do ato constitutivo deve ser feito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ressalvada a possibilidade de transformação do tipo anônima para limitada, hipótese em que ela será empresária.

Comentários curtos

A alternativa correta é a **letra C**.

A questão trata da natureza empresária ou simples da sociedade, à luz do tipo societário adotado.

Embora, em regra, a sociedade seja empresária ou simples conforme o seu objeto, há uma exceção legal ligada ao tipo societário. Nos termos do art. 982, parágrafo único, do Código Civil, a sociedade por ações é sempre empresária, independentemente do seu objeto:

Parágrafo único. Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.

Assim, ainda que a atividade seja intelectual, de consultoria financeira, e não constitua elemento de empresa, a opção dos sócios pela sociedade anônima torna a sociedade empresária por força de lei. Sendo empresária, o registro dos atos constitutivos faz-se na Junta Comercial, no Registro Público de Empresas Mercantis, momento em que adquire personalidade jurídica (arts. 985 e 1.150 do CC).

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta, pois a natureza da sociedade não depende do local em que registrado o ato constitutivo, mas do tipo societário adotado; a sociedade anônima é empresária e deve, necessariamente, ser registrada na Junta Comercial.

A alternativa B está incorreta, pois a sociedade não será simples; a adoção do tipo sociedade anônima a torna empresária, independentemente do objeto, nos termos do art. 982, parágrafo único, do CC.

A alternativa C está correta, pois a sociedade anônima é sempre empresária, ainda que a atividade não seja própria de empresário, devendo o ato constitutivo ser arquivado na Junta Comercial, onde a sociedade adquire personalidade jurídica.

A alternativa D está incorreta, pois a sociedade anônima já é empresária desde a sua constituição, não dependendo de eventual transformação em limitada, e o seu registro não se faz no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

QUESTÃO 48

A sociedade Curtume Massapê Ltda. é composta por sete sócios, sendo dois deles pessoas jurídicas e o restante, pessoas naturais.

A sócia Maria Caridade, majoritária no capital social e única administradora, pretende aprovar em reunião a alteração do tipo societário para sociedade anônima, sem dissolver e liquidar Curtume Massapê Ltda.

Tal medida já tem previsão no contrato social, o qual autoriza a aplicação supletiva da Lei das S.A., e a sócia pretende implementá-la.

Maria Caridade consultou você, como advogado(a), para saber sobre o quórum deliberativo para a aprovação dessa proposta e se haveria direito de retirada para os atuais sócios e a consequente liquidação de suas quotas.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a sua resposta.

A) É preciso a aprovação da medida pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, podendo os sócios renunciar, no contrato social, ao direito de retirada.

B) A medida pretendida deve ser aprovada pela unanimidade dos sócios e, por conseguinte, não tem cabimento o direito de retirada pela ausência de sócio dissidente da deliberação.

C) É preciso a aprovação da medida pela maioria de votos dos presentes, sendo direito dos sócios dissidentes pleitear a liquidação de suas quotas se o contrato social dispuser nesse sentido.

D) Caso seja atingido o quórum deliberativo de três quartos do capital social, a medida estará aprovada, sendo direito potestativo dos sócios dissidentes pleitear a liquidação de suas quotas.

Comentários curtos

A alternativa correta é a **letra A**.

A questão trata da transformação do tipo societário, da sociedade limitada para a sociedade anônima, e do respectivo quórum de deliberação, bem como do direito de retirada.

A regra está no art. 1.114 do Código Civil:

Art. 1.114. A transformação depende do consentimento de todos os sócios, salvo se prevista no ato constitutivo, caso em que o dissidente poderá retirar-se da sociedade, aplicando-se, no silêncio do estatuto ou do contrato social, o disposto no art. 1.031.

Em regra, a transformação depende do consentimento de todos os sócios. No caso, contudo, a transformação está prevista no contrato social, o que afasta a exigência de unanimidade, incidindo a exceção do art. 1.114. Assim, a medida é aprovada pelo quórum de modificação do contrato social, correspondente a mais da metade do capital social, e ao sócio dissidente é assegurado o direito de retirada, com a liquidação de suas quotas, salvo se os sócios houverem renunciado a esse direito no contrato social, faculdade prevista, em aplicação supletiva, no art. 221, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está correta, pois, estando a transformação prevista no contrato social, dispensa-se a unanimidade, aprovando-se a medida por mais da metade do capital social, e o direito de retirada é assegurado ao dissidente, podendo os sócios renunciar a ele no contrato social.

A alternativa B está incorreta, pois a unanimidade só seria exigível se a transformação não estivesse prevista no contrato; havendo previsão, aplica-se a exceção do art. 1.114, que dispensa a unanimidade e assegura ao dissidente o direito de retirada.

A alternativa C está incorreta, pois o quórum não é o da maioria dos votos dos presentes, mas o de mais da metade do capital social, próprio da modificação do contrato social; ademais, o direito de retirada decorre da lei, e não de mera disposição contratual.

A alternativa D está incorreta, pois, após a Lei nº 14.451/2022, o quórum de modificação do contrato social passou a ser o de mais da metade do capital social, e não o de três quartos.

QUESTÃO 49

A sociedade empresária Antas Comércio de Artigos Esportivos Ltda. é credora quirografária da sociedade Araçás, Camacan & Ibirataia Ltda., cuja falência foi decretada por convolação do processo de recuperação judicial. O crédito foi constituído durante a recuperação judicial e já estava vencido antes da convolação, porém não foi arrolado pela devedora na relação de credores publicada junto com a decisão que decretou a falência.

O administrador e representante legal de Antas Comércio de Artigos Esportivos Ltda. irá realizar a habilitação do crédito e você deverá orientá-lo quanto aos juros de mora, de modo que

A) não incidirão juros de mora nas cobranças de créditos da massa falida, apenas o valor do crédito será atualizado monetariamente até a data do pagamento.

B) poderão ser cobrados juros de mora a partir da data da decretação da falência, porém o pagamento fica na dependência de ser o ativo apurado suficiente para o pagamento dos credores subordinados.

C) os juros de mora incidirão sobre o valor do principal, da data do vencimento até a data do pagamento na falência, pois apenas os credores subordinados ficam na dependência da suficiência do ativo para o pagamento dos juros.

D) poderão ser cobrados juros de mora da data do vencimento até a data da decretação da falência, pois, após esse evento, o pagamento fica na dependência de ser o ativo apurado suficiente para o pagamento dos credores subordinados.

Comentários curtos

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata da incidência dos juros de mora sobre o crédito habilitado na falência.

A regra está no art. 124 da Lei nº 11.101/2005:

Art. 124. Contra a massa falida não são exigíveis juros vencidos após a decretação da falência, previstos em lei ou em contrato, se o ativo apurado não bastar para o pagamento dos credores subordinados.

Extraí-se do dispositivo que os juros de mora anteriores à quebra são exigíveis normalmente, correndo da data do vencimento até a decretação da falência e integrando o crédito. Já os juros vencidos após a decretação da falência ficam condicionados à suficiência do ativo, só sendo pagos se o ativo apurado bastar para o pagamento de todos os credores, inclusive os subordinados.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta, pois os juros de mora anteriores à decretação da falência são exigíveis e integram o crédito, não se limitando a proteção do crédito à mera atualização monetária.

A alternativa B está incorreta, pois os juros não passam a ser cobrados apenas a partir da decretação da falência; ao contrário, correm da data do vencimento até a quebra, ficando condicionados à suficiência do ativo somente os posteriores a esse marco.

A alternativa C está incorreta, pois os juros posteriores à decretação da falência não incidem livremente até o pagamento; a sua satisfação depende de o ativo bastar para o pagamento dos credores subordinados, nos termos do art. 124.

A alternativa D está correta, pois os juros de mora podem ser cobrados da data do vencimento até a decretação da falência e, após esse evento, o pagamento fica na dependência de ser o ativo apurado suficiente para o pagamento dos credores subordinados.

QUESTÃO 50

Em 8 de janeiro de 2025, Diamante Moda e Confecções Ltda. sacou duplicata de compra e venda contra Inês Gurjão, microempreendedora individual, na praça de João Pessoa, PB, no valor de R\$ 7.550,00.

O título foi apresentado ao sacado no dia 17 de janeiro de 2025 e foi aceito. No dia do vencimento, não houve pagamento, fato que motivou o sacador a ajuizar ação de execução em face de Inês Gurjão, aceitante, sem ter levado a duplicata a protesto.

Ficou constatado nos autos que a duplicata sacada não continha nem a data de emissão nem o lugar de pagamento.

Diante deste fato, assinale a afirmativa correta.

A) Não há título executivo extrajudicial em virtude da ausência da data de emissão, sendo o lugar do pagamento requisito suprável ou não essencial.

B) A duplicata é título executivo extrajudicial, pois tanto a data de emissão quanto o lugar do pagamento são requisitos supráveis ou não essenciais.

C) Não há título executivo extrajudicial em virtude da ausência da data de emissão e do lugar do pagamento, ambos requisitos formais e essenciais para a validade da duplicata.

D) A duplicata é título executivo extrajudicial, pois, com o aceite, ela se torna título autônomo em relação ao negócio subjacente, independentemente da ausência do lugar do pagamento e da data de emissão.

Comentários curtos

O gabarito preliminar apontou a **letra C**, mas a questão é passível de anulação, sendo a letra A alternativa tecnicamente correta.

A questão trata dos requisitos da duplicata e da sua aptidão para constituir título executivo extrajudicial.

Os requisitos da duplicata estão no art. 2º, § 1º, da Lei nº 5.474/1968:

Art . 2º No ato da emissão da fatura, dela poderá ser extraída uma duplicata para circulação como efeito comercial, não sendo admitida qualquer outra espécie de título de crédito para documentar o saque do vendedor pela importância faturada ao comprador.

§ 1º A duplicata conterá:

I - a denominação "duplicata", a data de sua emissão e o número de ordem;

II - o número da fatura;

III - a data certa do vencimento ou a declaração de ser a duplicata à vista;

IV - o nome e domicílio do vendedor e do comprador;

V - a importância a pagar, em algarismos e por extenso;

VI - a praça de pagamento;

VII - a cláusula à ordem;

VIII - a declaração do reconhecimento de sua exatidão e da obrigação de pagá-la, a ser assinada pelo comprador, como aceite, cambial;

IX - a assinatura do emitente.

A questão parte do pressuposto de que a data de emissão e o lugar de pagamento são, ambos, requisitos formais essenciais, cuja ausência retiraria a executividade do título. Ocorre que, aplicando-se subsidiariamente a Lei Uniforme de Genebra, nem todos os requisitos são essenciais, admitindo-se o suprimento daqueles para os quais exista solução objetiva e segura. É o caso do lugar de pagamento, que, ausente, supre-se pelo domicílio do sacado, na forma do art. 2º da Lei Uniforme. Já a data de emissão é requisito essencial e insuprível. Por isso, subsistiria apenas o vício da ausência da data de emissão, hipótese que corresponde à letra A, e não à letra C, o que torna a questão passível de anulação.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está correta do ponto de vista técnico, pois a ausência da data de emissão, requisito essencial e insuprível, retira a executividade do título, ao passo que o lugar de pagamento é requisito suprável, por comportar solução objetiva no domicílio do sacado.

A alternativa B está incorreta, pois a data de emissão não é requisito suprável; a sua ausência, por si só, compromete a executividade da duplicata.

A alternativa C, apontada como gabarito, é questionável, pois trata o lugar de pagamento como requisito essencial, quando, em regra, ele é suprável pelo domicílio do sacado; a executividade é afastada pela ausência da data de emissão, e não pela do lugar de pagamento, o que fundamenta o pedido de anulação.

A alternativa D está incorreta, pois, ainda que o aceite vincule o sacado ao pagamento, a executividade da duplicata depende da presença dos seus requisitos essenciais, não suprimindo o aceite a ausência da data de emissão.

Registre-se, por fim, que, como a data de emissão é requisito essencial e a sua ausência afasta a executividade tanto na leitura da letra A quanto na da letra C, a divergência entre as duas alternativas quanto ao lugar de pagamento é o que embasa a anulação da questão.

QUESTÃO 51. Juliana moveu ação indenizatória contra Antônio, na qual requereu a condenação dele, no montante de R\$ 10.000,00. Na sua petição inicial, Juliana requereu gratuidade de justiça, que, ato contínuo, foi concedida de forma integral. Após o fim da fase instrutória, o Magistrado proferiu sentença julgando procedentes os pedidos de Juliana, embora tenha fixado honorários de sucumbência abaixo dos esperados por Paula, advogada que representa Juliana na ação. Inconformada com a decisão, Paula, que possui recursos suficientes para pagar custas e despesas processuais, pretende recorrer exclusivamente quanto aos honorários de sucumbência fixados em seu favor.

Sobre a pretensão de Paula, assinale a afirmativa correta.

a) Não é cabível recurso para a reforma de sentença no que tange aos honorários de sucumbência, devendo Paula ajuizar ação própria para requerer a majoração dos honorários fixados.

b) É admitida a interposição de recurso para a majoração de honorários de sucumbência, e Paula não precisará arcar com o preparo, uma vez que Juliana é beneficiária da gratuidade de justiça.

c) É admitida a interposição de recurso para a majoração de honorários de sucumbência, embora Paula tenha que arcar com o preparo do recurso e dividir o valor das custas processuais pagas pelas partes ao longo do processo.

d) É admitida a interposição de recurso para a majoração de honorários de sucumbência e Paula terá de arcar com o preparo do recurso, tendo em vista que possui recursos suficientes para pagá-lo e não faz jus à gratuidade de justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da gratuidade da justiça e da autonomia dos honorários advocatícios sucumbenciais.

A alternativa A está incorreta, pois os honorários sucumbenciais constituem direito autônomo do advogado, que possui legitimidade para recorrer da decisão que os fixa, inclusive para buscar sua majoração, conforme o art. 85, § 14, do CPC e o art. 23 da Lei nº 8.906/1994.

“CPC, art. 85, § 14. Os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo vedada a compensação em caso de sucumbência parcial.”

“Lei nº 8.906/1994, art. 23. Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.”

A alternativa B está incorreta, pois a gratuidade concedida à parte não se estende automaticamente ao advogado quando ele interpõe recurso exclusivamente sobre honorários sucumbenciais. Nessa hipótese, o recurso está sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que faz jus à gratuidade, nos termos do art. 99, §§ 4º e 5º, do CPC.

“CPC, art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. (...) § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça. § 5º Na hipótese do § 4º, o recurso que verse exclusivamente sobre valor de honorários de sucumbência fixados em favor do advogado de beneficiário estará sujeito a preparo, salvo se o próprio advogado demonstrar que tem direito à gratuidade.”

A alternativa C está incorreta, pois, embora Paula deva arcar com o preparo do recurso, não há previsão legal de divisão ou rateio das custas processuais anteriormente pagas pelas partes como condição para o processamento do recurso sobre honorários.

A alternativa D está correta, pois, tratando-se de recurso interposto exclusivamente pelo advogado para discutir honorários sucumbenciais fixados em seu favor, não se estende automaticamente a ele a gratuidade concedida à cliente. Como Paula possui recursos suficientes e não faz jus ao benefício, deverá recolher o preparo, conforme o art. 99, §§ 4º e 5º, do CPC.

QUESTÃO 52. Paulo, comerciante, descobre que foi citado nominalmente em relatório de Auditoria Interna de um órgão público estadual, elaborado por um servidor, como suposto beneficiário de fraude em licitação, sem nunca ter participado de procedimento de contratação pública nem ter sido formalmente processado ou tido oportunidade de defesa. Embora não tenha ainda ocorrido imputação formal, a divulgação do relatório causou abalo reputacional e Paulo, com medo de que tal medida ainda pudesse prejudicá-lo, ingressou com uma ação declaratória em face do Estado, requerendo judicialmente a declaração de ocorrência de ato ilícito em seu desfavor, praticado por servidor público daquele órgão estadual, tendo em vista que não teve participação nos fatos mencionados, protegendo sua honra e imagem. O Juízo, ao proceder à análise de admissibilidade da petição inicial, indeferiu-a liminarmente, sob o fundamento de que a pretensão deduzida em juízo possuiria natureza exclusivamente declaratória, revelando-se, portanto, incabível a via eleita pela parte autora.

Diante do caso narrado, como advogado(a) de Paulo, assinale a afirmativa correta.

- a) O Juízo não agiu corretamente e Paulo deverá interpor recurso de apelação, momento em que poderá ser exercido o juízo de retratação no prazo de dez dias.
- b) O Juízo não agiu corretamente, e Paulo deverá interpor recurso de apelação, argumentando a ocorrência de vício, pois é admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha havido a violação do direito do autor.
- c) O Juízo agiu corretamente ao indeferir a petição inicial de Paulo, pois, de acordo com o Código de Processo Civil, não é admissível ação declaratória quando o direito já tiver sido violado, devendo o autor buscar a tutela condenatória ou constitutiva.
- d) O Juízo agiu corretamente, uma vez que Paulo buscou tão somente a declaração judicial de inexistência de vínculo com os fatos narrados, e a Fazenda Pública não pode ser compelida a litigar em face de pedidos meramente declaratórios, cabendo ao autor, pelo menos, formular um pedido condenatório.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da admissibilidade da ação meramente declaratória e do recurso cabível contra o indeferimento da petição inicial.

A alternativa A está incorreta, pois, embora caiba apelação contra a sentença que indefere a petição inicial, o prazo para retratação é de cinco dias, conforme o art. 331 do CPC, e não de dez dias.

“CPC, art. 331. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 5 (cinco) dias, retratar-se.”

A alternativa B está correta porque o CPC admite a ação declaratória para reconhecer a existência, inexistência ou modo de ser de uma relação jurídica, conforme o art. 19, I, e estabelece expressamente, no art. 20, que a ação meramente declaratória é admissível ainda que já tenha ocorrido violação do direito.

“CPC, art. 19. O interesse do autor pode limitar-se à declaração: I - da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica; II - da autenticidade ou da falsidade de documento.”

“CPC, art. 20. É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.”

A alternativa C está incorreta, pois contraria diretamente o art. 20 do CPC, que autoriza a tutela meramente declaratória mesmo após a violação do direito.

A alternativa D está incorreta, pois não há exigência legal de cumulação de pedido condenatório para a admissibilidade da ação declaratória, tampouco a Fazenda Pública goza de imunidade especial contra pretensões exclusivamente declaratórias.

QUESTÃO 53. Em demanda indenizatória proposta por uma sociedade empresária em face de sua fornecedora, a sentença julgou procedente o pedido do autor para condenar a ré ao pagamento de perdas e danos decorrentes de inadimplemento contratual. Na fundamentação, a sentença estabeleceu de forma detalhada os critérios para a apuração do prejuízo, determinando que o valor da condenação corresponderia às notas fiscais inadimplidas, acrescidas de correção monetária de cada vencimento e juros de mora a partir da citação.

Apesar de não ter fixado o montante final devido, a decisão delimitou todos os parâmetros necessários para sua apuração, não havendo controvérsia quanto aos documentos já juntados aos autos, tampouco necessidade de produção de novas provas ou alegação de fatos supervenientes. Após o trânsito em julgado, a parte credora buscou a adoção das medidas cabíveis para a satisfação de seu crédito.

Considerando a situação narrada e atuando como advogado(a) da sociedade empresária, assinale a afirmativa correta.

- a) É obrigatória a liquidação por arbitramento, em razão da ausência de fixação do valor na sentença.**
- b) A prévia liquidação de sentença pelo procedimento comum é indispensável, por se tratar de condenação ilíquida.**
- c) A liquidação pelo procedimento comum é obrigatória, pois a apuração do valor da condenação exige dilação probatória.**
- d) O credor pode promover desde logo o cumprimento de sentença, mediante apresentação de memória de cálculo, pois a apuração do valor depende apenas de cálculo aritmético.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do cumprimento de sentença quando o valor depende apenas de cálculo aritmético.

A alternativa A está incorreta porque a liquidação por arbitramento somente é cabível quando determinada pela sentença, convencionada pelas partes ou exigida pela natureza do objeto da liquidação, nos termos do art. 509, I, do CPC. A mera ausência de indicação do valor final não impõe essa modalidade.

“CPC, art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor: I - por arbitramento, quando determinado pela sentença, convencionado pelas partes ou exigido pela natureza do objeto da liquidação; (...)”

A alternativa B está incorreta, pois a liquidação pelo procedimento comum, prevista no art. 509, II, do CPC, somente se justifica quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.

“CPC, art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor: (...) II - pelo procedimento comum, quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.”

A alternativa C está incorreta, pois o enunciado esclarece expressamente que não há necessidade de produção de novas provas nem controvérsia acerca dos documentos já juntados, afastando a liquidação pelo procedimento comum, que pressupõe a necessidade de alegar e provar fato novo.

A alternativa D está correta, pois, conforme o art. 509, § 2º, do CPC, quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor poderá promover, desde logo, o cumprimento da sentença. No caso, basta aplicar aos valores constantes das notas fiscais os critérios de atualização e juros definidos na decisão, instruindo o pedido com o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, conforme o art. 524 do CPC.

“CPC, art. 509, § 2º Quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor poderá promover, desde logo, o cumprimento da sentença.”

QUESTÃO 54. Você, como advogado(a) de José, ajuizou ação de reintegração de posse, com pedido de liminar, alegando que seu cliente foi esbulhado na posse de imóvel de sua propriedade. Segundo indica, o esbulho foi praticado por Thiago há dois meses, contados da data da propositura da ação. Considerando o procedimento especial que rege as ações possessórias e a espécie de liminar prevista para ele, assinale a opção que indica o que você deve provar para que o Juiz conceda, liminarmente, a reintegração.

a) Apenas a prova da posse do imóvel.

b) A prova da posse anterior, do esbulho e de sua data.

c) O justo título de propriedade e a prova da posse de má-fé de Thiago.

d) A prova da posse anterior, do esbulho e do perigo da demora ou do risco de dano irreparável.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da reintegração de posse de força nova e dos requisitos para a concessão da liminar possessória.

A alternativa A está incorreta, pois a simples demonstração da posse não é suficiente para a concessão da liminar. O autor deve comprovar também o esbulho, sua data e a perda da posse, conforme o art. 561 do CPC.

“CPC, art. 561. Incumbe ao autor provar: I - a sua posse; II - a turbação ou o esbulho praticado pelo réu; III - a data da turbação ou do esbulho; IV - a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção, ou a perda da posse, na ação de reintegração.”

A alternativa B está correta, pois o esbulho ocorreu há apenas dois meses, caracterizando hipótese de força nova, nos termos do art. 558 do CPC. Nessa situação, para obter a liminar de reintegração de posse, o autor deve demonstrar os requisitos previstos no art. 561 do CPC, especialmente a sua posse anterior, a ocorrência do esbulho e a respectiva data, além da perda da posse. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz poderá deferir a reintegração liminarmente, conforme dispõe o art. 562 do CPC. Embora a alternativa B não mencione expressamente a perda da posse, ela é a opção correta dentre as apresentadas, pois contempla os elementos essenciais exigidos para a caracterização do esbulho e para a análise da liminar, não sendo a omissão desse requisito suficiente para torná-la incorreta.

“CPC, art. 558. Regem o procedimento de manutenção e de reintegração de posse as normas da Seção II deste Capítulo quando a ação for proposta dentro de ano e dia da turbação ou do esbulho afirmado na petição inicial.”

“CPC, art. 562. Estando a petição inicial devidamente instruída, o juiz deferirá, sem ouvir o réu, a expedição do mandado liminar de manutenção ou de reintegração, caso contrário, determinará que o autor justifique previamente o alegado, citando-se o réu para comparecer à audiência que for designada.”

A alternativa C está incorreta, pois a ação possessória tutela a posse, e não o domínio. O art. 557 do CPC veda, em regra, que autor e réu proponham ação de reconhecimento do domínio na pendência de ação possessória, razão pela qual não se exige justo título de propriedade para a proteção possessória.

“CPC, art. 557. Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa.”

A alternativa D está incorreta, pois a liminar possessória prevista no procedimento especial não exige a demonstração dos requisitos gerais da tutela de urgência, como perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. São suficientes os requisitos possessórios previstos no art. 561 do CPC.

QUESTÃO 55. Fernando ingressou com uma ação de cobrança contra Márcio e, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, iniciou o cumprimento de sentença para receber o valor devido de R\$ 10.000,00. Ao ser intimado a pagar a dívida, Márcio, por meio de seu(sua) advogado(a), reconheceu o crédito exequendo e solicitou o parcelamento do débito, oportunidade em que depositou R\$ 3.000,00 à vista e requereu o pagamento do restante em seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de 1% ao mês.

Sobre a situação relatada, assinale a afirmativa correta.

- a) Márcio tem direito ao parcelamento do débito, independentemente de a execução se originar de título judicial ou extrajudicial.**
- b) O parcelamento nos moldes propostos por Márcio somente é cabível no prazo para embargos à execução, não se aplicando ao cumprimento de sentença.**
- c) O Juiz pode, a seu critério, conceder o parcelamento independentemente da previsão legal, considerando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.**
- d) O pedido de parcelamento formulado por Márcio deve ser deferido, pois a legislação processual permite essa modalidade de pagamento em qualquer fase de execução.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do parcelamento previsto no art. 916 do CPC e de sua inaplicabilidade ao cumprimento de sentença.

A alternativa A está incorreta, pois o parcelamento previsto no art. 916 do CPC é expressamente restrito à execução fundada em título extrajudicial, sendo vedado no cumprimento de sentença.

“CPC, art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. (...) § 7º O disposto neste artigo não se aplica ao cumprimento da sentença.”

A alternativa B está correta, pois o art. 916, caput, do CPC permite ao executado, no prazo para embargos, reconhecer o crédito e depositar 30% do valor em execução, acrescido de custas e honorários, requerendo o pagamento do restante em até seis parcelas mensais. Entretanto, o art. 916, § 7º, do CPC estabelece expressamente que esse parcelamento não se aplica ao cumprimento de sentença.

A alternativa C está incorreta, pois o parcelamento não é medida discricionária do juiz por critérios de razoabilidade e proporcionalidade, mas hipótese legal restrita, sem correspondência normativa para o cumprimento de sentença.

A alternativa D está incorreta, pois o parcelamento previsto no art. 916 do CPC não pode ser requerido em qualquer fase da execução. O próprio caput do art. 916 estabelece que o pedido deve ser formulado no prazo para embargos, mediante o reconhecimento do crédito e o depósito de 30% do valor em execução, acrescido de custas e honorários, com possibilidade de pagamento do restante em até seis parcelas mensais. Além disso, o § 7º do mesmo artigo dispõe expressamente que esse parcelamento não se aplica ao cumprimento de sentença.

QUESTÃO 56. Laura alugou um imóvel residencial com o objetivo de lá morar após seu casamento, marcado para o ano que vem. O contrato vem sendo cumprido regularmente por ambas as partes, até que William, locador, recusou-se a receber o valor mensal devido sem nenhuma justificativa. Laura, então, procurou você, na qualidade de advogado(a), com o intuito de buscar a solução judicial que melhor resguardasse seu direito de permanecer no imóvel em função do cumprimento de todas as obrigações de sua parte, afastando a mora.

Com base nesses fatos, assinale a opção que apresenta, corretamente, a sua orientação.

- a) Propor ação monitória, pois o contrato de locação é prova escrita sem eficácia de título executivo.
- b) Propor ação de execução por título extrajudicial, uma vez que a obrigação é líquida, certa e exigível.
- c) Propor ação de consignação em pagamento, a fim de efetuar o pagamento e se eximir dos efeitos da mora.
- d) Interpor mandado de segurança e, por meio de depósito, eximir-se da obrigação, pois a recusa de William configura ato coator, que viola o seu direito líquido e certo previsto no contrato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da consignação em pagamento diante da recusa injustificada do credor em receber a prestação.

A alternativa A está incorreta, pois a ação monitória não é adequada para quem pretende efetuar pagamento, mas para quem busca exigir obrigação fundada em prova escrita sem eficácia de título executivo.

“CPC, art. 700. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz: I - o pagamento de quantia em dinheiro; II - a entrega de coisa fungível ou infungível ou de bem móvel ou imóvel; III - o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer.”

A alternativa B está incorreta, pois Laura não pretende executar crédito contra William, mas realizar o pagamento do aluguel e afastar os efeitos da mora.

A alternativa C está correta, pois, havendo recusa injustificada do credor em receber a prestação, cabe consignação em pagamento, conforme o art. 335, I, do Código Civil. O procedimento é disciplinado pelos arts. 539 a 549 do CPC, sendo admitida, inclusive, a consignação extrajudicial mediante depósito em estabelecimento bancário, nos termos do art. 539, § 1º, do CPC. Tratando-se de locação, aplica-se ainda o rito específico do art. 67 da Lei nº 8.245/1991 para a consignação de aluguel e acessórios da locação.

“CC, art. 335. A consignação tem lugar: I - se o credor não puder, ou, sem justa causa, recusar receber o pagamento, ou dar quitação na devida forma; (...)”

A alternativa D está incorreta porque o mandado de segurança é cabível para proteger direito líquido e certo diante de ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no

exercício de atribuições do Poder Público, conforme o art. 5º, LXIX, da Constituição Federal. No caso, a recusa de William em receber o pagamento decorre de relação contratual privada e não configura ato de autoridade. Assim, a via adequada para que Laura efetue o pagamento e afaste os efeitos da mora é a ação de consignação em pagamento.

“CF/88, art. 5º, LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;”

QUESTÃO 57

Durante uma assembleia do condomínio em que reside, Paulo, Juiz de Direito, irritado com a gestão do síndico Roberto, advogado, pediu a palavra e, diante de todos os moradores presentes, afirmou categoricamente, ciente da falsidade da sua afirmação: "O Sr. Roberto desviou criminosamente R\$ 10.000,00 do fundo de reserva no mês passado para pagar dívidas pessoais."

Roberto, que sempre agiu com probidade, sentiu-se profundamente ofendido em sua reputação perante a comunidade. No dia seguinte, Paulo enviou uma mensagem telefônica privada para Roberto dizendo: "Além de desonesto, você é um incapaz e um estúpido."

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) Paulo cometeu o crime de difamação durante a assembleia, ao imputar fato ofensivo à reputação de Roberto, e o crime de injúria, ao enviar a mensagem telefônica privada.

B) Em relação à afirmação feita na assembleia, Paulo poderia se valer da exceção da verdade apenas se Roberto fosse funcionário público e o crime tivesse sido cometido no exercício de suas funções.

C) A afirmação feita na assembleia configura o crime de calúnia, pois Paulo imputou falsamente a Roberto um fato definido como crime, enquanto a mensagem telefônica privada configura o crime de injúria.

D) Por se tratar de uma discussão em assembleia de condomínio, a conduta de Paulo é atípica em relação ao que foi dito publicamente, sendo protegida pela imunidade judiciária, restando apenas o crime de injúria pela mensagem telefônica privada.

Comentários curtos

A alternativa correta é a letra C.

A questão trata dos crimes contra a honra, exigindo a distinção entre calúnia, difamação e injúria.

A calúnia consiste na imputação falsa de fato definido como crime, nos termos do art. 138 do Código Penal:

Art. 138. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

A injúria, por sua vez, atinge a honra subjetiva, ofendendo a dignidade ou o decoro da vítima, na forma do art. 140 do Código Penal:

Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta. A afirmação feita na assembleia não é difamação, mas calúnia, pois Paulo imputou a Roberto, falsamente e ciente da falsidade, um fato definido como crime, o desvio criminoso de valores. A difamação pressupõe a imputação de fato ofensivo à reputação que não configure crime.

A alternativa B está incorreta. A exceção da verdade, na calúnia, é a regra, sendo em geral admitida (art. 138, § 3º, do CP); ademais, no caso, ela sequer seria cogitável, pois Paulo tinha ciência da falsidade da imputação. A restrição descrita na alternativa aproxima-se do regime da difamação contra funcionário público, e não da calúnia.

A alternativa C está correta. A imputação, na assembleia, de fato falso definido como crime configura calúnia (art. 138), enquanto a mensagem privada, que chama Roberto de desonesto, incapaz e estúpido, ofende a sua dignidade e o seu decoro, configurando injúria (art. 140).

A alternativa D está incorreta. A conduta pública não é atípica nem está protegida por imunidade judiciária, que se restringe à manifestação do advogado no exercício da atividade, em juízo, e não alcança a fala de um condômino em assembleia; subsistem tanto a calúnia quanto a injúria.

QUESTÃO 58

Teobaldo tem 59 anos de idade, está desempregado e usa drogas ilícitas recreativamente. Túlio, o filho dele, tem 20 anos de idade, é jogador de futebol profissional e colecionador de relógios raros.

Teobaldo, aproveitando-se da ausência do filho, que disputava um jogo fora da sua cidade, pulou o muro e arrombou a porta da mansão em que Túlio morava, pegando o relógio mais valioso da coleção, avaliado em R\$ 100.000,00, com o fim de vendê-lo para adquirir drogas.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) Teobaldo deve ser punido pelo crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo.

B) Teobaldo praticou comportamento típico e ilícito, mas está isento de pena devido à relação de parentesco.

C) Teobaldo praticou comportamento típico, mas cuja antijuridicidade está excluída em razão da relação de parentesco.

D) Teobaldo praticou comportamento atípico por incidência do princípio da insignificância, haja vista o valor do bem subtraído em comparação com o patrimônio de Túlio.

Comentários curtos

A alternativa correta é a letra B.

A questão trata das escusas absolutórias, ou imunidades penais absolutas, nos crimes patrimoniais praticados entre parentes.

A regra está no art. 181 do Código Penal, que isenta de pena quem pratica crime patrimonial em prejuízo de ascendente ou descendente:

Art. 181. É isento de pena quem comete qualquer dos crimes previstos neste título, em prejuízo:

(...)

II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

Essa isenção, todavia, não se aplica nas hipóteses do art. 183 do Código Penal:

Art. 183. Não se aplica o disposto nos dois artigos anteriores:

I - se o crime é de roubo ou de extorsão, ou, em geral, quando haja emprego de grave ameaça ou violência à pessoa;

II - ao estranho que participa do crime;

III - se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

No caso, Teobaldo, pai de Túlio, praticou furto em prejuízo do filho, sem violência ou grave ameaça à pessoa, tratando-se de arrombamento, que é violência contra a coisa, e a vítima tem 20 anos de idade, de modo que não incide nenhuma das exceções do art. 183. Aplica-se, portanto, a escusa absolutória do art. 181, II.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta. Embora a conduta configure furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, Teobaldo não deve ser punido, pois é isento de pena pela escusa absolutória do art. 181, II, do CP.

A alternativa B está correta. A escusa absolutória é causa pessoal de isenção de pena que não afeta a tipicidade nem a ilicitude da conduta; o furto permanece típico e ilícito, apenas ficando o agente isento de pena em razão da relação de parentesco.

A alternativa C está incorreta. A antijuridicidade, ou ilicitude, não é excluída pela relação de parentesco; a escusa absolutória atua no plano da punibilidade, e não no da ilicitude, que permanece.

A alternativa D está incorreta. Não há atipicidade por insignificância; o bem subtraído vale R\$ 100.000,00, valor expressivo, sendo incabível o princípio da insignificância, que exige lesão ínfima ao bem jurídico.

QUESTÃO 59

Júlia, funcionária pública federal lotada no setor de compras de um órgão do Ministério da Fazenda, desviou dolosamente para sua conta particular a importância de R\$ 10.000,00, que deveria ser utilizada na aquisição de material de escritório. A conduta se consumou em 1º de março de 2025.

Após a instauração do inquérito policial para investigar a prática do crime de peculato, Júlia foi orientada por sua advogada e reparou integralmente o dano causado à Administração Pública em 1º de agosto de 2025, após o oferecimento da denúncia, mas antes de seu recebimento.

Sobre a reparação integral do dano por Júlia, assinale a afirmativa correta.

- A) A reparação antes do trânsito em julgado gera a extinção da punibilidade.**
- B) Configura o instituto do arrependimento posterior, gerando a diminuição da pena.**
- C) Configura causa legal de diminuição de pena especificamente aplicável ao crime de peculato, por força do princípio da especialidade.**
- D) A reparação antes do recebimento da denúncia configura o instituto do arrependimento eficaz, devendo Júlia responder apenas pelos atos praticados, se constituírem crime autônomo.**

Comentários curtos

A alternativa correta é a letra B.

A questão trata dos efeitos da reparação do dano no crime de peculato doloso, cometido por Júlia mediante desvio de valores (art. 312 do CP).

A reparação do dano ocorreu antes do recebimento da denúncia, o que atrai o instituto do arrependimento posterior, previsto no art. 16 do Código Penal:

Art. 16. Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

Convém observar que a extinção da punibilidade pela reparação do dano só ocorre no peculato culposo, nos termos do art. 312, § 3º, do CP, e não no peculato doloso, como o dos autos.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta. A extinção da punibilidade pela reparação do dano é privativa do peculato culposo (art. 312, § 3º, do CP); no peculato doloso, a reparação não extingue a punibilidade.

A alternativa B está correta. Como o peculato é crime sem violência ou grave ameaça à pessoa e a reparação integral do dano se deu antes do recebimento da denúncia, incide o arrependimento posterior do art. 16 do CP, que reduz a pena de um a dois terços.

A alternativa C está incorreta. Não há causa de diminuição de pena específica do peculato doloso pela reparação do dano; o que se aplica é a causa geral do arrependimento posterior (art. 16 do CP), e não uma regra especial.

A alternativa D está incorreta. Não se trata de arrependimento eficaz, do art. 15 do CP, que pressupõe a atuação do agente para impedir a produção do resultado antes da consumação; aqui o crime já estava consumado, e a reparação posterior configura arrependimento posterior.

QUESTÃO 60

José planejou subtrair um valioso equipamento de informática de uma loja no período noturno. Para tanto, convenceu Pierre, primário e de bons antecedentes, a executar a ação. Pierre confiou no planejamento de José, pois este era reincidente específico em crimes patrimoniais. O plano consistia em Pierre arrombar a porta lateral da loja com um pé de cabra, subtrair o objeto e se encontrar com José a duas quadras de distância, onde este o aguardaria em um carro ligado para garantir a fuga.

Pierre seguiu o plano à risca: arrombou a porta, pegou o equipamento e foi ao encontro de José. Ambos subtraíram o produto do crime, mas foram descobertos e presos. A perícia técnica comprovou o rompimento de obstáculo à subtração. Ao final, José e Pierre foram denunciados pela prática do crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo (Art. 155, § 4º, inciso I, do Código Penal).

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

A) Pierre é autor e José é partícipe do crime de furto, sendo a reincidência uma circunstância pessoal comunicável a Pierre.

B) José deve responder por furto simples, pois o rompimento de obstáculo foi executado pessoalmente por outrem, e não se comunica com ele.

C) Ambos respondem como coautores do furto qualificado, sendo a reincidência comunicável a Pierre, pois estava ciente dessa circunstância que agrava a pena.

D) José e Pierre devem responder como coautores do furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, sendo a reincidência uma circunstância pessoal comunicável a Pierre.

Comentários curtos

A alternativa correta é a letra D.

A questão trata do concurso de pessoas e da comunicabilidade das circunstâncias, distinguindo a qualificadora objetiva da reincidência, que é circunstância pessoal.

A regra está no art. 30 do Código Penal:

Art. 30. Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

José e Pierre atuaram em divisão de tarefas, um planejando e assegurando a fuga, o outro executando o arrombamento e a subtração, ambos com domínio do fato, o que caracteriza a coautoria. A qualificadora do rompimento de obstáculo é circunstância de caráter objetivo e integra a esfera de conhecimento de ambos, comunicando-se aos dois. Já a reincidência é circunstância de caráter pessoal, ou subjetivo, que não se comunica, alcançando apenas José.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está incorreta. Embora acerte ao afirmar que a reincidência não se comunica a Pierre, erra na definição da autoria, pois José não é mero partícipe; planejou o crime e garantiu a fuga, atuando como coautor.

A alternativa B está incorreta. A qualificadora do rompimento de obstáculo é objetiva e comunica-se a José, que conhecia e integrou o plano; por isso, ele responde por furto qualificado, e não por furto simples.

A alternativa C está incorreta. A reincidência não se comunica ao coautor, ainda que este tenha ciência dela, pois se trata de circunstância de caráter pessoal, nos termos do art. 30 do CP; o conhecimento é irrelevante para a sua comunicação.

A alternativa D está correta. José e Pierre respondem como coautores do furto qualificado pelo rompimento de obstáculo, circunstância objetiva que se comunica, ao passo que a reincidência, por ser circunstância pessoal, é incomunicável a Pierre.

QUESTÃO 61

Mariana, primária e com bons antecedentes, foi condenada pela prática do crime de apropriação indébita (Art. 168 do CP), cuja pena mínima é de um ano e, a máxima, de quatro anos de reclusão.

Na primeira fase da dosimetria, o Juiz, considerando favoráveis todas as circunstâncias judiciais do Art. 59 do CP, fixou a pena-base no mínimo legal, ou seja, um ano de reclusão. Na segunda e terceira fases da dosimetria, não houve alterações. Ao aplicar a pena, o Juiz determinou o regime inicial aberto e, em seguida, efetuou a substituição da pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos: prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária.

Sobre a situação hipotética apresentada, assinale a afirmativa correta.

A) A substituição da pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos é ilegal, pois nas condenações iguais ou inferiores a um ano, a substituição deve ser feita por multa ou uma pena restritiva de direitos.

B) A substituição da pena privativa de liberdade está equivocada, pois a pena definitiva não pode ser inferior a dois anos para ser substituída por duas penas restritivas de direitos, devendo, no caso, ser substituída apenas por uma multa ou uma pena restritiva de direitos.

C) A substituição da pena privativa de liberdade pela prestação de serviços e pela prestação pecuniária está correta, mas a modalidade de prestação de serviços à comunidade é obrigatória e deve ser aplicada sozinha, e não em cumulação com a prestação pecuniária.

D) A substituição da pena privativa de liberdade está correta, pois, sendo a pena inferior a um ano, é possível que a substituição seja feita por multa ou uma pena restritiva de direitos, mas, excepcionalmente, o Juiz pode aplicar duas, se fundamentado na insuficiência de apenas uma.

Comentários curtos

A alternativa correta é a letra A.

A questão trata da substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos, à luz do quantum da pena aplicada.

O critério está no art. 44, § 2º, do Código Penal:

§ 2º Na condenação igual ou inferior a 1 (um) ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a 1 (um) ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.

A pena de Mariana foi fixada em um ano de reclusão. Como a condenação é igual a um ano, a substituição só poderia ser feita por multa ou por uma única pena restritiva de direitos, sendo ilegal a substituição por duas penas restritivas de direitos, que pressupõe condenação superior a um ano.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está correta. Sendo a condenação igual a um ano, a substituição deve dar-se por multa ou por uma pena restritiva de direitos, de modo que a substituição por duas penas restritivas de direitos é ilegal, nos termos do art. 44, § 2º, do CP.

A alternativa B está incorreta. O parâmetro legal para a substituição por duas penas restritivas de direitos é a condenação superior a um ano, e não a pena igual ou superior a dois anos; o marco indicado na alternativa não corresponde ao art. 44, § 2º, do CP.

A alternativa C está incorreta. A substituição por duas penas restritivas de direitos é, em si, ilegal para a pena de um ano, não havendo que se falar em correção da medida; além disso, não há a obrigatoriedade descrita de a prestação de serviços ser aplicada isoladamente.

A alternativa D está incorreta. A pena de Mariana é igual a um ano, e não inferior, e, nas condenações iguais ou inferiores a um ano, a lei admite apenas multa ou uma pena restritiva de direitos, não havendo exceção que autorize a aplicação de duas.

QUESTÃO 62

Carlos foi processado pela prática do crime de lesão corporal de natureza grave (Art. 129, § 1º, do Código Penal) e punido com pena de reclusão de um a cinco anos.

No curso do processo, ficou comprovado que Carlos era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato em razão de doença mental. O Juízo proferiu sentença absolutória, mas impôs a Carlos medida de segurança de internação. Após seis anos de internação ininterrupta, a defesa de Carlos requer a extinção da medida de segurança, sob o argumento de que o prazo de duração já ultrapassou a pena máxima cominada ao crime e que o último exame de periculosidade atestou melhora significativa no quadro, embora ainda não haja cessação total da patologia.

Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- A) A medida de segurança deve ser extinta, uma vez que a sua duração não pode ultrapassar o limite máximo da pena abstrata cominada ao delito.**
- B) O Juiz poderá converter a medida de segurança em pena privativa de liberdade, uma vez que foi verificado que a patologia subsiste e o crime foi praticado com violência.**
- C) A medida de segurança de internação deve perdurar por prazo ilimitado, enquanto não for verificada, mediante perícia médica, a cessação da patologia do agente.**
- D) A desinternação de Carlos será sempre condicional, devendo ser restabelecida caso ele pratique, no prazo de dez anos, fato que revele a persistência de sua periculosidade.**

Comentários curtos

A alternativa correta é a letra A.

A questão trata do limite de duração da medida de segurança imposta ao inimputável em sentença absolutória imprópria.

Embora o art. 97, § 1º, do Código Penal preveja a medida de segurança por prazo indeterminado, enquanto não cessada a periculosidade, o Superior Tribunal de Justiça fixou um limite temporal na Súmula 527:

Súmula 527 - STJ. O tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.

A lesão corporal grave (art. 129, § 1º, do CP) tem pena máxima de cinco anos. Como Carlos já cumpriu seis anos de internação, superou o limite máximo da pena abstrata, impondo-se a extinção da medida de segurança.

Dessa forma, vejamos a análise das alternativas:

A alternativa A está correta. Nos termos da Súmula 527 do STJ, a duração da medida de segurança não pode ultrapassar o máximo da pena abstratamente cominada ao delito; ultrapassado esse limite, no caso, os cinco anos da lesão grave, a medida deve ser extinta.

A alternativa B está incorreta. Não é possível converter a medida de segurança em pena privativa de liberdade, pois Carlos é inimputável e foi absolvido; ao inimputável aplica-se medida de segurança, e não pena.

A alternativa C está incorreta. Embora corresponda à literalidade do art. 97, § 1º, do CP, a tese da duração ilimitada foi superada pela Súmula 527 do STJ e pela vedação constitucional às penas de caráter perpétuo, prevalecendo o limite da pena máxima abstrata.

A alternativa D está incorreta. A desinternação é, de fato, condicional, mas o restabelecimento ocorre se o agente pratica fato indicativo de persistência da periculosidade no prazo de um ano, e não de dez anos, nos termos do art. 97, § 3º, do CP.

QUESTÃO 63. João, funcionário público, após ser condenado à pena de seis anos de reclusão, pelo crime de peculato, interpôs recurso em face da sentença, requerendo a aplicação da pena mínima de dois anos de reclusão. No julgamento da apelação, a sentença foi mantida em seus termos, tendo como vencido o voto do relator, que foi favorável ao pleito defensivo e determinava a aplicação da pena mínima a João.

Diante disso, a defesa deve opor

a) revisão criminal.

b) agravo em execução.

c) embargos infringentes.

d) embargos de divergência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos embargos infringentes e de nulidade no processo penal, cabíveis contra decisão não unânime de segunda instância desfavorável ao réu.

A alternativa A está incorreta, pois a revisão criminal constitui ação autônoma de impugnação destinada à desconstituição de condenação transitada em julgado, não sendo o instrumento adequado para impugnar acórdão ainda sujeito a recurso.

A alternativa B está incorreta, pois o agravo em execução, previsto no art. 197 da Lei de Execução Penal, é cabível contra decisões proferidas pelo Juízo da Execução, e não contra acórdão proferido no julgamento de apelação.

“LEP, art. 197. Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.”

A alternativa C está correta, pois, sendo a decisão de segunda instância desfavorável ao réu e não unânime, são cabíveis embargos infringentes e de nulidade, restritos à matéria objeto da divergência, conforme o art. 609, parágrafo único, do CPP. No caso, o voto vencido acolhia a pretensão defensiva de aplicação da pena mínima.

“CPP, art. 609. Os recursos, apelações e embargos serão julgados pelos Tribunais de Justiça, câmaras ou turmas criminais, de acordo com a competência estabelecida nas leis de organização judiciária. Parágrafo único. Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do art. 613. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência.”

A alternativa D está incorreta, pois os embargos de divergência não constituem o recurso previsto no Código de Processo Penal para impugnar acórdão não unânime proferido no julgamento de apelação. Trata-se de recurso de natureza excepcional, destinado à uniformização da jurisprudência interna dos tribunais superiores, quando houver divergência entre órgãos fracionários do STJ ou do STF, nas hipóteses legalmente previstas. Portanto, não se destinam à impugnação de acórdão não unânime proferido por tribunal de segundo grau no julgamento de apelação.

QUESTÃO 64. Rubens está sendo investigado pelo delito de tráfico internacional de drogas (Art. 33 c/c Art. 40, inciso I, ambos da Lei nº 11.343/2006). No curso da investigação, Rubens foi citado para responder a uma ação penal pela prática do crime de receptação de animais (Art. 180-A), cuja pena cominada para esse crime é de reclusão de 2 a 5 anos. Rubens não possui outras anotações criminais e o(a) procura, como advogado(a), para que você apresente uma resposta à acusação. Você, em preliminares, deve requerer a remessa dos autos ao Ministério Público para uma proposta de

a) suspensão condicional da pena.

b) acordo de não persecução penal.

c) acordo de colaboração premiada.

d) suspensão condicional do processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do acordo de não persecução penal – ANPP, previsto no art. 28-A do Código de Processo Penal.

A alternativa A está incorreta, pois a suspensão condicional da pena é instituto aplicável após a condenação, quando preenchidos os requisitos do art. 77 do Código Penal, não constituindo medida a ser proposta pelo Ministério Público antes do prosseguimento da ação penal.

“CP, art. 77. A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: I - o condenado não seja reincidente em crime doloso; II - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício; III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código.”

A alternativa B está correta, pois o acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do CPP, é cabível, em regra, quando a infração penal é praticada sem violência ou grave ameaça, possui pena mínima inferior a quatro anos, há confissão formal e circunstanciada e não estão presentes os impedimentos legais. No caso, o crime de receptação de animais, previsto no art. 180-A do Código Penal, possui pena de reclusão de dois a cinco anos e não envolve violência ou grave ameaça. A existência de investigação por outro delito, por si só, não equivale a condenação nem impede automaticamente a análise do cabimento do acordo.

“CPP, art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas (...)”

A alternativa C está incorreta, pois a colaboração premiada pressupõe efetiva colaboração com a investigação ou o processo, com obtenção dos resultados previstos em lei, não se confundindo com mecanismo ordinário de solução consensual aplicável simplesmente em razão da pena do delito.

A alternativa D está incorreta, pois a suspensão condicional do processo, prevista no art. 89 da Lei nº 9.099/95, exige crime cuja pena mínima seja igual ou inferior a um ano. Como a pena mínima do delito imputado é de dois anos, o instituto não é cabível.

*“Lei nº 9.099/95, art. 89. Nos crimes em que a **pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano**, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, **poderá propor a suspensão do processo**, por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).”*

QUESTÃO 65. O Ministério Público arrolou Júlio como testemunha de acusação em ação penal deflagrada em face de Cesar. Na audiência de instrução e julgamento, Júlio prestou depoimento totalmente favorável à tese defensiva. Por isso, o Ministério Público requereu a dispensa e desconsideração da prova testemunhal, afirmando que, como apenas o Parquet arrolou Júlio, este poderia dispensar a prova quando o seu resultado lhe fosse desfavorável. Na defesa de Cesar, assinale a opção que apresenta o princípio processual penal pertinente a ser alegado, a fim de manter a prova produzida.

a) Princípio da oportunidade.

b) Princípio da comunhão da prova.

c) Princípio da presunção de inocência.

d) Princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do princípio da comunhão da prova, segundo o qual, uma vez produzida, a prova passa a integrar o processo e pode beneficiar ou prejudicar qualquer das partes, independentemente de quem tenha requerido sua produção.

A alternativa A está incorreta porque o princípio da oportunidade relaciona-se à discricionariedade regradada do Ministério Público quanto à propositura de determinadas medidas despenalizadoras, e não à disponibilidade da prova já produzida nos autos.

A alternativa B está correta, pois, pelo princípio da comunhão da prova, também denominado princípio da aquisição processual da prova, uma vez produzida, a prova passa a integrar o processo e não pertence exclusivamente à parte que requereu sua produção. Assim, embora Júlio tenha sido arrolado pelo Ministério Público, seu depoimento, depois de colhido em audiência, integra o conjunto probatório e pode ser utilizado e valorado independentemente de ter sido favorável ou desfavorável à acusação. Desse modo, o Ministério Público não pode requerer sua desconsideração apenas porque o conteúdo do depoimento favoreceu a defesa.

A alternativa C está incorreta, pois a presunção de inocência assegura que ninguém será considerado culpado antes do trânsito em julgado da condenação, não sendo o princípio especificamente aplicável à questão acerca da utilização da prova produzida.

A alternativa D está incorreta, porquanto o princípio da obrigatoriedade da ação penal pública refere-se ao dever do Ministério Público de oferecer denúncia diante de justa causa, não guardando relação com a possibilidade de descartar prova testemunhal já colhida em contraditório.

QUESTÃO 66. Thaís está respondendo à ação penal pelo crime de roubo e teve decretada a quebra da fiança, em virtude de, deliberadamente, praticar ato destinado à obstrução do andamento do processo. O Juiz decretou, então, a perda da totalidade do valor da fiança. Sobre a hipótese apresentada, você, na condição de advogado(a), deve, em recurso, argumentar que

a) não é possível decretar a quebra da fiança por obstrução ao andamento do processo.

b) a consequência legal da quebra da fiança é a perda de metade de seu valor e não a totalidade da fiança.

c) a quebra da fiança não é matéria passível de discussão pelo Juiz de primeiro grau, porque somente pode ser decretada por decisão de Plenário de Tribunal.

d) a consequência legal da quebra da fiança é a perda de 1/3 do valor, não sendo possível decretar a quebra da fiança por ato de obstrução ao andamento do processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da quebra da fiança e de suas consequências, disciplinadas nos arts. 341 e 343 do Código de Processo Penal.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 341, II, do CPP prevê expressamente a quebra da fiança quando o acusado deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.

“CPP, art. 341. Julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado: (...) II - deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo;”

A alternativa B está correta, pois, nos termos do art. 343 do CPP, o quebramento injustificado da fiança importa na perda de metade de seu valor, além de possibilitar a imposição de outras medidas cautelares ou, se presentes os requisitos, a decretação da prisão preventiva. Assim, foi incorreta a determinação de perda integral da fiança.

“CPP, art. 343. O quebramento injustificado da fiança importará na perda de metade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva.”

A alternativa C está incorreta, pois a quebra da fiança pode ser decretada pelo juiz competente no processo, não havendo exigência de decisão do Plenário de Tribunal.

A alternativa D está incorreta, pois, além de a quebra da fiança ser possível em razão da prática deliberada de ato destinado à obstrução do processo, sua consequência é a perda de metade, e não de 1/3 (um terço) do valor prestado.

QUESTÃO 67. Amanda, servidora pública federal, durante suas férias, agrediu Joana, sua vizinha, com socos, em razão de estacionamento indevido na vaga de garagem reservada a Amanda, no condomínio residencial onde ambas residem. Joana, em consequência da agressão, ficou 50 dias impossibilitada de comparecer ao trabalho. O Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra Amanda pelo crime de lesão corporal grave. O Juiz Federal recebeu a denúncia. Na defesa de Amanda, além da matéria de mérito, você, como advogado(a), deve alegar, processualmente,

a) a incompetência relativa da Justiça Federal.

b) a exceção da verdade, uma vez que Joana estava estacionando na vaga reservada para Amanda.

c) a necessidade de enviar o processo para o Superior Tribunal de Justiça, uma vez que a ré é servidora pública federal.

d) a incompetência absoluta da Justiça Federal, uma vez que o fato não tem relação com a função de servidora pública de Amanda.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da competência criminal da Justiça Federal, especialmente em relação a delito praticado por servidor público federal sem qualquer vínculo com o exercício de suas funções.

A alternativa A está incorreta, pois a incompetência da Justiça Federal, quando ausente qualquer das hipóteses constitucionais que justificam sua atuação, é de natureza absoluta, por envolver competência em razão da matéria.

A alternativa B está incorreta, pois a exceção da verdade não constitui meio de defesa aplicável ao crime de lesão corporal. Além disso, eventual estacionamento indevido da vítima não altera a competência jurisdicional nem justifica a agressão narrada.

A alternativa C está incorreta, pois a mera condição de servidora pública federal não atribui competência originária ao Superior Tribunal de Justiça. Servidores públicos federais, em regra, não possuem foro por prerrogativa de função perante o STJ.

A alternativa D está correta, pois a mera condição de servidora pública federal não é suficiente para atrair a competência da Justiça Federal. Para tanto, é necessário que o delito tenha relação direta com o exercício da função pública federal ou atinja bens, serviços ou interesses da União, nos termos do art. 109, IV, da Constituição Federal. No caso, Amanda praticou a agressão durante suas férias, em razão de desavença exclusivamente particular relacionada a vaga de garagem em condomínio residencial, sem qualquer vínculo com suas atribuições funcionais. Assim, é competente a Justiça Estadual, sendo absoluta a incompetência da Justiça Federal, por se tratar de competência fixada em razão da matéria.

“CF, art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: (...) IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;”

QUESTÃO 68. Sílvia foi vítima de roubo praticado por Antônio, que subtraiu o relógio dela mediante grave ameaça. Antônio foi preso em flagrante e o relógio devolvido para Sílvia. Após a conclusão do inquérito, no dia da remessa deste para o Ministério Público, Sílvia, na condição de vítima, ofereceu uma queixa-crime. Assinale a opção que indica, corretamente, a alegação que você, como advogado(a) de Antônio, deve apresentar.

a) A falta de interesse de agir, uma vez que o relógio foi devolvido para a vítima.

b) A impossibilidade jurídica do pedido, uma vez que caberia ao Ministério Público formular o pedido.

c) A falta de justa causa para a ação, em virtude da devolução do bem subtraído ser causa extralegal de extinção de punibilidade.

d) A ilegitimidade ativa para a deflagração da demanda, porque o crime de roubo é de ação penal pública incondicionada e não existe inércia do Ministério Público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da legitimidade para o exercício da ação penal pública incondicionada e da ação privada subsidiária da pública.

A alternativa A está incorreta, pois a restituição do bem subtraído à vítima não afasta o interesse na persecução penal nem extingue a punibilidade pelo crime de roubo.

A alternativa B está incorreta, pois o problema não é de impossibilidade jurídica do pedido, mas de ilegitimidade ativa da vítima para propor, naquele momento, ação penal relativa a crime de ação pública incondicionada.

A alternativa C está incorreta, pois a devolução ou recuperação do bem subtraído não constitui causa legal ou extralegal de extinção da punibilidade do roubo, tampouco afasta a justa causa para a persecução penal.

A alternativa D está correta, pois o crime de roubo é de ação penal pública incondicionada, cuja titularidade compete ao Ministério Público. A ação penal privada subsidiária da pública somente é admitida quando houver inércia ministerial, nos termos do art. 29 do CPP e do art. 5º, LIX, da Constituição Federal. No caso, a queixa-crime foi oferecida pela vítima no próprio dia da remessa do inquérito ao Ministério Público, de modo que sequer havia transcorrido o prazo legal para oferecimento da denúncia. Assim, não estava configurada a inércia do órgão acusador, razão pela qual a vítima não possuía legitimidade ativa para propor a ação penal naquele momento.

“CPP, art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.”

QUESTÃO 69. Jorge Almeida, servidor público federal, está vinculado a Regime Próprio de Previdência Social, para o qual realiza suas contribuições normalmente. Apesar da cobertura previdenciária que possui, Jorge procurou você, como advogado(a), para obter orientações quanto a uma possível nova filiação ao Regime Geral de Previdência Social.

Sobre a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Jorge, caso manifeste expressamente a vontade, poderá ser segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

b) Jorge, em hipótese alguma, poderá filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social de forma simultânea ao Regime Próprio de Previdência Social da União.

c) Jorge poderá filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social na condição de empregador doméstico, situação na qual poderá obter todos os benefícios desse regime.

d) Jorge, caso desempenhe atividade remunerada lícita, concomitantemente ao seu cargo público federal, poderá ser filiado como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da possibilidade de filiação ao Regime Geral de Previdência Social por servidor público vinculado a Regime Próprio de Previdência Social.

A alternativa A está incorreta, pois o servidor vinculado a Regime Próprio de Previdência Social não pode filiar-se ao RGPS na condição de segurado facultativo, conforme o art. 201, § 5º, da Constituição Federal.

“CF, art. 201, § 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.”

A alternativa B está incorreta, pois é possível a vinculação simultânea ao RPPS e ao RGPS quando o servidor exerce, além do cargo público, outra atividade remunerada abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social.

A alternativa C está incorreta, pois confunde as figuras do empregado doméstico e do empregador doméstico. O empregador doméstico é apenas quem contrata o trabalhador; a filiação como segurado obrigatório do RGPS pressupõe o exercício da atividade de empregado doméstico, e não a condição de empregador.

A alternativa D está correta, pois, caso Jorge exerça, concomitantemente, atividade remunerada abrangida pelo Regime Geral de Previdência Social, será segurado obrigatório do RGPS em relação a essa atividade, ainda que permaneça vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social em razão do cargo público, conforme dispõe o art. 12, § 1º, da Lei nº 8.213/1991.

“Lei nº 8.213/1991, art. 12, § 1º Caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades.”

QUESTÃO 70. Manuel Luz, profissional autônomo, em situação regular perante a Previdência Social, sofreu um acidente no final de semana, enquanto praticava esportes com os amigos, sem qualquer conexão com a sua atividade remunerada. Em virtude do acidente, Manuel ficará afastado de suas atividades profissionais por, no mínimo, um ano.

Sobre a situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Manuel poderá obter o auxílio-acidente, o qual não possui relação necessária com a atividade remunerada, desde que a incapacidade ultrapasse 30 dias.

b) O benefício de incapacidade temporária poderá ser concedido a Manuel, independentemente de comprovação de carência, que é dispensada nesse caso hipotético.

c) Manuel poderá obter aposentadoria por incapacidade permanente, pois o afastamento superior a um ano produz presunção de invalidez, na forma da legislação vigente.

d) Manuel não terá direito a qualquer prestação da Previdência Social, pois o acidente não possui qualquer conexão com a sua atividade remunerada, sendo decorrência de responsabilidade exclusiva do segurado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos benefícios por incapacidade decorrentes de acidente de qualquer natureza.

A alternativa A está incorreta, pois o auxílio-acidente não é devido ao contribuinte individual, categoria em que se enquadra, em regra, o profissional autônomo. Além disso, o benefício pressupõe a consolidação das lesões com redução da capacidade para o trabalho habitualmente exercido, e não simplesmente incapacidade superior a 30 dias.

A alternativa B está correta, pois o benefício por incapacidade temporária pode ser concedido ao segurado que ficar incapacitado para sua atividade habitual, sendo dispensada a carência quando a incapacidade decorrer de acidente de qualquer natureza, nos termos do art. 26, II, da Lei nº 8.213/91.

A alternativa C está incorreta, pois o simples afastamento por período superior a um ano não gera presunção de incapacidade permanente. A aposentadoria por incapacidade permanente exige comprovação de incapacidade total e insuscetível de reabilitação para atividade que garanta a subsistência do segurado.

A alternativa D está incorreta, pois o acidente não precisa ter relação com o trabalho para gerar proteção previdenciária. O acidente de qualquer natureza pode ensejar a concessão de benefício por incapacidade, desde que preenchidos os requisitos legais.

QUESTÃO 71. Mário, empregado da sociedade empresária *Carga Pesada*, foi envolvido em um acidente de trânsito enquanto dirigia o caminhão da sociedade empresária, que causou danos significativos ao veículo e a uma carga de alto valor.

A sociedade empresária, alegando culpa exclusiva de Mário pela imprudência na direção, descontou o valor correspondente ao prejuízo sofrido com o conserto do caminhão e a reposição da carga de seu salário mensal.

Mário, inconformado, procurou você, como advogada), para saber se esse desconto era legal, considerando que não havia em seu contrato de trabalho uma cláusula expressa permitindo tais descontos, e ele não agiu com dolo.

Sobre a hipótese, considerando a legislação aplicável, assinale a opção que apresenta a correta orientação a ser dada.

a) O desconto salarial é ilícito, porque o dano não foi causado por dolo do empregado.

b) O desconto salarial é ilícito, pois a CLT veda qualquer tipo de desconto salarial, salvo por determinação judicial ou contribuição previdenciária.

c) O desconto salarial é lícito, caso Mário tivesse agido com dolo, pois a culpa não autoriza o empregador a efetuar descontos sem a prévia autorização judicial.

d) O desconto salarial é lícito, pois o empregado é responsável pelos danos que causar ao patrimônio do empregador, independentemente de previsão contratual ou culpa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da licitude de descontos salariais por danos causados pelo empregado ao patrimônio do empregador.

A alternativa A está correta, pois Mário não agiu com dolo e não havia cláusula contratual autorizando o desconto. A culpa, isoladamente, não permite o desconto salarial:

CLT: “Art. 462 - Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.

§ 1º - Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde de que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado”.

A alternativa B está incorreta, porque a CLT não veda todo e qualquer desconto salarial. O art. 462 admite descontos decorrentes de adiantamentos, dispositivos legais, contrato coletivo e, em caso de dano, nas hipóteses do § 1º.

A alternativa C está incorreta, pois, embora o desconto seja possível quando houver dolo mesmo sem cláusula contratual, a culpa não exige prévia autorização judicial. Em caso de culpa, exige-se autorização contratual; em caso de dolo, dispensa-se essa autorização. O erro está em afirmar que seria necessária decisão judicial.

A alternativa D está incorreta, porque o empregado não responde automaticamente por qualquer dano causado ao patrimônio empresarial. O desconto depende de dolo ou, havendo culpa, de prévia previsão contratual.

QUESTÃO 72. O proprietário de uma rede de farmácias, irritado com reiterados atrasos de um farmacêutico que já havia recebido advertências verbais e escritas, decide aplicar uma suspensão

disciplinar de 45 dias como medida educativa severa, visando evitar a dispensa por justa causa. O empregado recusa-se a assinar a suspensão e informa que ingressará com medida judicial.

Diante da situação, o empresário consultou você, responsável pela assessoria jurídica, sobre a validade da penalidade aplicada.

Assinale a afirmativa correta quanto à orientação a ser dada.

a) A penalidade é válida e está inserida no poder diretivo e regulamentar do empregador, que possui autonomia para fixar o tempo de suspensão conforme a gravidade da falta.

b) A suspensão é legítima, mas o empregador deve obrigatoriamente pagar os salários do período, sob pena de configurar alteração contratual lesiva.

c) O empregador agiu corretamente ao evitar a justa causa, podendo suspender o contrato por até 90 dias antes de optar pela rescisão definitiva.

d) A suspensão do empregado por mais de 30 dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho, sendo a penalidade considerada ilegal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata dos limites da suspensão disciplinar aplicada pelo empregador.

A alternativa A está incorreta, pois o poder disciplinar não permite ao empregador fixar livremente qualquer período de suspensão. A CLT estabelece limite máximo de 30 dias consecutivos. A suspensão de 45 dias ultrapassa esse limite e produz a consequência prevista no art. 474 da CLT.

A alternativa B está incorreta, porque a suspensão disciplinar válida não gera, em regra, obrigação de pagamento dos salários do período de afastamento. Além disso, a suspensão de 45 dias é inválida por superar o limite legal.

A alternativa C está incorreta, pois a CLT não autoriza suspensão disciplinar de até 90 dias. O limite legal é de 30 dias consecutivos. A gradação das penalidades não permite a aplicação de suspensão superior ao limite previsto em lei.

A alternativa D está correta, nos termos da CLT:

“Art. 474 - A suspensão do empregado por mais de 30 (trinta) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho”.

Assim, a suspensão de 45 dias é ilegal e pode ensejar o reconhecimento da rescisão injusta do contrato de trabalho. A recusa de Mário em assinar a punição não altera a invalidade da penalidade.

QUESTÃO 73. Uma sociedade empresária do setor de varejo implementou um sistema de banco de horas para seus empregados, visando à flexibilização da jornada de trabalho. Por meio de acordo individual escrito, os empregados poderiam compensar as horas extras trabalhadas em até seis meses, limitando a compensação a um máximo de duas horas extras diárias.

Após alguns meses de funcionamento, os empregados notaram que, em alguns períodos, a quantidade de horas extras acumuladas era muito alta, e a sociedade empresária não estava conseguindo conceder as folgas compensatórias dentro do prazo estabelecido.

Diante dessa situação, os empregados procuraram você, como advogado(a), para saber a validade desse banco de horas e seus direitos. Sobre a hipótese, considerando a legislação de regência, assinale a opção que apresenta a correta orientação a ser dada.

a) O banco de horas pode ser instituído por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses. Ultrapassado esse prazo, as horas não compensadas devem ser pagas como extras, acrescidas do adicional.

b) O banco de horas implementado por acordo individual é totalmente inválido, pois a Constituição Federal exige uma negociação coletiva para a instituição de qualquer regime de compensação de jornada.

c) O banco de horas é válido, mesmo por acordo individual, desde que a compensação ocorra no prazo máximo de um ano, sendo o prazo de seis meses estabelecido pela sociedade empresária uma liberalidade.

d) O banco de horas é válido apenas se a compensação for feita integralmente no mesmo mês, caso contrário, as horas extras devem ser pagas com o adicional legal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da validade do banco de horas instituído por acordo individual escrito e do pagamento das horas não compensadas no prazo legal.

A alternativa A está correta, pois o banco de horas pode ser pactuado por acordo individual escrito quando a compensação ocorrer em até seis meses. O limite de até duas horas extras diárias também está previsto na CLT. Se as horas não forem compensadas no prazo ajustado, deverão ser pagas como horas extras, com o adicional legal.

CLT: “Art. 59. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

§ 2º Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

§ 5º O banco de horas de que trata o § 2º deste artigo poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses”.

A alternativa B está incorreta, pois a Constituição não exige negociação coletiva para todo regime de compensação. A CLT autoriza o banco de horas semestral por acordo individual escrito. A negociação coletiva é exigida para o banco de horas com compensação no período máximo de um ano.

A alternativa C está incorreta, porque o prazo de seis meses não é mera liberalidade da empresa. Ele é o prazo máximo legal para o banco de horas pactuado por acordo individual escrito. O prazo de até um ano exige convenção coletiva ou acordo coletivo.

A alternativa D está incorreta, pois a compensação no mesmo mês é apenas uma das modalidades possíveis. A CLT também permite banco de horas semestral por acordo individual escrito e anual por negociação coletiva.

CLT: “Art. 59. § 6º É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês”.

QUESTÃO 74. Joana e Paula foram contratadas para o cargo de Engenheiro Civil Júnior por uma sociedade empresária de engenharia, em 1º de janeiro de 2020, com as mesmas atribuições e responsabilidades.

Em 1º de julho de 2021, Joana foi promovida a Engenheira Civil Plena, com aumento salarial e novas responsabilidades, enquanto Paula permaneceu no cargo de Júnior, realizando as mesmas tarefas e com a mesma remuneração.

Em 1º de janeiro de 2022, a sociedade empresária contratou uma nova funcionária, Carla, também para o cargo de Engenheiro Civil Júnior, com salário superior, mas com as mesmas funções de Paula, igual produtividade e perfeição técnica.

Inconformada com a diferença salarial em relação a Carla, Paula pediu à sociedade empresária que equiparasse o seu salário ao de Carla. A sociedade indeferiu o pedido, com base em quadro de carreira que entrará em vigor em pouco tempo.

Em razão disso, Paula buscou a sua orientação jurídica, como advogado(a), para saber se tem direito à equiparação salarial.

Sobre a orientação a ser dada, considerando a legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

a) Paula tem direito à equiparação do seu salário ao de Joana, pois ambas foram contratadas na mesma data e para o mesmo cargo, e a diferença salarial sem justificativa é discriminatória.

b) Paula não tem direito à equiparação do seu salário ao de Carla, pois a contratação de uma nova empregada com salário superior não configura equiparação, e sim política salarial da sociedade empresária.

c) Paula não tem direito à equiparação do seu salário ao de Carla, pois a diferença salarial se justifica pela existência de um quadro de carreira na sociedade empresária que entrará em vigor, o que afasta a presunção de discriminação.

d) Paula tem direito à equiparação do seu salário ao de Carla, porque ambas exercem as mesmas funções, com a mesma produtividade e perfeição técnica, considerando, ainda, que a diferença de tempo na função não é superior a dois anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da equiparação salarial entre empregados que exercem a mesma função, com igual produtividade e perfeição técnica.

A alternativa A está incorreta, pois Paula não pode ser equiparada a Joana. Joana foi promovida a Engenheira Civil Plena, assumindo novas responsabilidades e exercendo função distinta da de Paula. A equiparação exige identidade de função.

A alternativa B está incorreta, porque a contratação posterior de Carla com salário superior não impede a equiparação. Carla exerce as mesmas funções de Paula, com igual produtividade e perfeição técnica.

A alternativa C está incorreta, pois o quadro de carreira ainda não entrou em vigor. Além disso, somente a existência de quadro de carreira ou plano de cargos válido pode afastar a equiparação salarial.

A alternativa D está correta, porque Paula e Carla exercem a mesma função, para o mesmo empregador, com igual produtividade e perfeição técnica. A diferença de tempo na função não é superior a dois anos:

“Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.

§ 1º Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos”.

QUESTÃO 75. Mariana, empregada gestante, foi dispensada sem justa causa por seu empregador, uma pequena sociedade empresária de consultoria, quando, sem saber, estava no terceiro mês de gravidez.

Após a dispensa, ela procurou saber sobre os seus direitos e descobriu que estava grávida no momento da rescisão. Imediatamente, comunicou o fato ao empregador, que se recusou a reintegrá-la, alegando desconhecimento da gravidez no momento da dispensa e que a gravidez só foi confirmada após o término do contrato.

Em razão disso, Mariana buscou a sua orientação jurídica para saber se tem direito à estabilidade provisória da gestante e se o desconhecimento do empregador, a respeito de sua condição, afasta esse direito.

Sobre a hipótese, assinale a opção que apresenta a correta orientação jurídica a ser dada.

a) Mariana tem direito à estabilidade da gestante, mas não à reintegração; a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

b) Mariana tem direito à estabilidade provisória da gestante desde a confirmação da gravidez, e tem direito à reintegração ou à indenização substitutiva correspondente ao período.

c) Mariana tem direito à estabilidade da gestante, mas o empregador só seria obrigado a reintegrá-la se a gravidez tivesse sido comunicada por meio de atestado médico antes da dispensa.

d) Mariana não tem direito à estabilidade da gestante, pois o empregador desconhecia a condição dela no momento da dispensa, e a lei exige a comunicação formal da gravidez antes da rescisão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da estabilidade provisória da empregada gestante, da anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa e da irrelevância do desconhecimento do estado gravídico pelo empregador.

A alternativa A está incorreta, pois a estabilidade provisória não se limita necessariamente ao pagamento de salários e demais direitos do período estável. A empregada gestante pode requerer a reintegração quando o período de estabilidade ainda estiver em curso e quando a reintegração for juridicamente possível. Somente se o período estável já tiver terminado, ou se a reintegração não for mais cabível, a garantia de emprego será convertida em indenização substitutiva, correspondente aos salários e demais direitos do período de estabilidade (fundamento: item II da Súmula nº 244 do TST).

A alternativa B está correta, porque Mariana já estava grávida quando foi dispensada sem justa causa. O direito depende da existência da gravidez no momento da dispensa, e não do conhecimento do empregador. O Supremo Tribunal Federal, no Tema 497, fixou a seguinte tese:

“A incidência da estabilidade prevista no art. 10, inc. II, do ADCT, somente exige a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa”. (STF - RE: 629053 SP, Relator: MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 10/10/2018, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 27/02/2019).

A Súmula nº 244 do TST também dispõe:

“I - O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, “b” do ADCT).

II. A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

III. A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado”.

A CLT igualmente protege a empregada cuja gravidez seja confirmada durante a relação contratual, inclusive no curso do aviso-prévio:

“Art. 391-A. A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

A expressão “confirmação da gravidez” não exige que o empregador tenha sido previamente comunicado nem que a empregada apresente atestado médico antes da dispensa. O que importa é que a gravidez já existisse durante o contrato e, especificamente neste caso, antes da dispensa sem justa causa. Quanto à consequência jurídica, se o período de estabilidade ainda estiver em curso, Mariana poderá requerer a reintegração ao emprego. Caso o período tenha terminado, poderá pleitear a indenização substitutiva, correspondente aos salários e demais direitos relativos ao período estável.

A alternativa C está incorreta, pois não é necessária comunicação formal da gravidez antes da dispensa. O desconhecimento do empregador não afasta a estabilidade.

A alternativa D está incorreta, pois a lei não exige que o empregador conheça a gravidez nem que a empregada comunique formalmente seu estado antes da rescisão. Basta que a gravidez já existisse no momento da dispensa sem justa causa.

QUESTÃO 76. A sociedade empresária Viação Cruzeiro Ltda. foi condenada em primeira instância ao pagamento de diversas verbas trabalhistas a um ex-empregado, totalizando o valor de R\$ 80.000,00. A reclamada, inconformada com a decisão, deseja interpor Recurso Ordinário. A sociedade empresária, que não se encontra em situação de recuperação judicial, nem falência, nem é beneficiária da justiça gratuita, consultou você, como advogado(a), para conhecer as condições necessárias para o regular processamento do Recurso Ordinário, bem como as consequências se as condições não forem observadas. Quanto à orientação a ser dada, assinale a afirmativa correta.

a) Ela deverá recolher apenas o valor das custas processuais, pois o depósito recursal só é exigível em fase de execução, após a liquidação da sentença.

b) Ela está isenta do recolhimento do depósito recursal, pois o valor da condenação é inferior a 100 salários-mínimos, devendo recolher apenas as custas processuais.

c) Ela tem o direito de parcelar o valor do depósito recursal em até seis vezes, mediante comprovação de dificuldade financeira, mas o recolhimento das custas deve ser integral.

d) Ela deverá efetuar o pagamento das custas processuais e do depósito recursal de forma integral, no prazo e nos valores corretos, sob pena de não conhecimento do recurso por deserção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Custas Judiciais em Processo do Trabalho.

A alternativa A está incorreta. Deverá recolher tanto o valor das custas processuais, quanto o valor do depósito recursal, vide comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Não está isenta do recolhimento do depósito recursal, vide comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. A CLT não traz essa possibilidade de parcelamento do valor do depósito recursal.

A alternativa D está correta. A sociedade empresária deverá efetuar o pagamento das custas processuais e do depósito recursal de forma integral, pois não se enquadra em nenhuma das exceções previstas pela CLT. No caso das custas, observe que a sociedade não se encaixa nos casos do art. 790-A da CLT:

“Art. 790-A. São isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários de justiça gratuita: I – a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e respectivas autarquias e fundações públicas federais, estaduais ou municipais que não explorem atividade econômica; II – o Ministério Público do Trabalho.”

E, no caso do depósito recursal, a sociedade não se encaixa nem nos casos de isenção total nem nos casos de isenção parcial, constantes do art. 899, §§ 9º e 10 da CLT, vejamos:

“Art. 899. (...) § 9º O valor do depósito recursal será reduzido pela metade para entidades sem fins lucrativos, empregadores domésticos, microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte. § 10. São isentos do depósito recursal os beneficiários da justiça gratuita, as entidades filantrópicas e as empresas em recuperação judicial.”

QUESTÃO 77. Paulo, empregado de uma microempresa, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de horas extras e adicional de insalubridade. A sentença de primeira instância julgou parcialmente procedentes os pedidos, condenando a microempresa apenas ao pagamento das horas extras, mas indeferindo o adicional de insalubridade. A microempresa, inconformada com a condenação, interpôs Recurso Ordinário dentro do prazo legal. Paulo, embora insatisfeito com o indeferimento do adicional de insalubridade, não interpôs Recurso Ordinário no prazo. Após a notificação para contrarrazoar o recurso da microempresa, Paulo manifestou o desejo de também recorrer da decisão para pleitear o adicional de insalubridade. Você é consultado, como advogado(a) do reclamante, sobre a possibilidade de Paulo apresentar o recurso neste momento processual. Quanto à orientação a ser dada, assinale a afirmativa correta.

a) Paulo poderá interpor Embargos de Declaração, pois ainda não houve o trânsito em julgado da decisão, e essa medida permitirá a rediscussão da matéria relativa ao adicional de insalubridade.

b) Paulo poderá interpor Recurso de Revista, pois a decisão de primeiro grau já foi proferida e a microempresa já recorreu, o que garante a abertura da instância superior para a análise de todas as matérias controvertidas.

c) Paulo poderá interpor Recurso Ordinário na modalidade adesiva, dentro do prazo das contrarrazões ao recurso principal da microempresa, pois o Recurso Adesivo segue a sorte do principal e permite a impugnação da parte da sentença que lhe foi desfavorável.

d) Paulo não poderá mais recorrer, pois o prazo para interpor o Recurso Ordinário já se encerrou, operando-se a preclusão temporal para a sua manifestação de inconformismo com a sentença, podendo apenas se manifestar em contrarrazões sobre o recurso da microempresa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Recursos em Processo do Trabalho.

A alternativa C está correta. Como o enunciado fala que o prazo recursal transcorreu integralmente para a parte autora, o único recurso cabível será o recurso adesivo, disposto no art. 997, § 2º, do CPC. Vejamos: “§ 2º O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa, observado, ainda, o seguinte:”

Mencione-se que o recurso adesivo, embora não previsto na CLT, é sim admissível em processo do trabalho, conforme enunciado da Súmula 283 do TST: “Súmula nº 283 do TST. RECURSO ADESIVO. PERTINÊNCIA NO PROCESSO DO TRABALHO. CORRELAÇÃO DE MATÉRIAS (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. O recurso adesivo é compatível com o processo do trabalho e cabe, no prazo de 8 (oito) dias, nas hipóteses de interposição de recurso ordinário, de agravo de petição, de revista e de embargos, sendo desnecessário que a matéria nele veiculada esteja relacionada com a do recurso interposto pela parte contrária.”.

Devido ao fundamento da letra C, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 78. Após um Dissídio Coletivo de natureza econômica, foi proferida uma sentença normativa que estabeleceu novas condições de trabalho e reajustes salariais para os empregados da categoria profissional X na base territorial Y. A sociedade empresária Comércio Atacadista Brasileiro Ltda., que faz parte da categoria econômica abrangida pela sentença normativa, não cumpriu as novas condições e os reajustes salariais. Você é consultado, como advogado(a) de um empregado da sociedade empresária, sobre a medida judicial cabível para exigir o cumprimento das obrigações estabelecidas na sentença normativa. Quanto à orientação jurídica a ser dada, assinale a afirmativa correta.

a) O empregado individualmente, ou o sindicato da categoria profissional, pode ajuizar Ação de Cumprimento na Justiça do Trabalho para exigir o cumprimento das obrigações decorrentes da sentença normativa, sendo que o empregado não necessita de assistência sindical para ajuizar a ação.

b) Não é cabível nenhuma medida judicial, pois a sentença normativa tem caráter meramente declaratório e não impõe obrigações diretas de pagamento, dependendo de acordo extrajudicial para sua efetivação.

c) O empregado deverá necessariamente ajuizar uma reclamação trabalhista individual para pleitear as diferenças salariais e as demais verbas, pois a sentença normativa não possui eficácia executória direta para cada trabalhador.

d) O sindicato da categoria profissional X deverá ajuizar uma Ação de Cumprimento em nome de todos os empregados, sendo esta a única medida cabível para exigir o cumprimento da sentença normativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Dissídios Coletivos.

A alternativa A está correta. É cabível a ação de cumprimento, prevista na própria CLT. De acordo com o art. 872, parágrafo único, da CLT:

“Art. 872. (...) Parágrafo único - Quando os empregadores deixarem de satisfazer o pagamento de salários, na conformidade da decisão proferida, poderão os empregados ou seus sindicatos, independentes de outorga de poderes de seus associados, juntando certidão de tal decisão, apresentar reclamação à Junta ou Juízo competente, observado o processo previsto no Capítulo II deste Título, sendo vedado, porém, questionar sobre a matéria de fato e de direito já apreciada na decisão.”

A alternativa B está incorreta. É cabível a ação de cumprimento, vide comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta. A sentença possui, sim, eficácia executória, na forma do art. 872 da CLT:

“Art. 872 - Celebrado o acordo, ou transitada em julgado a decisão, seguir-se-á o seu cumprimento, sob as penas estabelecidas neste Título.”

A alternativa D está incorreta. O empregado também pode ajuizar individualmente, vide comentário da alternativa A.

QUESTÃO 79. Após um longo período de negociação, o empregado Antônio e a sociedade empresária Construção Forte Ltda. chegaram a um acordo extrajudicial para pôr fim à relação de emprego e às controvérsias decorrentes, incluindo verbas rescisórias e indenizações. As partes, assistidas por seus respectivos advogados, desejam que esse acordo seja homologado pela Justiça do Trabalho para que tenha força de título executivo judicial e confira segurança jurídica plena. O advogado da sociedade empresária procurou seu escritório para saber qual a providência judicial que você considera necessária para a homologação. Quanto à sua orientação sobre o procedimento adequado para a homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho, assinale a afirmativa correta.

a) As partes devem apresentar, em conjunto, o acordo extrajudicial ao Juízo competente, que designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.

b) A homologação de acordo extrajudicial não é mais possível na Justiça do Trabalho, devendo as partes ajuizar uma reclamação trabalhista e buscar a conciliação em Juízo.

c) As partes devem requerer a homologação por meio de petição conjunta ao Juízo competente, que analisará a validade e a conformidade do acordo com a lei, sem a previsão legal para a audiência.

d) As partes podem requerer a homologação, mas o Juiz é obrigado a homologar o acordo, desde que as partes estejam assistidas por advogados distintos, não cabendo a ele analisar o mérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Homologação de Acordo Extrajudicial.

A alternativa A está correta. De fato, a petição deve ser apresentada em conjunto, mas as partes devem ter advogados diferentes, conforme art. 855-B, caput e § 1º, da CLT:

“Art. 855-B. O processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado. § 1º As partes não poderão ser representadas por advogado comum.”

Nesse caso, o juiz irá analisar a petição e, se entender necessário, designará uma audiência, onde proferirá decisão homologando ou não o acordo. Na forma do art. 855-D da CLT:

“Art. 855-D. No prazo de quinze dias a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.”

A alternativa B está incorreta. A homologação de acordo extrajudicial é sim possível na Justiça do Trabalho, estando prevista nos artigos 855-B a 855-E da CLT.

A alternativa C está incorreta. Há sim previsão para audiência, vide comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. O juiz não é obrigado a homologar o acordo. Ele irá analisá-lo e se achar necessário, designa uma audiência com as partes para melhor compreender.

QUESTÃO 80. Joana, ex-empregada da sociedade empresária de tecnologia Inovação Digital Ltda., ajuizou uma reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de verbas rescisórias e indenização por danos morais decorrentes de assédio sexual sofrido no ambiente de trabalho. Além disso, Joana também pretende discutir a validade de um contrato de participação nos lucros e resultados (PLR) firmado com a sociedade empresária, alegando que as regras de distribuição foram alteradas unilateralmente e a prejudicaram. Joana consultou você, como advogado(a), para saber da competência da Justiça do Trabalho para julgar todos os pedidos. Quanto à orientação a ser dada, assinale a afirmativa correta.

a) É competente apenas para julgar os pedidos de verbas rescisórias, sendo os demais pedidos de competência da Justiça Comum.

b) É competente para julgar todos os pedidos formulados por Joana, uma vez que decorrem da relação de trabalho, inclusive a questão da PLR.

c) É competente para julgar os pedidos de verbas rescisórias e danos morais, mas a questão da PLR deve ser discutida na Justiça Comum, pois se trata de direito societário.

d) É competente para julgar a totalidade dos pedidos, mas a indenização por danos morais deve ser remetida à Justiça Comum, por não ter natureza exclusivamente trabalhista.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Competência em Processo do Trabalho.

A alternativa B está correta. Todos os pedidos de Joana (verbas rescisórias; indenização por danos morais decorrentes de assédio sexual sofrido no ambiente de trabalho; e validade de contrato de participação nos lucros e resultados) deverão ser analisados pela Justiça do trabalho, pois são de sua competência. Conforme art. 114, I e VI da CF:

“Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; (...) VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;”

Ressalte-se que, quanto à PLR, se trata de uma ação oriunda da relação de trabalho; por isso, se enquadra no caso do art. 114, I, da CF.

Devido ao fundamento da letra B, as demais alternativas ficam automaticamente incorretas, pois trazem a possibilidade de algum dos pedidos ser analisado pela Justiça Comum, quando, na verdade, todos eles são de competência da Justiça do Trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajurídica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica)